



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE - UERN
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

FREDERICO GUILHERME DE CARVALHO JÚNIOR

**UNIVERSIDADE PARA TODOS: O PROUNI NA VISÃO DOS
BOLSISTAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR –
ENTRE POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO, CONCEPÇÕES E
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS ALUNOS CONCLUINTES**

MOSSORÓ-RN
2018

FREDERICO GUILHERME DE CARVALHO JÚNIOR

**UNIVERSIDADE PARA TODOS: O PROUNI NA VISÃO DOS
BOLSISTAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR –
ENTRE POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO, CONCEPÇÕES E
EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS ALUNOS CONCLUINTES**

Dissertação apresentada ao curso de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN, como requisito parcial e obrigatório para obtenção do Título de Mestre em Educação.

Orientadora: Dra. Francisca de Fátima Araújo Oliveira

MOSSORÓ-RN
2018

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

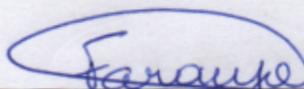
C331u Carvalho Júnior, Frederico Guilherme de.
Universidade para todos: o PROUNI na visão dos bolsistas de uma Instituição de Ensino Superior- entre políticas de financiamento, concepções e experiências profissionais dos alunos concluintes / Frederico Guilherme de Carvalho Júnior. – Mossoró-RN, 2018.
158 f.
Orientadora: Francisca de Fátima Araújo Oliveira.
Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Rio Grande do Norte – UERN
1. Administração. 2. Políticas públicas. 3. PROUNI. I. Título.
CDD 658

FREDERICO GUILHERME DE CARVALHO JÚNIOR

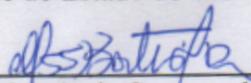
UNIVERSIDADE PARA TODOS: O PROUNI NA VISÃO DOS BOLSISTAS DE
UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR - ENTRE POLÍTICAS DE
FINANCIAMENTO, CONCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS
ALUNOS CONCLUINTES

DATA DE APROVAÇÃO: 27 / 02 / 2018

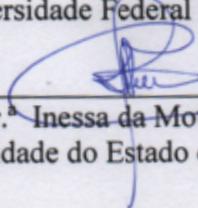
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Francisca de Fátima Araújo Oliveira
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte



Prof.^a Dr.^a Maria do Socorro da Silva Batista
Universidade Federal Rural do Semi-Árido



Prof.^a Dr.^a Inessa da Mota Linhares Vasconcelos
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte

DEDICATÓRIA

Dedico esta dissertação aos meus exemplos de vida, meu avô Frederico Guilherme Lapa de Carvalho e minha mãe Maria do Socorro Oliveira de Carvalho que de formas indiretas e abstratas, sempre me estimularam a dar este grande passo. À Deus, minha família, que com muita sabedoria, discernimento, bom senso e dedicação estiveram ao meu lado me encorajando nas horas difíceis e me aplaudindo nos momentos de glória, amigos, colegas de trabalho. Aos orientadores, obrigado por serem meus pais, profissionais, sempre competentes e fonte de inspiração, apoio e ensino diário. A todos então pela força, incentivo, companheirismo e amizade. Sem vocês, nada disso seria possível.

AGRADECIMENTOS

A Deus por me amparar nos momentos difíceis, me dar força interior para superar as dificuldades, mostrar os caminhos nas horas incertas e me suprir em todas as minhas necessidades.

À Profa. Doutora Francisca de Fátima Araújo Oliveira, orientadora desta dissertação, por todo empenho, sabedoria, compreensão e, acima de tudo, exigência. Gostaria de ratificar a sua competência, participação com discussões, correções, revisões de lâminas, sugestões que fizeram com que concluíssemos este trabalho.

Aos coordenadores do curso de Administração das universidades de Mossoró: Professor Samuel Ciro, diretor do Curso de Administração da Universidade Potiguar; Profa. Liana Holanda Nepomuceno Nobre, Coordenadora do Curso de Administração da Universidade Federal do Semiárido; Profa. Vera Lopes Oliveira, Coordenadora do Curso de Administração da Universidade Estadual Rio Grande do Norte; pela oportunidade de crescimento, aprendizado, realização profissional e pessoal e pela confiança em mim depositada durante a efetivação das entrevistas realizadas para esta investigação, demonstrando detalhismo e competência incomuns.

*Aos meus familiares: Minha esposa **Rosana Cristina de Melo**, meus filhos **Karoline Evelyn Melo de Carvalho** e **Bruno Guilherme Melo de Carvalho**, minha mãe **Maria do Socorro de Oliveira Carvalho**, aos quais amo muito, pelo carinho, paciência, incentivo e força que sempre me deram, valorizando meus potenciais.*

A todos os meus amigos e amigas que sempre estiveram presentes me aconselhando e incentivando com carinho e dedicação.

“Todo o futuro da nossa espécie, todo o governo das Sociedades, toda a prosperidade moral e material das nações dependem da ciência, como a vida do homem depende do ar.

Ora, a ciência é toda observação, toda exatidão, toda verificação experimental. Perceber os fenômenos, discernir as relações, comparar as analogias e as dessemelhanças, classificar as realidades, e induzir as leis, eis a ciência; eis, portanto, o alvo que a educação deve ter em mira. Espertar na inteligência nascente as faculdades cujo concurso se requer nesses processos de descobrir e assimilar a verdade.”

Rui Barbosa.

RESUMO

UNIVERSIDADE PARA TODOS: O PROUNI NA VISÃO DOS BOLSISTAS DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR – ENTRE POLÍTICAS DE FINANCIAMENTO, CONCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS ALUNOS CONCLUINTES

O Programa Universidade para Todos - PROUNI tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa. A motivação surgiu das constatações obtidas em sala de aula que condicionou pressupostos para alimentar novos olhares e resultados sobre a questão do perfil do profissional que o mercado de trabalho precisa e que tipo de profissional que nossas universidades estão disponibilizando. O objetivo desse estudo foi investigar o processo de formação e experiência profissional a partir das concepções apresentadas pelos alunos concluintes bolsistas do PROUNI do curso de Administração de uma instituição privada de ensino superior na cidade de Mossoró/RN. Realizou-se investigação do tipo descritiva, com abordagem qualitativa e a investigação foi feita através da análise do discurso. Os resultados revelam que o aluno bolsista do PROUNI sabe da importância que o programa tem para o seu processo formativo e que sem esse incentivo não teriam outra possibilidade de acesso e cursar uma graduação, e que esse bolsista tem percepções de crescimento pessoal, profissional e sabe do impacto de sua formação na sociedade. Finaliza-se esse estudo certo que a realização dessa pesquisa e os resultados alcançados, além de contribuir para a área de ensino e pesquisa em Administração, nos fará ter uma visão diferenciada dos bolsistas do PROUNI, mudando a visão ao julgar, analisar, planejar e oportuniza-los dentro da própria instituição de ensino, no mercado de trabalho e na vida. Pois ao entrar no ensino superior a reafirmação destes potenciais administradores, enquanto seres possuidores de fundamentos e pretensões de uma vida melhor para si e para a sociedade, será estimulada a se potencializar através da formação humanística e profissional que receberão, assim como todo e qualquer aluno não bolsista.

Palavras-chave: Administração. Políticas Públicas. PROUNI.

ABSTRACT

UNIVERSITY FOR ALL: THE PROUNI UNDER THE VISION OF THE SCHOLARSHIP HOLDERS OF A GRADUATION INSTITUTION – BETWEEN FUNDING POLICIES, CONCEPTIONS AND EXPERIENCES OF THE GRADUATING STUDENTS

The University for All Program-PROUNI aims the granting of partials and total scholarships in undergraduate courses and specific training sequences, in private graduation institutions. A program created by the Federal Government in 2004 and institutionalized by the law. No. 11,096 on the 13 of January of 2005, it offers on the other hand, tax exemption to those educational institutions that adhere to the program. The motivation arose from the findings obtained in the classrooms and that have conditioned assumptions to feed new looks and results on the issue of professional profile that the labour market needs and what kind of professionals that our universities are offering. Therefore, the goal is to investigate the process of training and professional experience from the ideas submitted by the graduating students from the PROUNI scholarship of the Management Course from a private graduation institution in the city of Mossoró/RN. The research was conducted under the descriptive qualitative approach and the investigation was done through discourse analysis. The results show that the PROUNI scholarship student knows the importance of the program for his/her training process and that without this incentive they would not have other possibility to access and attend a graduation course, and that this fellow has perceptions of personal and professional growth and knows the impact of his/her training in the society. We conclude that the achieved results of this study, as well as the contribution to the area of teaching and research in business administration, will help us to build a different view of the scholar holders of the PROUNI program, changing the look when judging, analyzing, planning, and that it gives them inside the own institution, a new vision of the workplace and of the life. Because, when entering the higher education, the reaffirmation of these potential Admins, while owners of fundamental beings and claims of a better life for themselves and for the society, they will be stimulated to increase through training humanistic and professional formation, and they will receive this training as well as any non-scholarship student.

Keywords: Administration. Public Policies. PROUNI

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1 - Perfil da dos ingressantes do ensino superior entre a demanda potencial - **72**
Brasil
- Figura 2- Imagem do mapa do Estado do Rio Grande do Norte, com destaque para a cidade de Mossoró **101**
- Figura 3 – Imagem do mapa do Rio Grande do Norte dividido por suas mesorregiões **106**

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Número de Instituições, cursos, matrículas e concluintes da Educação Superior por categoria administrativa Brasil – 2013	59
Tabela 2 - Número de Instituições de Educação Superior por Organização Acadêmica – Brasil - 2013	60
Tabela 3 - Os dez maiores cursos de graduação em número de matrículas no Brasil na modalidade presencial e a distância - 2013	64
Tabela 4 - Cursos presenciais mais procurados na Rede Privada – 2013	64
Tabela 5 - Número de bolsas ofertadas pelo PROUNI no primeiro semestre de 2016	79
Tabela 6 - Pesquisa mensal de emprego nas principais regiões metropolitanas do Brasil Janeiro e fevereiro 2015/2016	96
Tabela 7 – Instituições de Ensino Superior da Cidade de Mossoró – 2017	111
Tabela 8 - Acadêmicos participantes do Curso de Graduação em Administração e o tempo que trabalham em uma determinada Instituição e a função que exercem	134

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução das Instituições de Ensino Superior no Brasil	57
Gráfico 2 - Panorama de matrículas no Ensino Superior por regiões brasileiras – 2013	59
Gráfico 3 - Evolução de matrículas de graduação por modalidade de Ensino Brasil durante o período de 2009 – 2013	61
Gráfico 4 - Matrículas em cursos presenciais das IES públicas e privadas do Brasil – 2009 - 2013	62
GRÁFICO 5 - Evasão no Ensino Superior do Brasil - 2013	63
Gráfico 6 - Bolsas ofertadas por cidade, capital e estado no segundo semestre de 2013	76
Gráfico 7 - Bolsas parciais e integrais ofertadas de 2011 a 2014 em todo país	77
Gráfico 8 - Número de bolsas ofertadas pelo PROUNI por regiões 2016/1º semestre	78
Gráfico 9 - Contratos firmados FIES/BRASIL 2010-2015	84
Gráfico 10 - Número de contratos cumulativos FIES firmados janeiro de 2010 a junho de 2015	85
Gráfico11 - Distribuição percentual da população ocupada por anos de estudos nas Regiões metropolitanas do país 2003	94
Gráfico 12 - Distribuição percentual da população ocupada por anos de estudos nas Regiões metropolitanas do país 2012	95
Gráfico 13 - Produto Interno Bruto de Mossoró/RN – 2013	102
Gráfico 14 - Gênero dos alunos do curso de Administração na Universidade Potiguar participantes da pesquisa	113
Gráfico 15 - Procedência escolar (pública ou privada) dos alunos participantes ao ingresso no ensino superior	115
Gráfico 16 - Alunos participantes que já trabalham na área da Administração	116
Gráfico 17 - Alunos participantes promovidos no trabalho por estarem cursando graduação em Administração	117
Gráfico 18 - Alunos participantes contemplados com políticas públicas de financiamento estudantil – PROUNI	119

LISTA DE SIGLAS

AD	Análise de Discurso
CAGED	Cadastro Geral de Empregos e Desempregos
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CIN	Centro Internacional de Negócios
COFINS	Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social
COLAP	Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para Todos
CONAP	Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para todos- PROUNI
CNPq	Conselho Nacional de Pesquisas
CREDOC	Crédito Educativo
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido
DNPM	Departamento Nacional de Produção Mineral
EAD	Ensino a Distância
ES	Educação Superior
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
FACENE/RN	Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos
FMN de Mossoró	Faculdade Maurício de Nassau de Mossoró
FNE	Fórum Nacional de Educação
EXPOFRUIT	Feira Internacional de Fruticultura Tropical Irrigada
FHC	Fernando Henrique Cardoso

FIERN	Federação Nacional das Indústrias do Rio Grande do Norte
FIES	Fundo de Financiamento Estudantil
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IES	Instituições de Ensino Superior
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
IRPJ	Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas
ISPER	Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda
MATER CHRISTI	Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi
MBA	Administração de Negócios
MEC	Ministério da Educação e Cultura
PCE	Programa de Crédito Educativo
PIB	Produto Interno Bruto
PIS	Programa de Integração Social
PME	Pesquisa Mensal de Emprego
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua
PNE	Plano Nacional de Educação
PNUD Brasil	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil
PROUNI	Programa Universidade para Todos
RFB	Receita Federal do Brasil
RN	Rio Grande do Norte
SEDEC	Secretaria de Desenvolvimento Econômico
SES	Status Socioeconômico

SESU	Secretaria de Educação Superior
SIEG	Semana Integrada da Escola de Gestão e Negócios
SEMESP	Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
SISPROUNI	Sistema Informatizado do PROUNI
SNE	Sistema Nacional de Educação
UERN	Universidade do Estado do Rio Grande do Norte
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semiárido
UNIPEC	Faculdade Unificada para o Ensino das Ciências
UNP	Universidade Potiguar
USAID	Agência dos Estados Unidos pelo Desenvolvimento Internacional
VAB	Valor Adicionado Bruto

SUMÁRIO

CAPÍTULO I	DESENVOLVIMENTO DA INVESTIGAÇÃO	18
1	INTRODUÇÃO	18
1.1	Objetivos	26
1.1.1	Objetivo Geral	26
1.1.2	Objetivos Específicos	26
CAPÍTULO II	OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO	27
2	MÉTODOS	27
2.1	Caracterizando a investigação	27
2.2	Sobre o <i>locus</i> da investigação	29
2.3	Sujeitos da investigação	30
2.4	Instrumentos de coleta de dados	32
2.5	Procedimentos de análise de dados	34
2.6	Estrutura da dissertação	36
CAPÍTULO III	CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO	38
3	REFERENCIAL TEÓRICO	38
3.1	Educação superior	38
3.1.1	Trajetória do Ensino Superior no Brasil	38
3.1.2	O Ensino Superior Privado	42
3.1.3	Um olhar sobre os indicadores dos cursos superiores no Brasil	56
3.2	Políticas públicas de financiamento educacional	67
3.2.1	Programa Universidade para Todos – PROUNI	69
3.2.2	Fundo de Financiamento Estudantil – FIES	80
3.3	Formação superior e mercado de trabalho	86
3.3.1	O diploma e suas projeções pessoais e profissionais	98
3.4	Mossoró e o Ensino Superior Privado	100
3.4.1	Mossoró e seus Potenciais	100

3.4.2	Mossoró e seu Ensino Superior Privado	107
CAPÍTULO IV	CONCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS ALUNOS CONCLUINTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO, BOLSISTAS DO PROUNI	112
4	RESULTADOS E DISCUSSÕES	112
4.1	Caracterização dos sujeitos da pesquisa	112
4.1.1	Caracterização dos sujeitos quanto ao gênero	113
4.1.2	Caracterização dos sujeitos quanto à procedência escolar	114
4.1.3	Caracterização dos sujeitos quanto ao fato de trabalharem na área que estudam	116
4.1.4	Caracterização dos sujeitos quanto ao fato de serem promovidos no trabalho	117
4.1.5	Caracterização dos sujeitos quanto ao fato de serem contemplados com políticas públicas de financiamento estudantil – PROUNI	119
4.2	O curso de Administração	120
4.2.1	Critérios para escolher a Graduação em Administração	120
4.2.2	Critérios para escolha da Universidade	121
4.2.3	Diferencial de um bom curso de Administração	123
4.3	O PROUNI e os aspectos acadêmicos	125
4.3.1	PROUNI e a permanência no curso de Administração	125
4.3.2	O PROUNI e os benefícios da integralidade da bolsa	126
4.3.3	Pesquisa e Extensão	127
4.3.3.1	Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos	129
4.3.3.2	O bolsista do PROUNI e a Participação de Eventos fora da Instituição	130
4.4	O PROUNI e os aspectos profissionais	131
4.4.1	Graduação e o Desempenho Profissional	131
4.4.1.1	Fatores contributivos	132
4.4.2	Tempo de Trabalho e Função	134
4.4.3	Satisfação Profissional	135
4.4.4	Inserção no Mercado de Trabalho	136
4.4.5	O Processo Formativo e as Influências no Contexto Profissional / Pessoal / Socioeconômico	137
4.4.5.1	Profissional	137

4.4.5.2	Pessoal	138
4.4.5.3	Socioeconômico	139
4.4.6	Realização Profissional e planos	140
4.4.7	Apoio Familiar	141
4.4.8	O Diploma e as relações interpessoais no contexto do Trabalho	142
4.4.9	A Situação socioeconômica e a Trajetória Acadêmica e Profissional	143
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	145
	REFERÊNCIAS	148
	APÊNDICE	162

CAPÍTULO I - O DESENVOLVIMENTO DA INVESTIGAÇÃO

1 INTRODUÇÃO

O processo histórico da educação brasileira apresenta registros de um período caracterizado por diversidades marcantes e determinantes do que se vê hoje, apesar de toda evolução já ocorrida (SAVIANI, 2007 apud SANTOS; CERQUEIRA, 2009). Com início tardio, o desenvolvimento do ensino superior no Brasil é apontado nas literaturas pesquisadas no ano de 1808, e as primeiras universidades, datando na década de 30 do século XX (DURHAM, s.d.).

É imperioso saber que no Brasil o primórdio dos dados referentes à educação nos revela que esta esteve sempre se assemelhando aos padrões europeus, instigada por pilares de leigos e de eclesiásticos. No que tange aos conceitos pedagógicos, foi o Estado concomitantemente com a Igreja que os definiram. Sendo a religião a figura dogmática e ditadora dos preceitos educacionais, que procede da Idade Média, passando ao Estado dotado de concepções iluministas de ordem empírica. “Esta era a concepção da pedagogia-ativa, que constituía uma verdadeira revolução, pois o homem saía do lugar da contemplação para o da ação” (RIBEIRO; FUKS, 2017, p. 93).

Com o intuito de modernização do ensino superior, decorrente do movimento de industrialização que o Brasil estava passando, no primeiro quartel do século XX, um grupo de educadores e cientistas, motivados para a concepção de universidades que não fossem meras instituições de ensino, desejavam a ampliação e aperfeiçoamento de toda a conjuntura do sistema de ensino superior, substituindo as escolas autônomas por grandes universidades, com espaço para o desenvolvimento das ciências básicas e da pesquisa, além da formação profissional (DURHAM, s.d.).

Ressalta-se que o arcabouço da educação superior no Brasil deu-se por iniciativa do Estado, que, por algum tempo, as universidades públicas foram dominantes. Entretanto, com o surgimento das universidades privadas que cresceram, e passaram então a representar uma parcela dominante das matrículas. O domínio de matrículas no ensino privado é originado pela deficiência de um ensino anterior ao superior, ensino médio, e pelo fomento de financiamentos estudantis ao ensino superior provido pelo governo. No entanto, essa eclosão ainda é alvo de críticas quanto a qualidade do ensino ofertado, e sempre havendo comparações para com o ensino público. (VONBUN; MENDONÇA, 2017).

Tratando-se da Região Nordeste, conforme os detalhes apresentados em estudos do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior - SEMESP (2016), esta é composta por nove estados que juntos somam 56 milhões de habitantes, 42 mesorregiões e 1.794 municípios. Ocupa o segundo lugar em número de alunos matriculados e em cursos presenciais no país, com cerca de 1,4 milhão ou 21% do total, apresentando, em 2014, um crescimento de 7% nesse número em relação ao ano anterior.

O estado da Bahia foi o grande responsável por esse índice, apresentando 317,9 mil matrículas (23% do total na região) em cursos presenciais. Em seguida, o estado do Ceará com 228,6 mil (16,6%) matrículas e, em terceiro, o estado de Pernambuco, com 225,3 mil matrículas (16,3%). Os estados da Paraíba, Maranhão e Rio Grande do Norte registraram, juntos, 361 mil matrículas (ou 26,2%). Os estados do Piauí, Sergipe e Alagoas ficaram com menos de 100 mil matrículas cada (SEMESP, 2016).

E em termos de Rio Grande do Norte, estado que tem uma população estimada em 3,4 milhões de habitantes e é formado por quatro mesorregiões (totalizando 167 municípios), dados provindos do SEMESP (2016) mostram que este estado concentra, em suas 28 instituições de ensino superior, 1,7% das matrículas em cursos presenciais, sendo que a mesorregião Leste Potiguar foi responsável por mais de 77,2 mil matrículas (70%). Em 2014, na rede privada, houve uma queda de 1,3% nas matrículas, atingindo a marca de 62,3 mil, contra 63,1 mil do ano anterior. Na rede pública, o índice teve um crescimento de 1%, totalizando 48,2 mil matrículas em 2014, contra 47,8 mil no ano anterior (SEMESP, 2016).

Quanto ao curso de Administração, no Brasil os aspectos marcantes mostram uma história recente, sobretudo se compararmos com os EUA, onde os primeiros cursos na área se iniciaram no final do século XIX, com a criação da Wharton School, em 1881. Em 1952, ano em que se iniciava o ensino de Administração no Brasil, os EUA já formavam em torno de 50 mil bacharéis, 4 mil mestres e cem doutores por ano, em Administração (CFA, 2017).

Com o surgimento do curso de Administração no Brasil, que teve seu início impulsionado pelo processo de industrialização, que de forma emergente necessitou de mão de obra qualificada para organização, expansão e aceleração do desenvolvimento industrial, objetivando oferecer serviços e produtos da melhor qualidade possível, razão pela qual se evidencia uma procura gradativa por este curso.

Por conseguinte, com propósito de ofertar mão de obra qualificada para fortalecer e engrandecer o referido processo, verifica-se no Brasil, por meio de dados estatísticos, que a graduação em Administração se expandiu consideravelmente por intermédio da proliferação de

escolas e principalmente através de faculdades isoladas e privadas a partir dos últimos anos do século XX (PINTO; SALUME, 2013).

Quanto ao surgimento do curso de Administração, o Conselho Federal de Administração explica que:

O ensino de Administração está relacionado ao processo de desenvolvimento do país. Esse processo foi marcado por dois momentos históricos distintos. O primeiro, pelos governos de Getúlio Vargas, representativos do projeto "autônomo", de caráter nacionalista. O segundo, pelo governo de Juscelino Kubitschek, evidenciado pelo projeto de desenvolvimento associado e caracterizado pelo tipo de abertura econômica de caráter internacionalista. Este último apresentou-se como um ensaio do modelo de desenvolvimento adotado após 1964. Nesse período, o processo de industrialização se acentuou, sobretudo devido à importação de tecnologia norte-americana. O surto de ensino superior, e em especial o de Administração, é fruto da relação que existe, de forma orgânica, entre essa expansão e o tipo de desenvolvimento econômico adotado após 1964, calcado na tendência para a grande empresa. Nesse contexto, tais empresas, equipadas com tecnologia complexa e com um crescente grau de burocratização, passam a requerer mão-de-obra de nível superior para lidar com essa realidade (CFA, 2017).

Dados históricos demonstrados em estudos realizados por Martin (2015) revelam que a Administração não é tão jovem assim, esta, nasceu na pré-história, mas passou a ser estudada como ciência a partir da Revolução Industrial. O contexto da Administração como ciência se deu pelas necessidades de profissionais qualificados para que houvesse uma evolução nos processos administrativos no período da Revolução Industrial, fator primordial tanto para o desenvolvimento organizacional como para o envolvimento científico da Administração.

No que tange ao desenvolvimento econômico no Brasil e em alguns países da América Latina, a década de 80, do século XX, foi caracterizada como a década perdida, pois foi desencadeada, no início desses anos, uma inesperada decadência no percurso do desenvolvimento econômico, desenvolvimento esse que foi contemplado nos anos 70, sendo essa década considerada de milagre econômico. Foi nos anos 80 que o Brasil afundou no mais dramático colapso da história. Foram momentos de crise econômica, inflação, crescimento baixo do Produto Interno Bruto (PIB), volatilidade de mercados e aumento da desigualdade social (BUESCU, 2011).

Dessa maneira, foi também, a partir da década de 1980, que o cenário econômico brasileiro passou por transformações com a difusão da chamada nova divisão internacional do

trabalho, da qual resultou na expansão da taxa de desemprego aberto¹ e no aumento das formas do desassalariamento, decorrentes da destruição de profissões assalariadas, em particular daqueles empregos com carteira de trabalho, mas também da aniquilação de empregos sem registro formal. A geração de postos de trabalho em sua substituição foi insuficiente.

O conjunto da gênese da crise da década perdida foi marcado pelos percalços advindos da dívida externa, da demasiada proteção à indústria nacional, do fracasso dos programas de estabilização no combate à inflação e do esgotamento de um modelo de desenvolvimento, baseado essencialmente na intervenção generalizada do Estado na economia (FERNANDES; PAIS, 2015).

Estudos, como o do Professor Márcio Pochmann, apontam que essas alterações no mercado de trabalho são desiguais, afetando de modo particularmente intenso os jovens; pois “se para um jovem de origem familiar popular a efetivação ocupacional no mercado de trabalho já não era fácil, agora, então, tornou-se ainda mais difícil” (POCHMANN, 2001, p. 221).

Pesquisas revelam que o curso de Administração está entre os cursos mais procurados do Rio Grande do Norte, ficando atrás somente do curso de Direito. Na rede privada, houve um aumento de 347% (45 cursos em 2000 para 201 em 2014). Vale destacar que os tradicionais cursos presenciais de Direito (9,9 mil), Administração (6,7 mil matrículas) e Enfermagem (5,2 mil) foram os mais procurados pelos estudantes nas Instituições de Ensino Superior (IES) privadas no estado. Na modalidade de Ensino a Distância (EAD), o curso de Serviço Social liderou a procura com cerca de 1,5 mil matrículas registradas (SEMESP, 2016).

A grande procura pelo curso superior em Administração se dá, conforme explica Chiavenato (2010), pelo imprescindível e indispensável papel que o profissional administrador possui no desempenho eficiente e eficaz das empresas na conjuntura do mercado de trabalho. Este profissional age sistematizando práticas, aplicando de modo consciente os recursos humanos, materiais, financeiros e tecnológicos, orientando o alcance dos objetivos e finalidades tanto dos envolvidos na fabricação do produto como de quem consome o produto (SILVA et. al., 2016).

¹ **Denominamos de Taxa de Desemprego Aberto** - relação entre o número de pessoas desocupadas (procurando trabalho) e o número de pessoas economicamente ativas num determinado período de referência.

□ **Taxa de Desemprego Aberto - pessoas que nunca trabalharam** - relação entre o número de pessoas desocupadas que nunca trabalharam e o número de pessoas economicamente ativas, num determinado período de referência.

□ **Taxa de Desemprego Aberto - pessoas que já trabalharam** - relação entre o número de pessoas desocupadas que trabalharam e o número de pessoas economicamente ativas, num determinado período de referência.

□ **Taxa de Desemprego Aberto por Setor de Atividade** - relação entre o número de pessoas desocupadas cujo último trabalho foi num determinado setor (indústria de transformação, comércio, construção civil, serviços ou outras atividades) e o número de pessoas economicamente ativas no respectivo setor, num determinado período de referência.

Ao vislumbrarmos o cenário atual da educação superior no contexto brasileiro, podemos constatar um crescente avanço na oferta e procura por esse nível de ensino. Esse crescimento vem sendo constatado pelos últimos Censos da Educação Superior realizados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP² - (INEP, 2015).

Com base no Censo da Educação Superior realizado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP, que também pesquisou os cursos de educação superior, trazendo um demonstrativo do quantitativo de matrículas em cada um, cujos somatórios levam em conta as modalidades presencial e a distância, explicitando quais os cursos de graduação do país, que apresentam maior demanda de oferta de vagas, o curso de Administração desponta como campeão nesse ranking, no Brasil.

Os cursos de graduação que apresentam maior número de matrículas no Brasil, em ordem crescente são: Administração, Direito, Pedagogia, Engenharia, Enfermagem, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Letras e Educação Física. Entre estes, o curso de Administração representa 18,5% de todas as matrículas do ensino superior no país. Desse modo, parece ser necessário verificar se as instituições estão preocupadas com a qualidade da formação de seus acadêmicos e se estão atendendo as suas expectativas (INEP, 2015).

A sinopse do censo realizada pelo INEP nos revela dados gerais dos cursos de graduação presencial e a distância por categoria administrativa das IES, segundo as áreas gerais, áreas detalhadas e programas e/ou cursos do Brasil em 2015, em instituições privadas, em que é possível constatar o número de alunos matriculados no curso de Administração, um total de 680.026 alunos, e uma considerável diminuição de alunos concluintes, 113.242 alunos.

A realidade de todos os cursos superiores é explicada nos estudos de Sguissardi (2015), que declara que o fator determinante que mantém o Brasil no terço de menor cobertura ou taxa líquida entre os países da América Latina, apesar de ser a 7ª economia relacionada ao Produto Interno Bruto (PIB) do planeta, é a desmedida desigualdade social. É ela, certamente, como amplamente demonstrado, o principal fator de produção da expansão elitista da educação superior, tanto na graduação como na pós-graduação. E aqui vale chamar a atenção para o duplo sentido do elitismo: a) como pertencimento a uma população, que não chega a 1/5 do total da faixa etária adequada, que tem acesso à educação superior; b) como qualidade superior de

² O INEP é uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC) que tem como objetivo, subsidiar a formulação de políticas educacionais dos diferentes níveis de governo e desta forma contribuir para o desenvolvimento econômico e social do país, além de oferecer aos administradores das instituições, aos gestores das políticas educacionais, aos pesquisadores e à sociedade em geral, informações detalhadas sobre a educação superior e suas tendências (INEP, 2015).

formação, que somente é possível em raros casos na graduação e na pós-graduação, está acessível a menos de 5% dos concluintes da graduação.

Estamos vivendo momentos de grandes exigências por parte das organizações na qualificação dos profissionais na hora das contratações. No entanto, para atender aos requisitos exigidos, é preciso que o administrador passe por um processo de aprendizagem com uma matriz curricular que estimule maior criatividade, vontade de aprender e desenvolvimento do raciocínio analítico e crítico, de modo a atender aos anseios do mercado.

Considerando o que contextualizamos nesse momento introdutório, acredita-se que os alunos que cursam o curso de Administração e estão ao mesmo tempo inseridos no contexto laboral do ramo administrativo, tendem à conclusão efetiva do curso, uma vez que as possibilidades de permanência e progressão são perspectivas importantes para sua existência.

Assim, pretendemos mostrar nesse estudo, por meio da relação estabelecida entre o pesquisador e o seu objeto de estudo, fato que motivou o porquê da escolha do tema, os caminhos da investigação ao analisar as concepções dos alunos concluintes do curso de Administração de uma Universidade privada da Mossoró-RN quanto a sua formação e experiências profissionais levando em consideração a experiência escolar do pesquisador como docente deste curso desde o ano de 2009.

Durante esse período como docente desta Instituição de Ensino Superior, desenvolvemos diferentes atividades pedagógicas no curso de Administração, por meio de trabalhos voltados para atividades ativas e participativas; visitas técnicas; desenvolvimento de novos negócios; feiras de negócios; incubadoras de microempresas, entre outras. Tendo o privilégio de trabalhar com quase todas as séries/períodos, razão pela qual se pretende fazer análises sobre o processo de formação e perspectivas profissionais dos alunos, hoje em fase de conclusão de seus processos formativos.

Além do trabalho de docente, outras experiências vividas no mercado de trabalho local em empresas privadas nos proporcionou olhares diversos sobre a formação superior e o mercado de trabalho, especialmente no campo da Administração.

Desse modo, surge a preocupação de investigar o curso de Administração oferecido pela Universidade privada, instituição que fornecerá os caminhos para o alcance dos objetivos propostos, haja vista contemplar mais de 900 alunos, distribuídos em 14 turmas, sendo 04 no turno matutino e 10 no turno noturno. De modo particular, focamos os 72 alunos concluintes do turno noturno, do semestre 2016.2, especificamente, os 58 alunos que estão devidamente regulares.

A escolha do turno se deu pela necessidade de atender ao critério de estarem esses alunos trabalhando na área, sendo pouco provável encontrar alunos com o referido perfil no turno matutino. Desse universo, procuramos fazer um recorte com 11 alunos que trabalham na área de Administração desde o início do curso, que foram promovidos no decorrer do processo formativo e que são contemplados de alguma forma com as políticas públicas de financiamento desenvolvidas pelo Governo Federal, que dão acesso às pessoas de baixa renda à educação superior, na rede privada de ensino superior, através do Programa Universidade para Todos (PROUNI).

O Programa Universidade para Todos - PROUNI tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, oferece, em contrapartida, isenção de alguns tributos àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa (PROUNI – MANUAL DO BOLSISTA, 2015).

O PROUNI, segundo dados do Ministério da Educação (2009), passou a promover isenções tributárias às instituições de ensino superior privada por meio de conversões de impostos não pagos por parte dessas instituições, em vagas para alunos de baixa renda. Antes mesmo do PROUNI, 85% do sistema privado já tinha isenção total ou parcial de tributos. Somente as instituições com fins lucrativos - 15% do sistema - pagam os impostos de sua competência.

Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, e a professores da rede pública de ensino no efetivo exercício do magistério da educação básica para os cursos de licenciatura, o PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio – o que permite valorizar o mérito dos estudantes com melhor desempenho acadêmico (PROUNI – MANUAL DO BOLSISTA, 2015).

Contudo, é importante considerar a qualidade do ensino oferecido, focando o perfil de administrador que o mercado exige e o perfil de administrador que a instituição está possibilitando e disponibilizando para o mercado de trabalho, bem como sobre as concepções dos alunos concluintes do curso de Administração do turno noturno de uma Universidade privada da cidade de Mossoró, local que sedia a pesquisa.

Por essa razão, mantem-se a preocupação de aprofundar a investigação sobre as concepções quanto à formação e à atuação no mercado de trabalho dos alunos concluintes contemplados com as políticas públicas educacionais, no caso o PROUNI, do curso de Administração de uma Universidade privada da cidade de Mossoró - RN, entendendo que as constatações obtidas em sala de aula sirvam como pressupostos para alimentar novos olhares e resultados sobre a questão do perfil do profissional que o mercado de trabalho precisa e que tipo de profissional nossas universidades estão disponibilizando.

Nesse cenário, construímos, com os diferentes sujeitos, relações marcadas por convergências e divergências que proporcionaram (re)construir novas formas de enxergar o mundo do trabalho e suas exigências que acabam se naturalizando no meio social e nos processos formativos das instituições de ensino superior.

Embora, para muitos, essas exigências causem frustrações e esmorecimentos, para nós, despertou o desejo de construir reflexões mais aprofundadas sobre a formação superior profissional, especialmente em Administração, focando especificamente a formação e atuação no mercado de trabalho dos alunos concluintes contemplados com as políticas do Programa Universidade Para Todos.

Desse modo, pretendemos a priori evidenciar aspectos que permitam compreender algumas conexões entre o processo de formação e atuação profissional e algumas políticas públicas voltadas para a formação profissional no ensino superior, com a perspectiva de que nossas discussões possibilitem a construção de novos e significativos conhecimentos sobre a problemática e o contexto lócus da pesquisa.

Considerando o contexto do ensino superior e as expectativas que os alunos concluintes no curso de formação superior em Administração geram em torno de sua formação, devido às novas demandas do mercado de trabalho, procuramos respostas para a seguinte questão enquanto objeto de estudo: Quais as concepções quanto à formação e atuação no mercado de trabalho dos alunos concluintes contemplados com a política pública educacional do Programa Universidade para Todos (PROUNI) do curso de Administração de uma instituição privada de ensino superior na cidade de Mossoró/RN?

Para tanto, no intuito de responder a esse questionamento, foram delineados objetivos que conduziram toda a trajetória da produção científica permeada nesse estudo. Veremos a seguir esses objetivos.

1.1 Objetivos

1.1.1 Objetivo Geral

Investigar o processo de formação e experiência profissional a partir das concepções apresentadas pelos alunos concluintes bolsistas, do Programa Universidade Para Todos – PROUNI, do curso de Administração de uma instituição privada de ensino superior na cidade de Mossoró/RN.

1.1.2 Objetivos Específicos

- a) Traçar o perfil dos acadêmicos do curso de Administração considerando as razões apontadas para a escolha do curso, a formação, e a atuação no mercado de trabalho;
- b) Analisar como os alunos do curso de Administração concebem seu processo de formação profissional e suas promoções profissionais no decorrer do curso;
- c) Conhecer a política de financiamento do ensino superior - Programa Universidade Para Todos (PROUNI), relacionando-a ao processo de formação e às experiências profissionais dos concluintes do curso de Administração da referida IES.

CAPÍTULO II - OS CAMINHOS METODOLÓGICOS DA INVESTIGAÇÃO

2 MÉTODOS

É sabido que a Ciência se faz por processos metódicos contínuos e sistemáticos alicerçados em situações problemas e em anseios de questionamentos que nortearam as condutas provedoras de respostas, e conseqüentemente a obtenção de conhecimento, com a finalidade de apreciar, explicar e interferir na realidade (CASTILHO; BORGES; PEREIRA, 2014).

É através de um percurso metodológico escolhido que se chega a todas as informações elementares que direcionam aos resultados, evidenciando a maneira como estes foram conquistados favorecendo a utilização e reutilização em pesquisas (LAKATOS E MARCONI, 2010).

Aqui nos propomos a descrever as etapas sistematizadoras da produção da investigação no tocante aos caminhos metodológicos. Nesse sentido, apresentamos a tipologia da investigação, os sujeitos, os instrumentos de recolha de dados e os procedimentos de análise de dados. Pois, por meio destes passos metodológicos, e mantendo e empregando os conceitos éticos, foram obtidos os objetivos propostos para a realização desse estudo.

2.1 Caracterizando a investigação

O presente estudo constitui-se de uma investigação do tipo descritiva, com abordagem qualitativa. Deste modo, consoante com os objetivos desta investigação e por fazer uma pesquisa com a investida citada acima, é que se terá acesso à subjetividade e à objetividade dos sujeitos envolvidos, assim como aos seus valores, crenças, representações, hábitos, atitudes e opiniões, entre outras particularidades humanas, e conseqüentemente resposta ao questionamento norteador designado ao alcance dos objetivos motivadores para realização deste estudo.

As pesquisas descritivas identificam e consideram os sistemas, os métodos, os processos e as realidades operacionais atentando para suas estruturas, funcionamento e frequência de ocorrência de algum fenômeno, que em determinado momento do processo poderá sofrer inferência de quem o pesquisa.

Contribuindo para o esclarecimento da pesquisa que descreve Perovano (2014), diz que o processo descritivo visa à identificação, registro e análise das características, fatores ou variáveis que se relacionam com o fenômeno ou processo. Esse tipo de pesquisa pode ser entendido como um estudo de caso no qual, após a coleta de dados, é realizada uma análise das relações entre as variáveis para uma posterior determinação dos efeitos resultantes em uma empresa, sistema de produção ou produto.

Gil (2009) acrescenta ainda que é esse tipo de pesquisa que admite a descrição das características de determinada população ou fenômeno por meio da distribuição dos pesquisados por sexo, procedência, nível de escolaridade, estado de saúde, nível de atendimento de órgãos públicos de uma comunidade, as condições de habitação, índices de criminalidade, levantamento de opiniões, entre outras.

Conceituando esse tipo de abordagem em estudos, autores concordam quando relatam que escrevem que a pesquisa de caráter qualitativo tem o natural como sua fonte direta de dados, tendo o pesquisador contato direto e prolongado com a situação a ser investigada. Se preocupa mais com o processo do que com o produto e valoriza a perspectiva dos participantes (BOGDAN; BIKLEN, 1982 apud LÜDKEN; ANDRÉ, 1986).

Conforme Richardson (2010, p. 82), “as pesquisas qualitativas de campo exploram particularmente [...] entrevistas devido à propriedade com que esses instrumentos penetram na complexidade de um problema”.

Esta escolha deve-se à natureza do objeto de estudo aqui focalizado, assim como a maneira como abordamos, buscando vislumbrar as concepções quanto à formação e atuação no mercado de trabalho dos alunos concluintes contemplados com a política pública educacional, PROUNI, do curso de Administração de uma universidade privada de Mossoró-RN, pois segundo González (2005, p. 81).

A pesquisa qualitativa também envolve a imersão do pesquisador no campo de pesquisa, considerando este como o cenário social em que tem lugar o fenômeno estudado em todo o conjunto de elementos que o constitui, e que, por sua vez, está constituído por ele (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 81).

Essa citação nos remete a uma questão muito real, e o autor complementa versando que esse tipo de cenário pode ser entendido como “[...] a fundação daquele espaço social que caracterizará o desenvolvimento da pesquisa e que está orientado a promover o envolvimento dos participantes na pesquisa [...]” (GONZÁLEZ REY, 2005, p. 81).

São as afirmações de Turato (2005) apud Marques; Queila (2017) que ratificam a importância e assertiva pela escolha do método qualitativo para o estudo em questão, esclarecem que é por meio dessa possibilidade de pesquisa que se é possível a busca de significados dos fenômenos, fatos, eventos, sentimentos entre outros, pois exerce função construtiva dos seres humanos, utilizando-se de termos indutivos, subjetivos, de interpretação e compreensão dos fenômenos.

Ainda sobre a abordagem qualitativa, é interessante o esclarecimento que diz que a aplicação desse gênero se dá

Quando não emprega procedimentos estatísticos ou não tem, como objetivo principal, abordar o problema a partir desses procedimentos. É utilizada para investigar problemas que os procedimentos estatísticos não podem alcançar ou representar, em virtude de sua complexidade. Entre esses problemas, poderemos destacar aspectos psicológicos, opiniões, comportamentos, atitudes de indivíduos ou de grupos. Por meio da abordagem qualitativa, o pesquisador tenta descrever a complexidade de uma determinada hipótese, analisar a interação entre as variáveis e ainda interpretar os dados, fatos e teorias (RODRIGUES; LIMENA, 2006, p. 90).

Enfim, características inerentes à pesquisa qualitativa vão ao encontro do que se pretende como objetivo da pesquisa, pois permite descrever um fenômeno, interagir com os sujeitos envolvidos, valorizando e considerando a subjetividade deles, e direcionando à compreensão dos resultados individualizados.

2.2 Sobre o *locus* da investigação

Com o notável e contínuo crescimento da cidade de Mossoró, das suas empresas e com o desenvolvimento da sua economia, o sistema de gestão das suas instituições acaba por tornar-se mais complexo e exigente. Isso ocorre naturalmente pelo aumento da competitividade, da exigência dos públicos-alvo, do incremento tecnológico, entre outros.

É neste cenário marcado pela competitividade, qualidade e expectativa profissional que se encontra esta investigação. Assim escolhemos trabalhar com uma Instituição Privada, especificamente o Curso de Administração. Tal escolha se deu pelo fato de o pesquisador trabalhar como docente desta IES, e ter desenvolvido diferentes atividades pedagógicas no curso de Administração, em quase todas as séries, e por ter participado do processo de formação desses alunos concluintes. Vale ressaltar que a IES escolhida foi fundada em 1979.

Iniciou suas atividades com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Foi credenciada como Universidade em 19 de dezembro de 1996. Sua sede está localizada na capital do Estado, Natal, onde possui 04 *campi*; também está presente na cidade de Mossoró e na cidade de Currais Novos, situada na região do Seridó. Possui atualmente cerca de 31.000 alunos entre os cursos de graduação e pós-graduação.

O curso de Administração é influenciado pelas inúmeras mudanças econômicas e sociais da era atual, assim, este, vem somar e contribuir com a preparação e qualificação de profissionais que devem dispor não só de conhecimentos adequados, mas da capacidade de praticá-los, através de habilidades e competências que atendam às novas necessidades da sociedade e de um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico e competitivo, contribuindo para o progresso dos locais nos quais estes profissionais estão inseridos (SERRÃO, et al. 2017).

Desta forma, a relevância deste estudo é sobretudo uma possibilidade de verificar como a educação se faz transformadora na vida dos indivíduos que dela se apropriam, como a contemplação da realização e crescimento do ser em todas as suas possibilidades se fazem possíveis por meio da vivência propiciada pelo educar, seja os sujeitos educandos e/ou educadores em todos os níveis de educação. E assim, esse ser possuidor de educação ficará apto às modificações em todas as vertentes enquanto ser no mundo, e este por sua vez também fomentará transformações em todo o ambiente que o envolve, quiçá até o que não lhe envolve.

2.3 Sujeitos da investigação

Os sujeitos da pesquisa são os alunos concluintes do curso de Administração contemplados com a política pública educacional - Programa Universidade Para Todos – PROUNI, que trabalham na área desde o início do curso e que tiveram, de alguma forma, ascensão profissional durante o curso, isto é, tiveram por parte dos seus gestores a concessão de possibilidades de crescimento profissional em decorrência da qualificação recebida durante a graduação.

Certamente essa progressão profissional ao discente do curso de Administração direciona a mudanças sociais que o afetam positivamente, entre outras condições de seu contexto, seu posicionamento em termos educacionais e profissionais, tornando-o mais qualificado e preparado para competir no mundo laboral. E, conseqüentemente, a empresa contratante terá um funcionário cada vez mais motivado e satisfeito para o desenvolvimento do processo produtivo inerente à instituição.

Em recente estudo publicado por Buono et al. (2017), foi revelado que as empresas foram e estão cada vez mais competitivas, apreendendo que o recurso humano é de extrema importância para a efetivação do processo produtivo e desenvolvimento institucional, assim, com base nessa perspectiva, vêm mostrando e acreditando que investimentos, valorização e priorização para a qualificação profissional são ferramentas imperiosas para o fortalecimento no panorama competitivo.

No Brasil, a percepção da necessidade de recurso humano qualificado é valorizada e remonta ao período da ditadura militar, que foi considerado a fase expansionista das políticas sociais, entre elas a política de educação.

Nesse sentido, deu-se início a um projeto de educação que transforma as universidades brasileiras em “escolões tecnocráticos”, em virtude dos acordos firmados entre o Ministério da Educação e Cultura (MEC) e a Agência dos Estados Unidos pelo Desenvolvimento Internacional (USAID). Neste acordo, propunha-se uma política educacional privatista, voltada para uma formação tecnicista fundamentada nas demandas do mercado de trabalho em nível mundial. Cabia as universidades submeterem-se às orientações dos consultores estadunidenses, priorizando a área das Ciências Naturais e Exatas, pois os empresários nacionais e estrangeiros demandavam uma mão de obra qualificada (AGAPITO, 2016).

Defendemos que, pelo fato de terem sido promovidos durante o curso, esses sujeitos poderão ter mais propriedades para discorrerem sobre suas concepções acerca da formação recebida e de suas experiências profissionais. Seguindo esses critérios, dentro de um universo de 72 alunos concluintes do turno noturno, apenas 58 são regulares, ou seja, concluíram o ano de 2016.2, sendo que apenas onze estavam aptos a qualificar-se como sujeitos da pesquisa, por estarem vinculados a financiamentos estudantis. Entretanto, a contribuição para o estudo deu-se por parte de três estudantes, pois eram esses que tinham o PROUNI como modalidade de financiamento do ensino superior privado.

É interessante afirmar que, nessa área do saber, a maior preocupação está voltada para o ensinar, isto é, o “transmitir informações”, para que isso ocorra é necessário que a instituição de ensino conheça o perfil dos acadêmicos do curso de Administração, especialmente daqueles que já desempenham funções administrativas no mercado de trabalho.

A motivação para compreender como essa política educacional, PROUNI, influencia a vida de estudantes deu-se por perceber a explosão quantificada de ingressos ao ensino superior em universidades privadas no Brasil. Essa modalidade de acesso foi criada pelo governo federal em 2004 e institucionalizada por meio da Lei n. 11.096/2005 (BRASIL, 2005), regulamentada pelo Decreto n. 5.493, de 18 de julho de 2005.

O PROUNI surge então com essa perspectiva de democratização e acesso ao ensino superior, em um cenário no qual os meios para a entrada do estudante advindo do ensino médio ao próximo nível de instrução são historicamente por processos seletivos concorridos e sabidamente excludentes (COSTA; FERREIRA, 2017).

Conforme estão apresentados na legislação que rege o PROUNI (2005), os requisitos para investidura nessa política de educação são: estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais da própria escola, estudantes com deficiência, professores da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica, integrantes de quadro de pessoal permanente de instituição pública.

Nesse caso, não é necessário comprovar renda. Para concorrer às bolsas integrais, o candidato deve comprovar renda familiar bruta mensal, por pessoa, de até um salário mínimo e meio, o que o classifica como estudante de baixa renda. Para as bolsas parciais (50%), a renda familiar bruta mensal deve ser de até três salários mínimos por pessoa.

Assim, para se chegar à amostra desse estudo foi seguida a orientação de Laville; Dionne (1999), que direciona para tal a aplicação de entrevistas quando se busca saber a opinião de uma dada população acerca de determinados temas. Como sugerem os autores, atingir uma amostra suficientemente constituída com os cuidados requeridos para assegurar sua representatividade.

2.4 Instrumentos de coleta de dados

O instrumento utilizado para a obtenção dos dados deu-se através da aplicação de uma entrevista semiestruturada, com o intuito de realizar o levantamento das concepções dos sujeitos sobre sua formação e experiências profissionais e a fim de construir dados sobre o perfil dos alunos concluintes do curso de Administração na instituição de ensino superior investigada.

A escolha da entrevista semiestruturada para nortear a caminhada ao encontro dos objetivos propostos por esse estudo deu-se pelo fato de esse mecanismo permitir ao pesquisador, que neste caso já possui prévio conhecimento acerca do assunto aqui em discussão, obter êxito com cada pergunta constante na entrevista, além de possibilitar fluência pela ordem do discurso dos sujeitos da pesquisa, sem interromper e restringir a naturalidade de como a fala se dá (MUYLEAERT, 2014).

No tocante à entrevista, uma das vantagens da utilização dessa técnica é a possibilidade de um contato pessoal do pesquisador com o objeto de investigação, permitindo acompanhar

as experiências diárias dos sujeitos e apreender o significado que atribuem à realidade e às suas ações. Posto isso, vimos em Haguette (1995) que a entrevista é um processo de interação social, no qual o entrevistador tem a finalidade de obter informações do entrevistado, através de um roteiro contendo tópicos em torno de uma problemática central (HAGUETE, 1995).

A escolha pela técnica de entrevista semiestruturada se fundamenta na concepção estabelecida por Cannel; Kahn (1974 apud ALVES; SILVA, 1992, p. 63), que informam que esse meio de entrevistar se dá por uma composição de roteiro com tópicos gerais selecionados e elaborados de tal forma a serem abordados com todos os entrevistados. Sendo possível, por meio desse modo de entrevistar, conhecer “a fundo” as percepções dos participantes relacionadas ao objetivo do estudo, permitindo, a sua unidade enquanto indivíduo, a possibilidade de relatar e demonstrar sua posição no meio e nas circunstâncias envolvidas com a temática em questão, sem induções ou complementações por parte do entrevistador.

Diante do exposto, acreditamos no que é evidenciado nos estudos de Martins (2013), no que se refere a caracterização da entrevista semiestruturada, em que se permite considerar as diferentes informações que constituem as subjetividades, os valores, as crenças e as concepções dos entrevistados, de modo a enriquecer as análises e aprofundar a compreensão do problema, sem desviar o foco da pergunta que a pesquisa pretende responder. Tornando a formalidade de determinada ocasião uma experiência mais natural, assemelhando-se à conversa em que os envolvidos naturalmente estão à vontade para se falar de algo ou alguma coisa de seu cotidiano, mas com um norteamento pré-estabelecido e voltado para o foco do estudo que se realiza.

Para Minayo (1994), a entrevista privilegia a obtenção de informações através da fala individual, a qual revela condições estruturais, sistemas de valores, normas e símbolos e transmite, através de um porta-voz, representações de determinados grupos.

A entrevista semiestruturada ou focalizada utilizada para recolha de dados foi aplicada mediante a utilização de um roteiro (APÊNDICE A) com questões abertas que situou o pesquisador durante todo o desenvolvimento do trabalho. De acordo com May (2004),

A diferença central dessa forma de entrevista em relação à entrevista estruturada ou à semiestruturada é o seu caráter aberto. É dito que isso a provê da capacidade de desafiar as concepções do pesquisador, assim como permite ao entrevistado responder perguntas dentro da sua própria estrutura de referência (May, 2004, p.149).

Complementa o autor afirmando que esse tipo de entrevista “[...] permite ao entrevistado responder sem se sentir constrangido por perguntas pré-formuladas com um leque limitado de

respostas [...]” (MAY, 2004, p.149), além de manter a presença consciente e atuante do pesquisador no processo de coleta de informações.

É exatamente isso que se almeja com a realização desse estudo: tornar os sujeitos da pesquisa o mais consciente possível da importância de sua participação na implementação do ato de ser entrevistado, com a finalidade de pesquisa e consequente dissipação de resultados científicos sobre determinado tema, a fim de conhecer uma dada realidade. E isso é possível mesmo com toda a descontração que o modo não estruturado permite, pois foi exatamente assim, que se pretendeu chegar o mais próximo possível da realidade do assunto que se investiga.

2.5 Procedimentos de análise de dados

A técnica utilizada para a análise dos dados obtidos pela realização da entrevista semiestruturada aos sujeitos da pesquisa deu-se por meio dos princípios norteadores propostos pela Análise de Discurso (AD).

Essa técnica de analisar dados de um discurso permite validar a desordem das regras gramaticais, assim como permite a pretensão da perspectiva da análise do discurso, que exige um rompimento com o compromisso de buscar o ordenamento lógico das tais regras e, por conseguinte, a concepção de uma estrutura fixa que atribui imanência ao significado, sem confundir com o real sentido do que se fala (FOCAULT, 1995; FISCHER, 1996).

A análise do discurso reconhece a dubiedade de sentido de uma mesma palavra ou construção linguística. Mais do que isto, faz aparecer e desaparecer as contradições dialéticas, mostrando o jogo que elas desempenham no texto (FOCAULT, 1995; FISCHER, 1996).

Sobre analisar dados, explicação sensata feita por Frigotto (2008) esclarece essa questão quando o mesmo coloca que:

A análise dos dados representa o esforço do investigador em estabelecer conexões, mediações e contradições dos fatos que constituem a problemática pesquisada. Mediante este trabalho, vão-se identificando as determinações fundamentais e secundárias do problema. É no trabalho de análise de que se busca superar a percepção imediata, as impressões primeiras, a análise mecânica e empiricista, passando-se do plano pseudoconcreto ao concreto que expressa o conhecimento da realidade. É na análise que se estabelecem relações entre a parte e a totalidade (FRIGOTTO, 2008, p.88).

Conforme discrimina os estudos de Barros (2015), o modo de avaliar dados discursivos pela AD está relacionado à metáfora que envolve o discurso com uma rede de sentidos que se transformam em um tecido discursivo.

As técnicas da análise de Discurso de Conteúdo de orientação Francesa a partir de Michel Pêcheux e Eni Orlandi, que, segundo Bardin, consistem num:

[...] conjunto de técnicas de análise de comunicação visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores [...] que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção [...] dessas mensagens (BARDIN, 1991, p. 42).

Ainda, segundo Bardin (1997), a Análise do Discurso torna possível analisar as entrelinhas das opiniões das pessoas, não se restringindo unicamente às palavras expressas diretamente, mas também àquelas que estão subentendidas no discurso.

A análise do discurso deve ocorrer em três níveis necessários durante o processo de investigação dos dados. Um relaciona-se com a materialidade linguística; outro, com sua transformação em discurso; e o último, com o estado da discursividade, que é o processo discursivo resultante da relação entre as superfícies linguísticas e os objetos discursivos (BARROS, 2015).

Orlandi (2009) permite em seus estudos a subjetivação da conceituação da Análise do Discurso em que diz;

A análise do discurso como seu próprio nome indica, não trata da língua, não trata da gramática, embora todas essas coisas lhe interessem. Ela trata do discurso. E a palavra discurso etimologicamente, tem em si a ideia de curso, percurso, de correr por, de movimento. O discurso é assim, palavra em movimento, prática de linguagem: com o estudo do discurso observa-se: o homem falando [...] por esse tipo de estudo se pode conhecer aquilo que faz do homem um ser especial com sua capacidade de significar e significar-se (ORLANDI, 2009, p. 15).

Fundamentado em princípios elaborados por Bardin (1997) indispensáveis ao emprego da análise de conteúdo: objetividade - seguindo regras pré-estabelecidas, obedecendo a diretrizes claras e precisas, de forma a propiciar diferentes análises sobre o mesmo conteúdo, a fim de que outros analistas possam chegar aos mesmos resultados; sistematicidade – através da qual todo conteúdo deve ser ordenado e integrado nas categorias escolhidas, levando em

consideração os objetivos perseguidos e o aspecto quantitativo - por meio do qual contabilizamos a frequência em que ocorre a repetição do discurso elaborado pelos nossos informantes.

Mazière (2007) acrescenta que o investigador, durante o processo de produção da pesquisa que emprega a análise do discurso em sua metodologia, não deve, quando analisa, abster-se do seu contexto que lhe fez humano, não deve deixar abnegado a sua subjetividade. “O analista do discurso não é uma pessoa neutra. Nunca. [...] Ele deve, igualmente, construir um observatório para si” (MAZIÈRE, 2007, p.23).

Com esse método de Análise do Discurso, o objetivo que norteia a realização desse estudo será, através dos dados coletados, compreendido nas subjetividades dos envolvidos na pesquisa.

2.6 Estrutura da dissertação

Esta produção está estruturada da seguinte forma: O primeiro capítulo, desenvolvimento de uma investigação - Introdução procura explicitar a aproximação do mestrando com objeto de estudo e seu contexto, bem como as suas intencionalidades, os caminhos metodológicos trilhados na pesquisa e algumas questões epistemológicas. Desse modo, tentamos demonstrar essa construção com o que foi lido anteriormente.

No segundo capítulo, os caminhos metodológicos da investigação, realizamos a caracterização do processo de expansão das políticas públicas de financiamentos da educação superior no Brasil, com o objetivo de estabelecer determinadas condições que permitam a compreensão das grandes linhas do seu desenvolvimento histórico e social no sentido de fundamentar o trabalho de análise dos capítulos posteriores. Neste sentido, procuramos demonstrar como se deu o desenvolvimento da oferta do ensino superior no Brasil e sua relação com o mercado de trabalho.

No terceiro capítulo, discorremos sobre os pressupostos metodológicos da pesquisa que está intitulado Os caminhos Metodológicos da Investigação e nele apresentamos a caracterização investigativa, apresentando o lócus e sujeitos da investigação, identificamos os instrumentos de recolha de dados que se deram através de entrevistas semiestruturadas. E apresentamos os procedimentos de análise dos dados que foram baseados na análise de conteúdo.

No quarto capítulo intitulado de concepções e experiências profissionais dos alunos concluintes, realizamos a análise dos dados levantados no campo empírico da investigação onde estes foram submetidos aos procedimentos metodológicos definidos para essa finalidade e estabelecemos as devidas aproximações com o recorte teórico deste estudo.

Tendo em vista os sujeitos que fizeram parte da investigação em concordância com os objetivos ora propostos, analisamos as concepções e experiências profissionais dos alunos concluintes do curso de Administração, conjuntamente com a projeção desses cursos na cidade de Mossoró/RN, a partir da visão dos alunos concluintes do ano de 2016.2.

CAPÍTULO III – CAMINHOS DA INVESTIGAÇÃO

3 REFERENCIAL TEÓRICO

No presente capítulo, foi realizada a caracterização do processo de expansão da educação superior no Brasil. Procuramos demonstrar como se deu o desenvolvimento da oferta do ensino superior através de um recorte do processo histórico e apresentar, por meio de gráficos, quadros e tabelas, alguns dados inerentes às questões do processo evolutivo do contexto educacional com o objetivo de estabelecer condições que permitam a compreensão do porquê de termos a educação superior do modelo que se apresenta hoje.

Nessa perspectiva de apreensão da educação superior no Brasil, faz-se relevante e conveniente a discussão acerca de questões inerentes às políticas públicas de financiamento, Programa Universidade para Todos – PROUNI, política focada nessa pesquisa; e do Fundo de Financiamento Estudantil – FIES.

Tratamos ainda da relação entre a formação superior e o mercado de trabalho e como repercute essa relação nas projeções pessoais e profissionais dos possuidores de diploma de ensino superior.

Ainda vemos considerações sobre a cidade de Mossoró, situada no Estado do Rio Grande do Norte, local onde está inserida a Instituição de Ensino Superior Privada, na qual através dos seus discentes do curso de Administração tratamos das questões acerca dos objetivos propostos para esse estudo.

3.1 Educação superior

3.1.1. Trajetória do Ensino Superior no Brasil

O ensino superior surgiu na Idade Média, acolhendo estudantes de várias partes do mundo. Todavia, apenas o clérigo era privilegiado. Nesse período, as fundações institucionais eram com base filosófica de Aristóteles e Platão. Somente na metade do século XII é que começam a surgir as novas ideologias, e com o passar dos tempos, novos conhecimentos foram incorporados, surgindo assim as concepções de educação.

O primeiro estabelecimento de ensino superior no Brasil foi fundado pelos jesuítas em 1550, em Salvador, na Bahia, sede do governo geral, com a criação do curso de Artes e

Teologia, mais tarde agregando o de Ciências Naturais e Filosofia, com duração de três anos, compreendendo o ensino de lógica, física, matemática, ética e metafísica, segundo Silva (2013) cita abaixo:

Em 1553, os jesuítas fundaram o curso de Teologia pura, com quatro anos de duração, destinado a formar novos quadros de religiosos, enquanto o curso de Ciências Naturais e Filosofia continuou a formar professores e foi aberto também aos leigos. Na realidade, muitos optavam por cursar primeiro teologia, consagrando-se sacerdotes, cursando depois filosofia para se formar professores, já que todo jesuíta era um educador. As faculdades jesuítas se disseminaram, sendo instaladas, posteriormente, em São Paulo, Pernambuco, Maranhão, Pará e no Rio de Janeiro; inclusive com a fundação de um novo curso: matemática (SILVA, 2013. p. 25).

De acordo com Alves e Bastos (2014), ao final do século XVII, é que surgiram, isoladamente, algumas iniciativas no Rio de Janeiro, como o curso de Engenharia Militar, porém, não foi considerado como curso superior por ser um estabelecimento português. Em 1808, surge o interesse da família real em criar escolas médicas na Bahia e no Rio de Janeiro. Restrito apenas à elite, o modelo era voltado para o ensino prático e profissionalizante.

Contudo, Silva (2013) também menciona que esse tímido início sofreu um retrocesso no século XVIII, quando o Marquês de Pombal, ditador esclarecido³, assim conhecido pelo modo que castigava seus inimigos por meio de penas perpétuas, exílio e morte, como que governou em nome do rei D. José I, como primeiro ministro, expulsou os jesuítas do Brasil. Pensando em obter mais rendas para o falido Estado português, Pombal confiscou os bens da ordem e assumiu a direção do sistema de ensino jesuítico, fechando as faculdades jesuítas e colocou os sargentos, os únicos que sabiam ler, escrever e fazer contas simples, além dos oficiais das milícias, como professores nos colégios. O ressurgimento do ensino superior no Brasil teria que aguardar até o início do século XIX, com a vinda da família real em 1808.

O desenvolvimento do ensino superior no Brasil iniciou-se durante o período de colonização, período este em que apenas uma minoria tinha acesso à formação universitária

³ Sebastião Jose de Carvalho e Melo, o Marques de Pombal, ficou conhecido como ditador esclarecido durante o período em que Portugal foi profundamente abalado por um terremoto seguido de um maremoto, destruindo a cidade de Lisboa em 1735. Por sua vigorosa ação em reconstruir a cidade destruída e reordenar o império, Pombal ganhou o poder total do Rei. Logo no primeiro momento, diante de tais abalos, ele agiu prontamente e sem piedade para manter a situação sob controle. Enforcamentos dos saqueadores sem cerimônia, corpos dos mortos do terremoto reunidos rapidamente e, com autorização do patriarca de Lisboa, foram levados ao mar, amarrados a pesos e jogados no oceano. Os alugueis, os preços dos alimentos e o custo do material de construção foram fixados nos preços anteriores ao terremoto. Nenhuma reconstrução foi permitida enquanto a terra não ficasse desobstruída e não se definissem as plantas para a nova cidade (KENNETH, 1996).

como membros da igreja, da família imperial ou filhos de latifundiários, os quais tinham que se deslocar até a Europa, visto que, no Brasil a educação limitava-se apenas ao ensino religioso por intermédio dos jesuítas.

O interesse em se criar uma universidade remonta a períodos longínquos da história da educação no Brasil, mas o mesmo intensificou-se a partir de 1920, período esse em que o país passava por um momento conturbado com a chamada crise do desenvolvimento, que se agravou no final dessa década. No campo da educação, o momento também era de conflito, porque muitos intelectuais brasileiros se engajavam na luta por uma educação laica, pública e gratuita, se opondo ao ideário posto pelas camadas dominantes para o setor da educação.

As universidades estiveram proibidas no Brasil durante o período colonial, assim como a imprensa, dificultando, dessa forma a circulação de livros e do conhecimento. Os poucos livros que chegavam ao Brasil eram importados da Europa, não só de Portugal, como também da França e Inglaterra. O que, inclusive, exigia o conhecimento de outras línguas, em meio a uma população quase completamente formada por analfabetos.

Ramos (2011) cita algumas razões que motivavam a proibição:

Uma das razões que motivavam a proibição era a tentativa de impedir a circulação de novas ideias que pudessem conduzir a independência, principalmente no século XVIII, a partir da influência do iluminismo e da Revolução Francesa. Outra razão foi à falta de recursos docentes para enviar a colônia, já que, em Portugal, havia apenas uma única Universidade de prestígio: Coimbra. [...] Portanto, o ensino superior em Portugal tornou-se uma imensa fonte de renda, inclusive porque aqueles que não dispunham de bolsas tinham que arcar com imensas somas para estudar no reino e voltar “doutor” (RAMOS, 2011 p. 02).

Apesar das Universidades estarem proibidas no Brasil nesse período, os jesuítas foram responsáveis pela criação das primeiras escolas na colônia. Ao todo, os jesuítas criaram dezessete colégios no Brasil. Para supri-los com professores devidamente treinados no ofício, uma vez que só colocava na função religiosos que tinham passado por cursos de formação superior, a ordem recebeu autorização da Coroa para fundar centros de ensino superior, faculdades, embora as universidades continuassem proibidas.

Corroborando com o exposto acima, Alves e Bastos (2014) acrescentam que em virtude do nosso processo de colonização, fundamentado na exploração das riquezas naturais e na miscigenação dos povos e matrizes culturais que aqui passaram a conviver sob a liderança do europeu-português, o Brasil tornou-se distinto se comparado às demais colônias que hoje integram os países da América Latina, pois, entre outros aspectos que o caracterizam

particularmente, surge da forma como a Metrópole tratava a educação, não permitindo que em sua colônia fossem inseridos cursos superiores.

De acordo com Rodrigues (2015), novos modelos foram sendo agregados ao ensino superior, por exemplo, o Imperial Napoleônico, cujo foco era a preparação dos intelectuais da antiga classe dominante; o Modelo Idealista Alemão, cuja base teórica foi dada pelos filósofos idealistas mais expressivos como Hegel, Fichte, Kant. Neste modelo, procurava-se a separação do jugo estatal a fim de alcançar a excelência em liberdade; e o Modelo Elitista Inglês, compreende a descoberta científica e filosófica, objetiva a difusão e ampliação dos saberes com foco na juventude.

As primeiras escolas tiveram seu modelo de ensino pautado no modelo Napoleônico, que privilegiava o ensino técnico-profissional, voltado para o preparo de mão de obra especializada. Porém, o mesmo não se deu com os demais países latino americanos, colonizados pelos espanhóis, que fundaram universidades católicas logo no início da ocupação.

O ensino superior no Brasil teve seu início no final do século XIX, momento em que surgiram as primeiras instituições culturais e científicas. Houve um crescimento de escolas superiores no país, porém, todas voltadas para o ensino profissionalizante.

Conforme citam Humerez; Jankevicius (2015), com a chegada da República no país, houve algumas tentativas de criação de universidades, em 1920 surge a universidade no Rio de Janeiro, hoje Universidade Federal do Rio de Janeiro. Em 1934, após a Revolução Constitucionalista, surge a Universidade de São Paulo (USP), trazendo consigo a contratação de professores europeus e as características de universidade moderna como ensino, pesquisa e extensão.

No século XX, houve a junção de algumas faculdades isoladas, sendo criadas as primeiras universidades brasileiras: Em 1909, a Universidade da Amazônia, em Manaus. Em 1912, a Universidade Federal do Paraná, em Curitiba, e, em 1920, a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Com recursos humanos próprios gerados pelas faculdades e universidades implantadas no país, foram sendo criadas novas faculdades e institutos tecnológicos e de pesquisa em todo o território nacional. A primeira universidade brasileira moderna, criada baseada no tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, foi a Universidade de São Paulo - USP (1934), que também teve de importar boa parte de seu corpo docente (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015).

Ratificando os dados acerca da primeira Universidade, Humerez; Jankevicius (2015) afirmam que de fato a primeira a obter sucesso e perpetuar sua continuidade surgiu somente em 1920, na cidade do Rio de Janeiro, por iniciativa do governo federal, que juntou as Faculdades

Federais de Medicina e Engenharia, mais a Faculdade de Direito, em uma única instituição realmente voltada para o ensino e pesquisa

Outra afirmação é verificada nos estudos de Ramos (2011), que relata que embora não constituísse propriamente o que se entende pelo termo, agregação de docência e pesquisa, a primeira universidade criada no Brasil nasceu em Manaus no ano de 1909, fomentada pela prosperidade econômica do chamado ciclo da borracha. A Universidade de Manaus juntou os cursos de Engenharia, Direito, Medicina, Farmácia, Odontologia e formação de oficiais da Guarda Nacional em uma única instituição.

Entretanto, o autor ultimamente citado ainda acrescenta que sua vida foi breve. A Universidade acabou junto com o fim da prosperidade da borracha, em 1926, sendo diluída e restringida a faculdades independentes, incorporadas à Universidade Federal do Amazonas criada em 1962.

3.1.2 O Ensino Superior Privado

A materialização da cidadania, no Brasil, de modo irrefutável, se dá quando os indivíduos têm acesso ao direito garantido na Constituição Federal (CF) de 1988, que é a educação, no caso, a superior, pois este nível de ensino fomenta conhecimentos a quem dele tem acesso e direciona a se tornar um ser pensante e questionador (FERREIRA, 2014).

É sabido que no domínio de uma economia ultraliberal, em que questões políticas e financeiras são os pontos a serem considerados, e de um Estado semiprivado, que lhe é funcional, estão sendo propostos caminhos sem fronteiras entre o público e o privado/ mercantil ao contemplar uma dilatação da educação superior (ES) que a mantém como de elite e de alta qualificação para poucos, enquanto adquire traços de “sistema” de massas e de baixa qualificação para muitos, condição essa que deixa cada vez mais distante do que se tem como meta que é a democratização (SGUISSARDI, 2015).

Informações sobre o surgimento das universidades privadas no Brasil são encontradas nos estudos de Rivadávia Corrêa, de 1911, que elucida o fato de os preceitos de uma suposta reforma educacional permitir a cobrança de taxas pelas instituições de ensino superior, foi então fator condicionante para o surgimento de duas outras universidades no Brasil, uma privada e outra estadual.

No mesmo ano da reforma, em 1911, um “sócio capitalista”, um empresário, criou a Universidade de São Paulo (não confundir com a USP), esperando recuperar o investimento através da cobrança de taxas, oferecendo os cursos de Medicina, Odontologia, Farmácia, Comércio, Direito e Belas Artes. Entretanto, concorrendo com a Faculdade de Medicina, criada pelo governo do Estado de São Paulo, esvaziada e com custos elevados, a primeira Universidade privada brasileira tornou-se inviável, sendo extinta em 1917.

Diante do surgimento da faculdade pública em São Paulo, criada pelo governo, a universidade privada não obteve o sucesso esperado por seus idealizadores, os quais almejavam lucros e retorno do capital investido, sendo extinta no ano de 1917. Em 1912, na capital do Paraná, Curitiba, o governo do Estado criou uma universidade que ofertava os cursos de Direito, Engenharia, Medicina, Farmácia, Odontologia e Comércio.

A Universidade era dotada de orçamento e verbas públicas, porém, a proibição da expedição de certificado de conclusão do ginásio para cidades com menos de cem mil habitantes, esvaziou seus cursos, resultando em sua extinção poucos anos depois. Os seus cursos se tornaram faculdades independentes, posteriormente incorporadas, em 1950, à Universidade Federal do Paraná.

Desde muito cedo, na história da educação superior, o que se observava era a criação de escolas superiores de caráter privado. E esse assunto é mostrado nas publicações de Barreyro (2008), em que apresenta dados que caracterizam o quadro do ensino superior no período:

Assim, se em 1880 havia 2 mil e 300 estudantes, em 1915 somavam mais de 10 mil matrículas. Em 1930, havia quase 20 mil alunos. Entre 1892 e 1910, foram criadas 27 instituições de ensino superior [...] como se pode observar até aqui, o ensino superior no Brasil esteve ministrado por escolas isoladas e não por universidades – sendo uma tendência do sistema (BARREYRO, 2008 p. 15).

A partir da década de 1930, a sociedade brasileira começa a passar por transformações importantes nas esferas política e socioeconômica. Tendo iniciado o processo de industrialização (indústria de base), a economia vive uma fase de modernização significativa, que representa uma fase importante da transição da sociedade agrícola para a industrial.

No campo político, em contrapartida, a crise que teve início na década de 1920 assume proporções consideráveis e “delineou-se, portanto, como uma necessidade de se reajustar o aparelho do Estado às novas necessidades da política e da economia, ou seja, de se substituir urgentemente toda estrutura do poder político que contribuiu para criar e manter a crise econômica” (ROMANELLI, 1978).

Em decorrência desses acontecimentos, se instalou, segundo Romanelli (1978)

O novo Governo, a princípio de caráter provisório, sob a Presidência de Getúlio Vargas, começou a desmoronar-se a coalizão, com a radicalização das posições em torno da volta à normalidade constitucional. E foi a instabilidade gerada pelo conflito dos interesses das várias facções revolucionárias que caracterizou os primeiros anos do Governo Vargas. Este permaneceu no poder, de 1930 a 1945. Foram 15 anos marcados por um período mais instável (de 30 a 37) e uma ditadura (de 37 a 45) (ROMANELLI, 1978, p. 50).

Associado a esse fato, inicia-se também um período de modernização da educação em geral e da educação superior, no Brasil, como consequência do processo de modernização da sociedade e da economia, com implicações diretas para a estruturação e o desenvolvimento das instituições de ensino superior.

Durham; Sampaio (1995) destacam que:

A reforma educacional de Francisco Campos, Ministro da Educação de Vargas, que reorganizou todo o sistema deu-se nessa época (1931), que marcou o fim da 1ª República e o início do Estado Novo. Esta reforma atingiu todos os níveis de ensino e definiu, pela primeira vez, o formato legal ao qual deveriam obedecer às universidades a serem organizadas no Brasil. Nesta legislação ficou reconhecida a liberdade da iniciativa privada para constituição de estabelecimentos próprios, ainda que sob a supervisão governamental. Os decretos de número 42/83, 2.076/40 e 3.617/31 de reforma estabeleciam que a criação e a manutenção de cursos de nível superior eram livres e os poderes públicos, pessoas naturais e jurídicas e de direito privado poderiam ministra-los, desde que autorizados pelo governo federal (DURHAM; SAMPAIO, 1995, p. 03).

Vale salientar que as autoras ainda destacam que a referida legislação entrava em detalhes sobre as cobranças de mensalidades aos estudantes. Oficializa-se, dessa forma, a participação da iniciativa privada e a disputa pela hegemonia deste segmento educacional então travada pelas elites católicas e laicas.

A partir da década de 1940, observa-se um “avanço” de forma quantitativa no sistema de ensino superior. As disputas entre os grupos laicos e a Igreja pelo controle desse ensino continuavam. Por sua vez, o pacto instituído entre Estado e Igreja é desfeito com a criação da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Nesse período, federalização de algumas universidades estaduais marca a postura legal centralizadora do Estado.

Neste contexto, Silva (2013) menciona a consolidação do ensino superior privado no

país, com a elevação no número de matrículas nos seus estabelecimentos, bem como as transformações sociais, políticas e econômicas que ocorreram no país a partir da década de 40, como o desenvolvimento industrial e o aumento significativo da população, que era de trinta milhões, em 1920, chegando a aproximadamente 83 milhões, em 1965.

Acrescenta ainda, com base em suas pesquisas, outras consequências e mudanças que ocorreram em decorrência desse aumento,

Seu aumento teve como consequência, não somente o aumento dos efetivos em cada região, mas, também, a redistribuição da população. Essa redistribuição modificou o cenário demográfico do Brasil, pois houve um abandono do campo e um elevado número de cidades e da sua população, em especial na região Sudeste. Esses acontecimentos suscitaram novas discussões em torno do papel da universidade para atender as demandas postas pelas condições de vida da população. A falta de vagas nas universidades públicas e a necessidade de cursos superiores para essa população urbana são fatores que também contribuíram para a expansão do ensino superior privado onde existia demanda de mercado (SILVA, 2013, p. 35).

Vale lembrar que a expansão do ensino superior não aconteceu proporcionalmente entre os setores público e privado, nem entre as regiões do país, onde destacando-se a região Sudeste com o maior número de instituições e de matrículas do setor privado. Alguns aspectos foram responsáveis pela expansão do ensino superior privado no Brasil, por exemplo, fatores como a legislação de 1931, que determinava a existência da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras como núcleo integrador dos institutos de formação dos profissionais liberais, a existência de uma demanda egressa do ensino médio, o baixo investimento em recursos para implantação das Faculdades de Filosofia, as quais ofereciam cursos com baixa qualidade e poucos investimentos financeiros.

O início dos centros universitários no Brasil é datado na literatura na década de 1930, como núcleos de conhecimentos altruístas. Desenvolve-se, contudo, precocemente um poderoso sistema de ensino privado no Brasil, paralelo ao setor público. Na década de 70, o sistema público não absorve a demanda e o setor privado oferece cursos de baixo custo e exigências acadêmicas menores. Com isso, no final da década de 80, a educação já se caracteriza como um negócio que busca a lucratividade, orienta-se para o mercado, tendo como suas marcas a falta de liberdade, de qualificação acadêmica e valorização da competência (RIBEIRO; FUKS, 2017).

Entre as décadas de 1950 e 1970, são criadas universidades federais, estaduais, municipais e particulares em todo o país. Nesse período, o país passa por uma reforma

universitária que tinha como base a eficiência administrativa e a estrutura por departamentos. Ganham grande destaque nas universidades a pesquisa e a extensão (ALVES; BASTOS, 2014).

O período pós-guerra, mais conhecido como Segunda República, de 1945 a 1946, foi marcado pela consolidação do sistema federal de ensino superior. Segundo Mattos (apud SAMPAIO, 2002, p. 121), “o Estado expandiu seu papel de financiador do ensino superior, incorporando instituições públicas e privadas na rede federal e federalizando universidades estaduais e também particulares”. Na época, era comum as elites locais criarem instituições de ensino superior e, por meio dos políticos locais que possuíam influência no Congresso, as mesmas passavam à tutela do Estado mediante o expediente da federalização (CAVALCANTI, 2008, p. 31).

Pode-se afirmar, assim, que com o nascimento da Universidade no Brasil, o sistema passa a acomodar não apenas dois tipos de instituições de ensino superior mas também uma dualidade no sistema que ganha força e se consolida historicamente, qual seja, o setor público de educação universitária que se objetiva em universidades públicas federais e estaduais, por um lado e, por outro, o setor de ensino superior privado que se objetiva em instituições isoladas ou federações de escolas privadas, ou ainda, conforme terminologia recentemente criada, os centros universitários (BRASIL, 2013).

Mas somente a partir da década de 1970, conforme mencionam Alves; Bastos (2014), é que ocorre um grande crescimento no número de matrículas. Isso acontece em virtude da grande concentração urbana e da exigência de formação para a mão de obra industrial, o que forçou o governo ao aumento do número de vagas e à aprovação de vários outros novos cursos. Há também mudanças no processo seletivo, que passa de dissertativo e oral para provas de múltipla escolha. Nesse período, o desenvolvimento dos cursos de pós-graduação começa a ganhar impulso tanto no país quanto no exterior.

Com recursos humanos próprios gerados pelas faculdades e universidades implantadas no país, foram sendo criadas novas faculdades e institutos tecnológicos e de pesquisa em todo o território nacional. A primeira Universidade Brasileira moderna, criada com base no tripé Ensino-Pesquisa-Extensão, foi a Universidade de São Paulo (USP), 1934, que também teve de importar boa parte de seu corpo docente. Vale salientar que, sem dúvida, o Brasil foi o último país americano a criar uma Universidade.

Nos anos 80, o ensino superior enfrentou dificuldades para poder se expandir, no período após a crise econômica da “Década Perdida”, caracterizada pelo alto índice de endividamento externo do país e pelas dívidas criadas pelos altos índices de inflação. Essa crise refletiu no ensino superior no quesito número de inscritos para o processo seletivo, que baixou

de 1,8 milhões em 1980 para 1,5 milhões em 1985, retornando a 1,8 milhões em 1989. O número total de vagas teve um crescimento medíocre e saltou de 404.814, em 1980, para 466.794 em 1989 (ALVES E BASTOS, 2014).

As motivações para a resistência das universidades no Brasil fossem de fato implantadas são analisadas abaixo:

Parece-me também sugestivo que a resistência colocada pelos positivistas à ideia da criação de uma universidade no Brasil se fizesse justamente em nome da liberdade de ensino, princípio utilizado para advogar não só a retirada dos entraves legais que impediriam uma maior expansão da iniciativa privada no campo da educação (que, especialmente após 1870, começou a expandir-se no campo do ensino superior), mas também uma ciência livre de privilégios e da proteção do Estado, proteção esta que só serviria para profaná-la, nas palavras de Teixeira Mendes (CUNHA, 1980 apud MENDONÇA, 2000).

Em outros países americanos (Peru, Uruguai, Venezuela, México, Argentina), as universidades datam do século XVI ou, no máximo, início do século XX, ao passo que as universidades brasileiras só surgiram nos anos 1930 e 1940. Destarte, o ensino superior brasileiro se manteve durante muito tempo isento do movimento de reforma universitária, que iniciando em 1918 na Argentina, estendeu-se por diversos países da região, criando uma mistura particular de autonomia e politização da universidade.

A Segunda Guerra Mundial mostrou claramente, com a bomba nuclear, a necessidade de conhecimentos científicos para o desenvolvimento e segurança do Brasil, e em 1948, foi criada a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência- SBPC, que teve importância enorme no desenvolvimento do Brasil, bem como a criação do Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq) como citam Humerez; Jankevicius (2015, p. 06):

Em 1951, é criado o Conselho Nacional de Pesquisas – CNPq, com o papel de coordenar o desenvolvimento científico e tecnológico do país e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES - encarregada da formação de docentes e pesquisadores. A partir daí as atividades de pesquisa são formalizadas e financiadas em programas específicos visando o desenvolvimento científico e tecnológico do país e foram sendo criados grupos de pesquisa, estruturados em cursos formais de pós-graduação stricto-sensu pela CAPES. Em 1961 é criada a segunda Universidade moderna no Brasil, a Universidade de Brasília – UnB.

De acordo com o Ministério da Educação (2013), a atual estrutura da educação superior no Brasil foi formalizada e normatizada na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes

e Bases da Educação Nacional de 1996 e numa série de decretos oficiais e resoluções do Conselho Nacional de Educação. E esse arcabouço que regulariza a educação do País pode ser verificado na Constituição Federal, por exemplo, em seu artigo 205, o qual define, além de deveres, o comprometimento com o desenvolvimento nacional para a construção de uma sociedade justa e solidária, e não a individualização da educação superior como um bem jurídico.

No final dessa mesma década, o país vive o processo de democratização e abertura política. Em 1988, foi promulgada a Constituição Federal, tendo sido estabelecido um mínimo de 18% da receita anual, resultante de impostos da União, para a manutenção e o desenvolvimento do ensino, assegurando também a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais em todos os níveis e criando o Regime Jurídico Único (BRASIL, 2013).

A Constituição Federal de 1988 garante a gratuidade do ensino nas Instituições de Ensino Superior (IES) públicas. Permite a vinculação de receita tributária para manutenção e desenvolvimento do ensino público (70% dos 18% de receitas de impostos são empregados na educação superior) e franquia a atividade de educação superior à iniciativa privada dentro dos limites fixados na lei.

A Constituição de 1988 assegura, ainda, a participação da iniciativa privada no ensino superior, mas veda recursos públicos no financiamento das atividades desse setor. No entanto, no art. 213, está prevista a destinação de recursos públicos às escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, em caráter de fomento, atendidas as condições fixadas nos seus incisos e, no parágrafo 2, é afirmado que as atividades universitárias de pesquisa e extensão poderão receber apoio financeiro do Poder Público (BRASIL 2013, p. 08).

O princípio da gratuidade aparece como obrigação constitucional, pela primeira vez, na Constituição de 1988, fruto do trabalho do Fórum da Educação na Constituinte que apresentou emendas populares à Assembleia Constituinte em defesa do ensino público e gratuito em todos os níveis, respaldadas por mais de 270 mil assinaturas. Fato positivo para a educação e estudantes brasileiros que conquistaram o direito de acesso gratuito ao ensino superior.

A década de 1980 foi marcada pelo desenvolvimento da pós-graduação no país, a qual se deu pela combinação de alguns fatores, entre os quais se destacam: a valorização de recursos humanos de alto nível, liberdade de verbas para o desenvolvimento de programas de pós-graduação *stricto sensu*, a atuação de agências de fomento ao desenvolvimento científico (CAPES e CNPq), escolha de universidades públicas como *lócus* principal de atividade de

pesquisa, a autonomia administrativa dos programas de mestrado e doutorado, o processo de avaliação sistemático dos cursos de mestrado e doutorado e a criação de inúmeras associações nacionais de pesquisa e pós-graduação em vários ramos de conhecimento (HUMEREZ; JANKEVICIUS, 2015).

Como podemos constatar, é a partir do final da década de 1980 e, sobretudo, a partir dos meados dos anos 1990, que o setor educacional privado entra em processo de modernização capitalista, e o mercado educacional começa a se reconfigurar, adquirindo contornos mais neoliberais, tendo o Estado como seu principal fiador.

A ênfase dada a educação superior fica então reforçada com a Constituição da República de 1988 e com a aprovação de leis que regulamentam a educação superior. Com base nisso, para a viabilidade com eficácia da implantação desse nível de educação, há necessidade de flexibilização do sistema, redução do papel exercido pelo governo no sentido de propiciar nesse momento de ampliação do sistema, melhoria nos processos de avaliação com vistas à elevação da qualidade dos serviços educacionais (FERREIRA, 2014).

Nesse sentido, o Brasil consolidou, assim, seu sistema de educação superior com dois componentes bem definidos e distintos: um público e um privado, abrangendo hoje um sistema complexo e diversificado de instituições públicas (federais, estaduais e municipais) e privadas (confessionais, particulares, comunitárias e filantrópicas). “Tal divisão está seguramente relacionada com as formas de financiamento com que cada um dos modelos procura sobreviver no cenário da educação superior” (FERREIRA, 2014, p. 44).

O acesso ao ensino superior é realizado através de processos seletivos, por exemplo, o vestibular que avalia conhecimentos comuns do ensino médio. Os cursos de graduação oferecem formação em nível de bacharelado, licenciatura e tecnológica. Também faz parte desse nível de ensino a pós-graduação, que compreende programas de mestrado, doutorado e cursos de especialização. É importante destacar ainda o crescimento intenso dos cursos de graduação a distância, nos últimos anos.

As IES são classificadas segundo dois critérios: o da organização acadêmica e de categoria administrativa. De acordo com o primeiro critério, distinguem-se em instituições universitárias, as universidades: que têm como função o ensino, a pesquisa e a extensão, devem ter 1/3 dos professores com título de mestre ou doutor e 1/3 trabalhando em dedicação exclusiva; e os centros universitários: que se caracterizam que oferecem do mesmo modo qualidade do ensino, não precisam manter atividades de pesquisa e gozam de autonomia para criar cursos ou vagas.

Os centros universitários compreendem as faculdades e centros tecnológicos, voltados basicamente para as atividades de ensino e não têm autonomia. Dependem do Conselho Nacional de Educação para aprovação de novos cursos e vagas (BRASIL, 2013).

Com a Constituição de 1988 e publicação das leis que passam a regulamentar o ensino superior, surge a necessidade de flexibilizar o sistema, reduzir o papel exercido pelo governo, ampliar o sistema e aperfeiçoar os processos de avaliação, priorizando a qualidade. Alves e Bastos (2014) afirmam que, a partir dos anos 90, a oferta de vagas vem aumentando a cada ano, sendo fundamental para a democratização e expansão do ensino superior brasileiro, fator imposto pela demanda de mercado emergente diante da inserção do Brasil na economia globalizada.

No ano de 1996, são estabelecidos parâmetros para organização da educação no país, que inclusive são utilizados até os dias de hoje. Por intermédio do Ministério da Educação, a União introduz, em 20 de dezembro de 1996, a lei de nº 9.394, de forma a organizar e definir diretrizes e metas a serem cumpridas, tem como principal objetivo classificar, dividir e diferenciar o sistema de Ensino Superior Brasileiro, de forma que facilite a compreensão das formas de manutenção e Administração de cada instituição, identificando a finalidade, a missão, e, principalmente, entendendo a identidade (BRASIL, 2013).

Desde janeiro de 1995, o governo federal empreendeu uma série de reformas no ensino superior, seguindo orientações da Constituição de 1988 e da Nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, pela forma do capítulo IV da lei 9.394/96. Foram promulgadas novas leis e decretos, porém, a legislação passou tão somente em se preocupar em ampliar o acesso ao ensino superior, sobretudo fomentando o aparecimento crescente de instituições privadas (RAMOS 2011, p.16).

Nesse sentido, é possível perceber que as mudanças tiveram início no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC). Após longa e difícil tramitação, o Congresso Nacional aprovou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em 20 de dezembro de 1996 (BRASIL, 2013). Quanto ao processo de expansão e privatização da educação superior brasileira, pode-se afirmar que sofreu aceleração na década de 1990, especialmente durante o governo de FHC, favorecido pela sanção de legislação específica.

Esse período foi marcado pela implementação de mecanismos sistemáticos de avaliação dos cursos de graduação, durante a gestão do então ministro da educação Paulo Renato de Sousa. O Exame Nacional de Cursos, que ficou conhecido popularmente por “Provão”, passou a condicionar os processos de reconhecimento de cursos, credenciamento e recredenciamento

de instituições ao desempenho mensurado por essa avaliação (RAMOS, 2011).

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) reformulou a política para o ensino superior de tal forma que as modificações foram sentidas tanto no setor público quanto no setor privado. Podemos afirmar que o referido governo modificou toda a lógica e cultura vigentes na educação superior brasileira, trazendo para o sistema a conformidade de mercado e regulação, por meio da implantação de concepções neoliberais à educação, o que corroborou diretamente para a consolidação da mercantilização da educação superior, sem precedentes na história da educação (GOMES, 2003).

Em análise ao octênio do governo FHC, Sguissardi (2006) elenca alguns aspectos importantes adquiridos pela educação superior brasileira nesse período, dentre os quais é importante destacarmos: a baixa cobertura do sistema; a diversidade institucional; a privatização do sistema, predominância do setor privado em relação ao público, com um crescimento de 118% das Instituições de Ensino Superior (IES) privadas e aumento de 70% nas matrículas; distorção da distribuição regional da educação superior; má distribuição por área de conhecimento, concentrando no setor privado áreas que exigem baixos investimentos, mas com altos retornos financeiros; redução de 33% do PIB para o financiamento das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES); expansão de um modelo de universidade de ensino em detrimento de universidade de pesquisa; legislação educacional voltada, sob muitos aspectos, para as teses e orientações dos organismos multilaterais, garantindo a grande expansão do setor privado; aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), em que se vetaram as principais metas relativas à educação superior, enfatizando a desresponsabilização do Estado com a educação (NUNES; BRAGA, 2016, p. 74).

Desta forma, o sistema expandiu-se, contudo, com novos contornos no tocante à legislação, como ressalta Carvalho (2006, p.05):

Quanto ao segmento particular, a alteração legislativa mais significativa, e, que sofreu severas críticas das associações de classe que defendem os interesses privados, foi a diferenciação institucional intrasegmento privado. Até 1997, todos os estabelecimentos particulares de ensino usufruíram imunidade tributária sobre a renda, os serviços e o patrimônio. A partir de então, as instituições passaram a ser classificadas em privadas *stricto sensu* e sem fins lucrativos (confessionais comunitárias e filantrópicas). As primeiras deixaram de se beneficiar diretamente dos recursos públicos e indiretamente da renúncia fiscal, enquanto que as demais permaneceram imunes ou isentas da incidência tributária.

Com a modificação da legislação, houve uma grande corrida das instituições em busca de alterar a sua natureza institucional, assim como também seu estatuto, desta forma, é importante destacar que grande parte das instituições privadas *stricto sensu* passou a intitular-se sem fins lucrativos (filantrópicas) para continuar se beneficiando com a isenção tributária.

Em termos quantitativos, Silva (2013) declara que a expansão do ensino superior no país foi marcada pela difusão do setor privado, sendo regido pelas leis de mercado na qual a qualidade da formação oferecida é secundária e a pesquisa é totalmente irrelevante. Esse setor busca áreas que não requerem muitos investimentos nem melhoria da qualidade do ensino, mas em lugares onde existe demanda.

Seus estabelecimentos de ensino são gerenciados como empresas educacionais, oferecendo produtos e serviços que propiciam um lucro garantido. Outro aspecto que tem grande relevância na análise do ensino superior no país no final da década de noventa e tem se expandido em todo o território nos dias atuais é a educação a distância, aprovada por meio do Decreto nº 5.622, em dezembro de 2005, pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Não se pode negar que a modalidade a distância se apresenta como uma possibilidade de oferta desse nível de ensino para a população em diferentes regiões do país que não tem a possibilidade de acesso a um curso presencial.

Entretanto, a sua maioria mantido pelo setor privado, apresenta um padrão inferior e (como na modalidade presencial) continua sendo destinado a um alunado de baixo poder aquisitivo, proveniente, possivelmente, de uma educação básica de má qualidade. Esses aspectos conjugados a outros têm certificado uma gama de profissionais sem as competências e habilidades necessárias para desenvolverem suas atividades.

No tocante à educação superior, parece que a tarefa central do governo Lula não se voltava mais para criar o mercado de ensino superior privado. Essa tarefa já havia sido cumprida pelo governo anterior. O novo desafio era consolidar esse mercado, implementando medidas para garantir-lhe sustentabilidade, visto que o problema de acesso ao ensino superior não se dava mais por falta de vagas e, sim, pelo fato da grande maioria da população com faixa etária entre 18 e 24 anos não possuir condições financeiras para ingressar e permanecer estudando nas IES privadas.

De acordo com Ramos (2011), a política para o ensino superior trata-se não mais de privilegiar a expansão de matrículas, cursos e instituições particulares, mas de criar condições para a sustentação financeira dos estabelecimentos existentes.

Esse grande quantitativo de jovens que se encontravam fora da educação superior desencadeou várias discussões no campo da educação, pois esses jovens apresentavam um

perfil, ou seja, em sua maioria eram jovens negros e pobres (classificação de cor ou raça segundo IBGE), por esse motivo se estabeleceu, entre outras medidas, o programa de cotas para as universidades públicas (ALVES E BASTOS, 2014).

Dá a reserva de vagas e surgimento das ações afirmativas, medidas que visam à democratização, priorizando grupos minoritários com histórico de exclusão, sejam eles de origem étnica, racial, entre outros, oriundos de escola pública e de famílias de baixa renda. Considera-se de baixa renda⁴ o indivíduo com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo.

De acordo com Heringer (2011), além das políticas voltadas para ampliação das instituições federais de ensino superior já existentes, no período do governo de Lula (2003-2010), foram criadas no Brasil catorze novas universidades federais. Embora praticamente todas já estivessem em operação, é importante destacar que muitas delas têm seu funcionamento marcado por precariedades e pouca infraestrutura, principalmente quando localizadas em campi mais isolados. Esta é uma questão que tem colocado vários desafios neste processo de expansão do ensino superior público.

Santos (2016) faz um breve resumo do surgimento das políticas públicas de financiamento educacional no ensino privado no Brasil, ele explica que:

Na primeira década dos anos 2000 o crescimento do setor educacional privado teve o apoio fundamental de alguns instrumentos legais, como por exemplo: a Lei n. 10.260/2001, que cria o Fundo de financiamento Estudantil (FIES); o Decreto n. 4.914, de 11/12/2003, que concede autonomia aos centros universitários; o Decreto n. 5.622, de 19/12/2005, que regulamenta a educação a distância (EAD); e a Medida Provisória n. 213 de 2004, transformada em Lei n. 11.096/2005 que instituiu o Programa Universidade Para Todos – PROUNI. A adesão a este Programa por qualquer instituição privada, com ou sem fins lucrativos, tem propiciado isenção fiscal de importantes tributos pelas IES mercantis (Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas – IRPJ, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, a Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS e a Contribuição para o Programa de Integração Social – PIS) (SANTOS, 2016, p. 56).

⁴ O decreto nº 6.135, de junho de 2007, art. 4º adotam as seguintes definições: - Família: a unidade nuclear composta por um ou mais indivíduos, eventualmente ampliada por outros indivíduos que contribuam para o rendimento ou tenham suas despesas atendidas por aquela unidade familiar, todos moradores em um mesmo domicílio. - Família de baixa renda: sem prejuízo do disposto acima, é aquela com renda familiar mensal per capita de até meio salário mínimo; ou a que possua renda familiar mensal de até três salários mínimos. - Domicílio: o local que serve de moradia à família. - Renda familiar mensal: a soma dos rendimentos brutos auferidos por todos os membros da família, não sendo incluídos no cálculo Programas sociais e de transferência condicionada de renda implementados por Estados, Distrito Federal ou Municípios. - Renda familiar per capita: razão entre a renda familiar mensal e o total de indivíduos na família (BRASIL, 2007).

Em outra vertente da expansão do ensino superior no Brasil, temos a implementação nos últimos seis anos do PROUNI- Programa Universidade para Todos. Criado em 2004 através da medida provisória nº.213, de 10/09/2004, e institucionalizado posteriormente através da Lei 11.096, de 13/01/2005, o PROUNI converteu-se ao longo dos últimos anos no maior programa voltado para a inclusão de estudantes de escola pública, com o recorte específico para estudantes negros, indígenas, pessoa com deficiência e professores de escola pública no ensino superior privado.

Outro programa criado, em 1999, pelo Ministério da Educação foi o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (FIES). Operacionalizado pela Caixa Econômica Federal, instituição financeira estatal. O FIES é destinado a financiar a graduação no ensino superior de estudantes que não têm condições de arcar integralmente com os custos de sua formação.

O Fundo financia até 100% do valor da parte da mensalidade devida pelo estudante à instituição de ensino. Para candidatar-se ao FIES, o aluno deve estar regularmente matriculado em instituição privada, cadastrada no Programa e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC.

Não poderão se candidatar os alunos cuja matrícula acadêmica esteja em situação de trancamento, que já foram beneficiados pelo FIES e que sejam responsáveis por inadimplência com o Programa de Crédito Educativo⁵ (PCE/CREDUC), beneficiários de bolsas integrais ou parciais do PROUNI, bem como em curso/habilitação/turno diferente daquele vinculado a sua bolsa, alunos cuja renda bruta total mensal familiar seja inferior ao valor da mensalidade do curso a ser financiado.

Essa restrição não se aplica aos bolsistas parciais de 50% do PROUNI e aos bolsistas complementares de 25%, pois esse grupo não passa por processo seletivo para obter o financiamento do FIES (BRASIL, 2013).

A partir de 2005, o FIES passou a conceder financiamento também aos estudantes selecionados pelo o PROUNI para recebimento da bolsa parcial de 50%, regularmente matriculados em cursos de graduação. O FIES pode ser utilizado por estes estudantes, para pagamento de 25% do valor da mensalidade. O número de contratos firmados por meio do Fundo de Financiamento Estudantil mais que dobrou em 2012 em relação a Educação

5 O Crédito Educativo – CREDUC, é uma plataforma de gestão para o programa de parcelamento próprio das instituições de ensino. Com o programa de parcelamento próprio, a instituição de ensino facilita o pagamento das mensalidades do seu aluno, possibilitando que ele pague parte da mensalidade no período em que está estudando, e a outra parte, no futuro (CREDUC, 2018).

(MEC). De acordo com a pasta, em 2012 foram 368 mil novos financiamentos, enquanto que em 2011 foram firmados 153 mil contratos, o que representa um aumento de 140% (BRASIL, 2013).

Em 2003, no início da gestão do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o MEC desencadeou o processo de Reforma da Educação Superior, visando democratizar o acesso ao ensino superior, inserir a universidade no projeto de desenvolvimento nacional, refinanciar a universidade pública, transformar a universidade pública em referência para toda a educação superior e estabelecer nova regulação entre os sistemas público e o privado.

O PROUNI, uma das primeiras iniciativas no âmbito da Reforma, pode ser analisado como desdobramento da relação posta aos setores público e privado, como uma política focalizada, de caráter compensatório e, de certa forma, como uma ação afirmativa. Instituído em setembro de 2004, o PROUNI visa a criar condições para o acesso de estudantes ao ensino superior, por meio da oferta de bolsas de estudo, de diferentes modalidades: bolsa de estudo integral concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda per capita não exceda o valor de até um salário mínimo e meio; bolsa de estudo parcial de cinquenta por cento concedida a brasileiros não portadores de diploma de curso superior, cuja renda familiar per capita não exceda o valor de até três salários mínimos.

A impressão que Agapito (2016) elucida em seus estudos se dá de modo crítico ao ensino superior privado quando se coloca dizendo que essa modalidade privada da educação superior, arraigada de interesses políticos e econômicos, vem se solidificando e se ampliando a cada dia em direção contrária ao ensino superior público, que está em expressão diminuída na contemporaneidade. Para ele, o ensino superior público é um direito público, gratuito e de qualidade, que permite a produção do conhecimento científico favorecendo o enfrentamento de desafios/limites para assegurar a dissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão.

Já no que se refere ao papel da universidade, seus estudos demonstram que as universidades de ordem privada preparam seus estudantes para tornarem-se profissionais operacionais voltados apenas para as exigências do mercado de trabalho, capacitando-lhes fundamentalmente para a gestão, planejamento, previsão, controle e desempenho da estrutura organizacional, caminhando para um processo de distanciamento da formação superior comprometida com o despertar do pensamento crítico nos indivíduos.

3.1.3 Um olhar sobre os indicadores dos cursos superiores no Brasil

Ao olharmos para o cenário da educação superior no Brasil, podemos constatar um crescente avanço na oferta e procura por essa modalidade de ensino. Esse crescimento foi constatado de acordo com um estudo desenvolvido pela assessoria econômica do SEMESP, realizado em 2015, com o intuito de oferecer um panorama mais completo e detalhado da educação superior brasileira referente ao ano de 2013, abrangendo todos os estados brasileiros, apresentando um conjunto de análises que favorece uma melhor compreensão do setor como um todo.

A garantia do direito à educação de qualidade é um princípio fundamental para as políticas e gestão da educação, processos de organização e regulação, assim como para o exercício da cidadania. Apesar dos avanços nas políticas e gestão da educação nacional, o panorama brasileiro é marcado por desigualdades regionais no acesso e permanência de estudantes à educação, requerendo mais organicidade das políticas educacionais. Para assegurar essa garantia existe a construção do Sistema Nacional de Educação (SNE) e do Plano Nacional de Educação (PNE) como políticas de Estado (FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO (FNE), 2013).

O Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005/2014, é um instrumento de planejamento do nosso Estado democrático de direito que orienta a execução e o aprimoramento de políticas públicas do setor. Neste novo texto, fruto de amplos debates entre diversos atores sociais e o poder público, estão definidos os objetivos e metas para o ensino em todos os níveis – infantil, básico e superior – a serem executados nos próximos dez anos. O PNE 2014-2024 traz dez diretrizes, entre elas a erradicação do analfabetismo, a melhoria da qualidade da educação, além da valorização dos profissionais de educação, um dos maiores desafios das políticas educacionais. De acordo com o art. 7º dessa nova lei, a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios atuarão em regime de colaboração para atingir as metas e implementar as estratégias previstas no texto (BRASIL, 2014, p. 7).

A Constituição Federal de 1988 precede à autonomia da iniciativa privada em oferecer cursos de ensino superior (Brasil, 1988). Cabia ao Estado o papel de ditar as normas para a educação nacional, conceder autorizações e avaliar a qualidade do ensino (CHACON; CALDERÓN, 2015).

Nos últimos 13 anos, o número de matrículas em cursos presenciais das Instituições de Ensino Superior (IES) públicas e privadas no Brasil cresceu 129%, sendo que em 2013, o

aumento chegou a 3,8%. Na modalidade de ensino a distância (EAD), de 2009 a 2013, o crescimento ficou em 37,5%, refletindo um crescimento de 50% na rede privada e uma queda de 10,5% na rede pública.

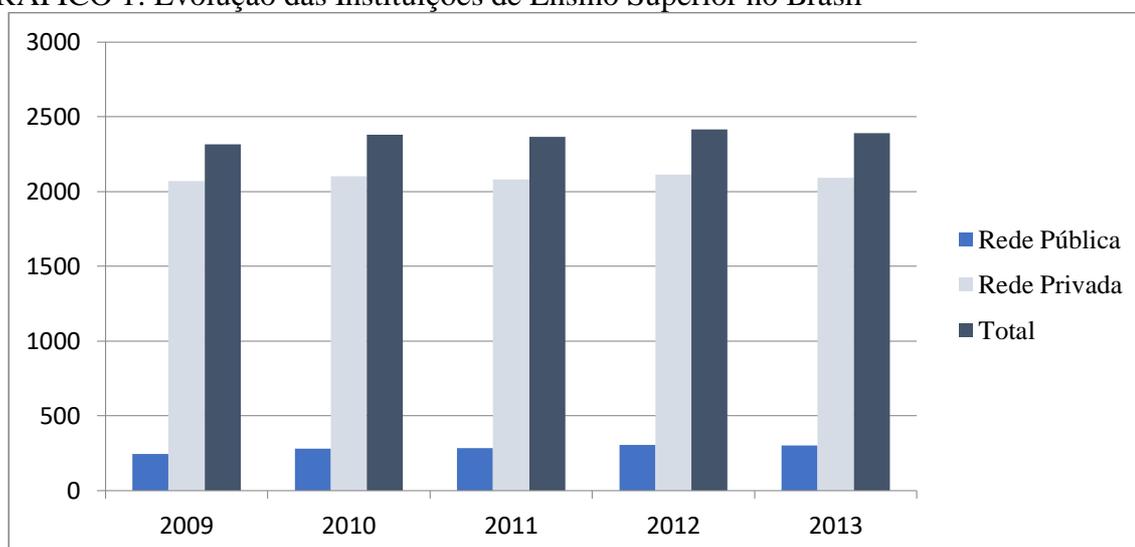
Em 2013, enquanto o crescimento do EAD na rede privada alcançou 7,2%, na rede pública a queda chegou a 14,9%. Com relação aos cursos tecnológicos de nível superior, de 2009 a 2013, as matrículas tiveram um aumento de 26,4%, sendo que, em 2013, o crescimento ficou em 2,2% (1,2% na rede privada e 6,2% na pública). O mapa 2015 mostra também que 18,5% dos 49 milhões de trabalhadores empregados com carteira assinada possuem nível superior completo, e que o maior contingente desses trabalhadores, 45,2%, tem formação apenas no ensino médio (Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior/ SEMESP, 2015).

O estudo do SEMESP (2015) revela ainda os números atualizados dos contratos firmados pelo Programa de Financiamento Estudantil (FIES) no período de 2010 até junho de 2015, que somaram 2,1 milhões. Vale lembrar que, para atender ao FIES, as IES se prepararam dentro dos padrões e nos níveis necessários para inserir os jovens brasileiros menos favorecidos no ensino superior e torná-los mais aptos a contribuir para o desenvolvimento do país.

Estamos apresentando alguns dados estatísticos levantados nesse estudo com o intuito de fazermos uma breve apresentação do ensino superior no país. Os dados aqui apresentados são fruto desse estudo realizado em 2015 pela SEMESP e com base em dados obtidos pelo INEP.

Primeiramente, vejamos no gráfico 1 dados que demonstram a Evolução das Instituições de Ensino Superior no Brasil:

GRÁFICO 1: Evolução das Instituições de Ensino Superior no Brasil



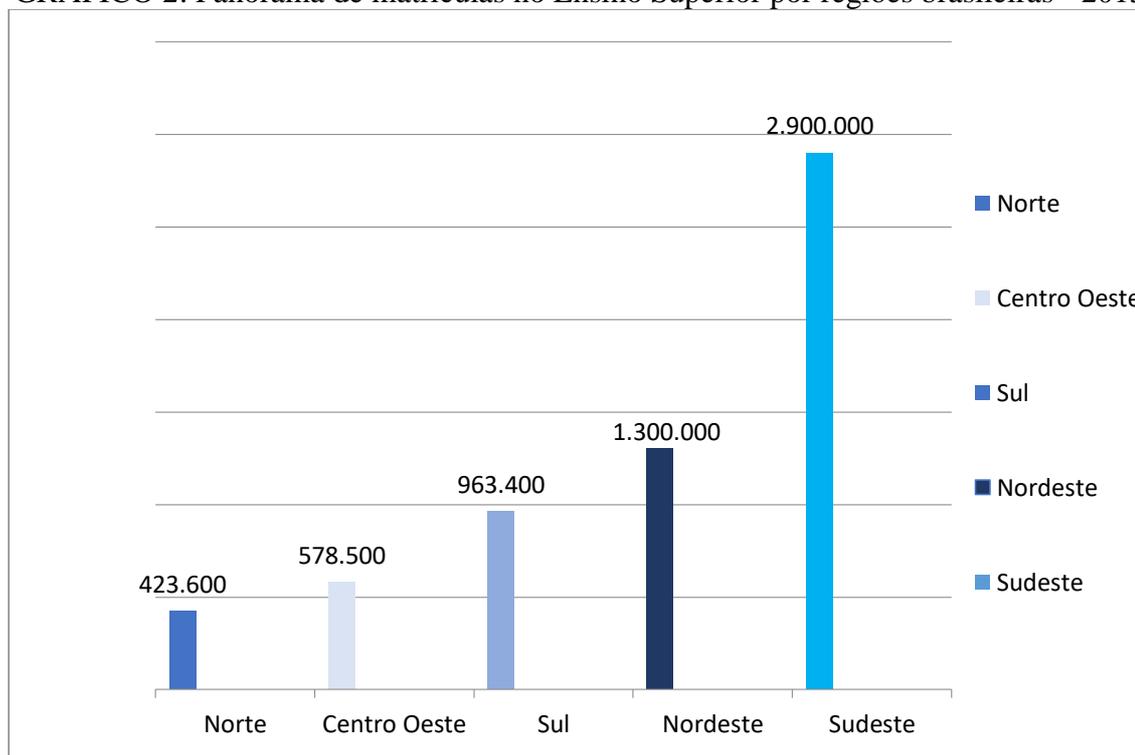
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com dados obtidos através do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior SEMESP (2015).

O número de Instituições de Ensino Superior no Brasil esteve em constante ascensão nos últimos 13 anos, com um crescimento total de 102,6%, sendo 108,2% nas IES privadas e 71% nas públicas. No entanto, em 2013, o setor da educação de nível superior decresceu cerca de 1%, totalizando 2.391 instituições, sendo 2.090 IES privadas e 301 públicas.

Em 2014, no Brasil, havia 1.708 Instituições Mantenedoras de Ensino Superior, sendo 1.506 privadas e 202 públicas (e cada mantenedora pode possuir uma ou mais de uma Instituição de Ensino Superior). Destas, 67% são de pequeno porte (com até 2 mil alunos). Já o número de Instituições de Ensino Superior (IES) mantidas no país esteve em constante ascensão nos últimos 14 anos, com um crescimento total de 101%, sendo 106% nas IES privadas e 69% nas públicas. No entanto, em 2014, o setor da educação de nível superior decresceu cerca de 1%, totalizando 2.368 instituições: 2.070 IES privadas e 298 públicas (SEMESP, 2016).

O gráfico 2, a seguir, apresenta um panorama de matrículas realizadas no Ensino Superior nas regiões brasileiras.

GRÁFICO 2: Panorama de matrículas no Ensino Superior por regiões brasileiras - 2013



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base em dados do Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior SEMESP (2015)

De acordo com os dados obtidos, a Região Sudeste é responsável por 47,2% de matrículas em cursos presenciais no ensino superior no Brasil, seguida pelas regiões Nordeste

(20,9%), Sul (15,6%), Centro-Oeste (9,4%) e Norte (6,9%).

É possível constatar que o número de matrículas em cursos presenciais das IES públicas e privadas do Brasil aumentou de forma expressiva nas últimas três décadas. De 2000 a 2013, chegou a crescer 129%. Em 2013, havia cerca de 1,8 milhão de alunos matriculados nas IES da rede pública (28,8%) e 4,4 milhões de alunos em instituições privadas (71,2%), totalizando 6,1 milhões de matrículas. No ano anterior, esse total era de 5,9 milhões de matrículas, das quais 1,7 milhão na rede pública e 4,2 milhões em IES privadas. As instituições privadas continuam predominantes na educação superior.

Na tabela abaixo, exibiremos o número de Instituições, cursos, matrículas e concluintes da Educação Superior por categoria administrativa no Brasil 2013, respectivamente. Vejamos:

TABELA 1 - Número de Instituições, cursos, matrículas e concluintes da Educação Superior por categoria administrativa Brasil – 2013

	Total	Instituições Públicas			Privada
		Federal	Estadual	Municipal	
Número de instituições	2.391	106	119	76	2.090
Cursos	32.049	5.968	3.656	1.226	21.199
Matrículas	7.305.977	1.137.851	604.517	190.159	5.373.450
Concluintes	2.391	115.336	82.892	31.050	761.732

Fonte: MEC (2013)

A rede Privada lidera no número de Instituições (2.090), Cursos (21.199), Matrículas (5.373.450) e concluintes (761.732). Em seguida, a rede Estadual com 119 instituições, 3.656 cursos, 604.517 matrículas e 82.892 concluintes. A rede Federal com 106 instituições, 5.968 cursos, 1.137.851 matrículas e 115.336 concluintes. Por fim, a rede Municipal com 76 instituições, 1.226 cursos, 190.159 matrículas e 31.050 concluintes.

Motivações para a expansão do ensino superior no Brasil, que condicionou o avanço do acesso à educação, apresentadas por Martins; Oliveira (2017), deram-se em decorrência da reforma da educação iniciada com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96);

da universalização do ensino básico, que criou uma nova demanda pelo ensino superior; da demanda das empresas por maior qualificação da mão de obra diante das novas tecnologias e do novo ciclo da globalização; bem como do crescimento de programas governamentais voltados para a expansão e para a diversificação do ensino superior.

Das 2.391 instituições de educação superior do Brasil, apenas 8% são universidades e detêm mais de 53% dos alunos, sendo, portanto, grandes instituições. Por outro lado, as faculdades têm uma participação superior a 84%, mas atendem apenas 29% dos alunos de acordo com a tabela abaixo

TABELA 2 - Número de Instituições da Educação Superior por Organização Acadêmica – Brasil - 2013

Organização Acadêmica	Instituições		Matrículas de Graduação	
	Total	%	Total	%
Total	2.391	100,0%	7.305.977	100%
Universidades	195	8,2	3.898.880	53,4%
Centros Universitários	140	5,9	1.154.863	15,8%
Faculdades	2016	84,3	2.131.827	29,2%
IFs e CEFETs	40	1,7	120.407	1,6%

Fonte: Tabela construída pelo autor com base em dados do Censo da Educação Superior - DEED/MEC/INEP (2013).

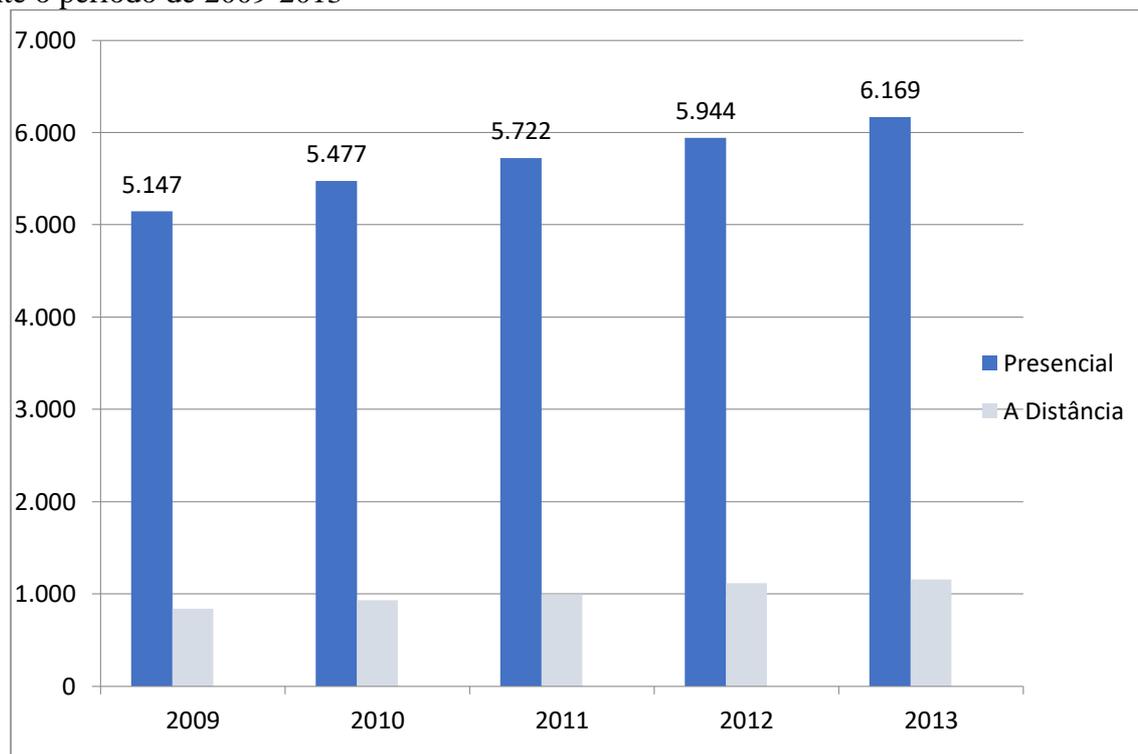
O encadeamento de amplificação da educação superior que se iniciou no governo de Luiz Inácio da Silva, em 2003, foi constituído na descomplexificação dos espaços físicos e humanos existentes, além disso na edificação de infraestruturas, contratação de novos servidores e abertura de novas vagas e matrículas (SILVA, 2017).

Portes (2017) analisa criticamente o considerável crescimento do acesso ao ensino superior privado no Brasil quando alerta que essa “mercantilização da educação”, que se chama também de “empresariamento da educação”, dá-se meramente para atender a necessidades e anseios financeiros de ordem política, uma vez que foi modificada toda a finalidade do que se

propõe no ensino superior que é tornar indivíduos críticos, questionadores e resolutivos perante questões/problemas de uma sociedade e não apenas a indução desses indivíduos para o mercado de trabalho.

No gráfico 3, analisa-se a evolução de matrículas de graduação por modalidade de Ensino Brasil, durante o período de 2009-2013.

GRÁFICO 3 - Evolução de matrículas de graduação por modalidade de Ensino no Brasil, durante o período de 2009-2013



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor por dados do Censo da Educação Superior - DEED/MEC/ INEP/SEMESP

A evolução das matrículas de nível superior a distância registrou, de 2009 e 2013, um crescimento de 37,5%, sendo um aumento de 50% na rede privada e uma queda de 10,5% na pública. No período de 2012 a 2013, o crescimento na rede privada alcançou 7,2% (932 mil matrículas para 999 mil). No entanto, na rede pública, ocorreu uma queda acentuada de 14,9% nas matrículas (eram 182 mil matrículas em 2012 e chegou a 155 mil em 2013).

No período 2012-2013, a matrícula cresceu 3,9% nos cursos presenciais e 3,6% nos cursos a distância. Os cursos a distância já contam com uma participação superior a 15% na matrícula de graduação de acordo com o gráfico abaixo.

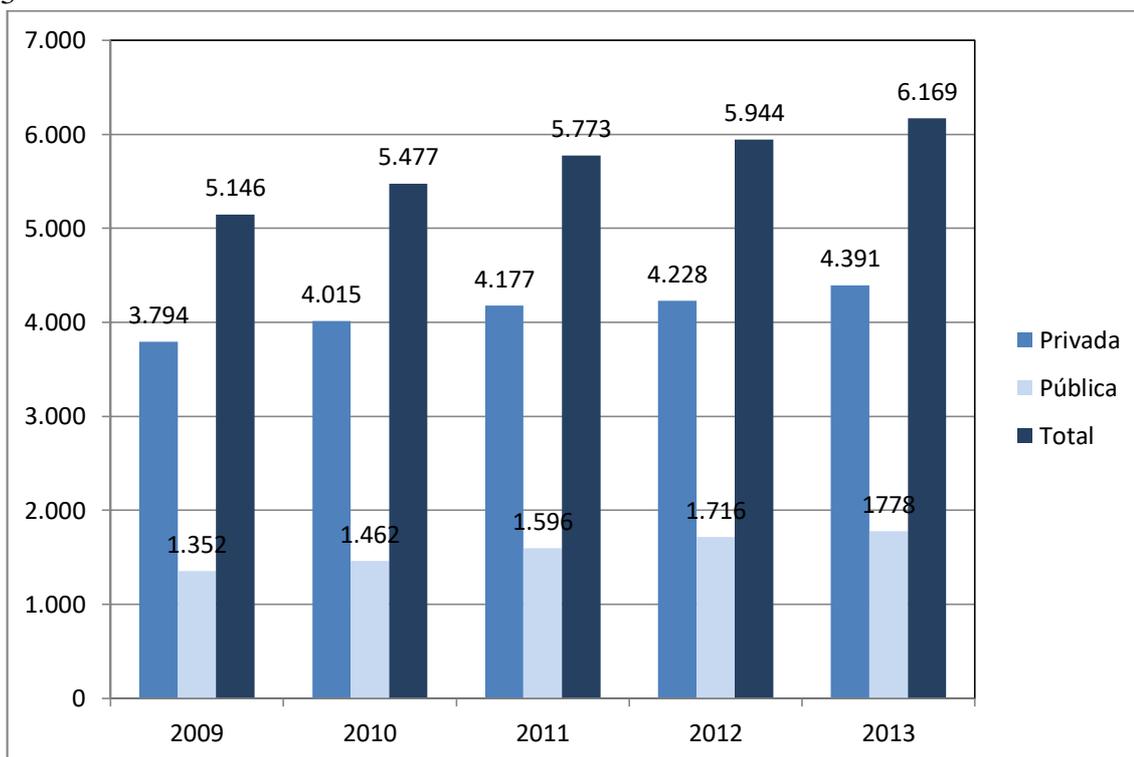
Em 2014, havia cerca de 7,8 milhões de alunos matriculados no ensino superior. Destes, 6,5 milhões em cursos presenciais (83%) e 1,3 milhão em cursos EAD (17%), sendo que 75% das matrículas estão concentradas na rede privada (5,9 milhões). Segundo projeções realizadas

pelo SEMESP (2016), a perspectiva foi de redução de 3,6% no total de matrículas na rede privada, em 2015, provocada pela crise econômica e pela diminuição do número de contratos do FIES, programa oferecido pelo governo federal. Em 2016, o número total de matrículas se manteve estável em relação a 2015.

Já o número total de ingressantes (que iniciam o 1º ano), nos cursos presenciais, a queda chegou a 10,6% em 2015. Nos cursos EAD, houve um acréscimo de 15% no mesmo período, reduzindo a estimativa de queda no número total de ingressantes para 3,7%. Em 2016, o número total de ingressantes se manteve estável com relação ao ano de 2015, com pequeno aumento de 2,4% (redução de 1,8% para os cursos presenciais e aumento de 11% nos cursos EAD) (SEMESP, 2016).

As matrículas em cursos presenciais das IES públicas e privadas do Brasil – 2009-2013, são percebidas no gráfico 4:

GRÁFICO 4 - Matrículas em cursos presenciais das IES públicas e privadas do Brasil – 2009 - 2013



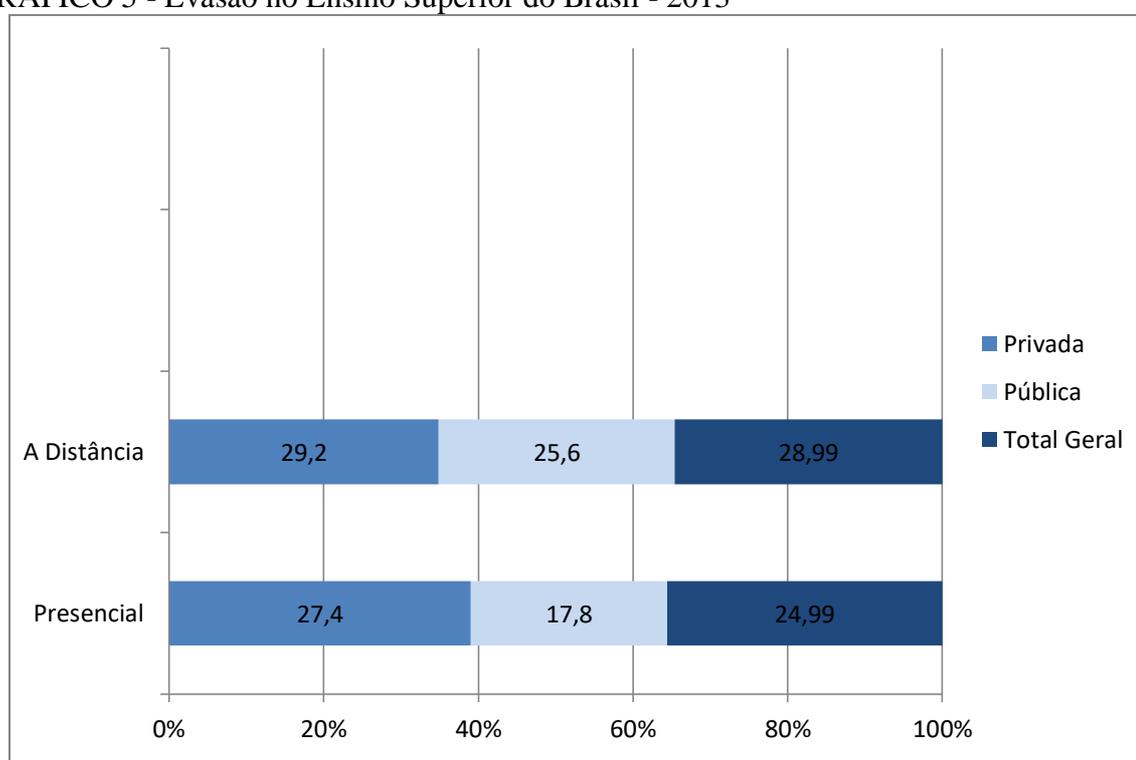
Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com dados obtidos no SEMESP/ Censo INEP 2013

De acordo com o gráfico, é possível perceber que o número de matrículas em cursos presenciais das IES públicas e privadas do Brasil aumentou de forma considerada nos últimos anos. Com destaque para as instituições privadas que, em 2013, registra cerca de 4,4 milhões

de alunos matriculados, o que corresponde a 71,2%. Na rede pública, a quantidade foi de 1,8 milhão, o equivalente a 28,8, totalizando 6,1 milhões de matrículas em 2013. No ano anterior, esse total era de 5,9 milhões de matrículas, das quais 1,7 milhão na rede pública e 4,2 milhões em IES privadas. Esses números representam um crescimento total de 3,8%, sendo 3,6% na rede de ensino pública e 3,9% na rede privada.

No gráfico 5, é permitido compreender a evasão no Ensino Superior no Brasil no ano de 2013. Vejamos:

GRÁFICO 5 - Evasão no Ensino Superior do Brasil - 2013



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com dados obtidos através do SEMESP/Censo INEP 2013

Outro ponto a ser avaliado é a taxa de evasão no Ensino Superior, que é calculada com base nos alunos desistentes em relação ao total de alunos matriculados. Em 2013, a taxa de evasão dos cursos presenciais da rede privada no Brasil atingiu o índice de 27,4% e 17,8% na pública. Nos cursos EAD, no mesmo ano, o índice chegou a 29,2% na rede privada e 25,6% na pública. Na rede privada, a diferença entre as modalidades de ensino presencial e EAD ficou em 1,8 pontos percentuais; na rede pública, o percentual foi maior (7,8 pontos).

Registros do SEMESP (2016) abordam o ineditismo do estudo ao revelar a taxa de permanência total em um curso no Brasil para o ingressante que entrou em 2010 e não evadiu em cinco anos, que chegou a 51,3% na rede pública e 40% na privada. E também a taxa de

evasão no 1º ano dos cursos presenciais de graduação na rede privada, que é extremamente menor entre aqueles que possuem contratos firmados por meio do FIES. Em 2014, período em que foi fechada a maior quantidade de contratos (732 mil), essa taxa chegou a apenas 7,4% para alunos com o FIES e 25,9% entre os que não possuíam o financiamento.

O Censo 2013 também pesquisou os maiores cursos em número de matrículas nas modalidades de ensino presencial e EAD. Esses dados servem para melhor caracterizar o cenário dos cursos de graduação no país e demonstrar a superioridade da oferta de vagas no curso de Administração no Brasil.

TABELA 3 - Os dez maiores cursos de graduação em número de matrículas no Brasil na modalidade presencial e a distância – 2013

GRADUAÇÃO PRESENCIAL E A DISTÂNCIA			
	Curso	Matrículas	%
	Total	3.656.602	100
1	Administração	800.114	21,8
2	Direito	769.889	21,0
3	Pedagogia	568.030	15,3
4	Engenharia	447.597	12,2
5	Ciências Contábeis	328.031	8,9
6	Enfermagem	194.166	5,3
7	Serviço Social	157.919	4,3
8	Psicologia	146.347	4,0
9	Gestão de Pessoal RH	138.243	3,7
10	Ciência da Computação	106.266	2,9

Fonte: Censo da Educação Superior/DEED/MEC/INEP 2013

A tabela acima mostra que o curso de Administração está em primeiro lugar em relação aos dez cursos mais requisitados na modalidade de Ensino a Distância, representando um total de 21,8%.

Esse número ratifica o que é mostrado no estudo publicado por Pereira (2015), que declara que a modalidade de ensino superior de educação a distância vem crescendo e se expandindo em considerável proporção em números de matrículas no Brasil nos últimos anos. Sendo a EAD no ensino superior mais uma forma de democratização desse nível de ensino, uma vez que se tem possibilidades tecnológicas que a favorecem.

O primórdio da EAD no Brasil remonta ao início do século XX, com uso de material impresso, à semelhança do que estava acontecendo em outros países, como Estados Unidos, Inglaterra e França, que tinham vivido suas primeiras ofertas de cursos a distância, por correspondência, em fins do século XIX. Nas primeiras décadas do século XX, surge no Brasil os primeiros cursos oferecidos pelo Instituto Monitor, voltados para a formação no ramo da eletrônica, e pelo Instituto Universal Brasileiro (IUB), dirigidos para a formação de nível elementar e médio (MAIA; VIDAL, s.d.).

Assim, a EAD surge como mais uma ferramenta garantida e crescente, a qual possibilita aos estudantes se introduzirem no ensino superior, que mescla processos de inovação tecnológica, massificação educacional e digital e mudanças radicais de paradigmas institucionais e de sociabilidades (PIMENTA, 2017).

Porém, Pereira (2015) alerta que aluno que se gradua no ensino superior na modalidade a distância deve, além de saber utilizar as ferramentas tecnológica inerentes a essa forma de aprendizagem, ser, sobretudo, altamente disciplinado para poder apreender o que lhe é proposto com o estudo.

Percebendo a EAD no contexto brasileiro, mas especificamente no que se refere ao surgimento dessa modalidade de ensino, a Associação Brasileira de Educação a Distância – ABED nos revela que

No Brasil, a EAD teve como marco inicial o século XX. Para definir esse marco, anúncios de jornais do estado do Rio de Janeiro, que ofertavam cursos por correspondência, principalmente cursos de datilografia, são fontes que sinalizam o uso dessa modalidade de ensino, mesmo de forma ainda incipiente. Podemos citar alguns acontecimentos relevantes na institucionalização da EAD no país, tais como a chegada da filial da norte-americana Escolas Internacionais, em 1904 e em 1913, as primeiras discussões sobre a oferta de cursos rápidos a distância, propostas de Faculdade Livre de Direito de São Paulo, na pessoa do seu vice-diretor Alberto Sousa. (ABED, 2015).

“A EAD no país, desde a década de 2000, passou de uma modalidade pouco expressiva e com dominância do setor público para uma modalidade em vias de massificação e sob a direção do privado” (PIMENTA, 2017).

A partir dos dados do Censo de Educação Superior de 2013, verificamos que o curso que está entre os maiores números de alunos matriculados é o de Administração, na condição presencial, que responde por 21,8 de todas as matrículas do ensino superior no país.

TABELA 4 - Cursos presenciais mais procurados na Rede Privada- 2013

Cursos	Matrículas
Direito	677.875
Administração	557.948
Pedagogia	213.142
Engenharia Civil	211.255
Ciências Contábeis	208.380
Enfermagem	193.420
Psicologia	153.273
Engenharia de Produção	111.147
Gestão de Pessoal/ Recursos Humanos	105.806
Arquitetura e Urbanismo	99.521
Fisioterapia	96.070
Ciência da Computação	83.124
Formação de Professor de Educação Física	82.988
Publicidade e Propaganda	76.274
Farmácia	74.447
Engenharia Mecânica	72.182
Medicina	66.239
Serviço Social	59.972
Nutrição	59.351
Odontologia	56.415

Fonte: SEMESP/Censo INEP 2013

Segundo os dados obtidos, os tradicionais cursos presenciais de Direito (677,8 mil matrículas), Administração (557,9 mil) e Pedagogia (213,1 mil) foram os mais procurados por universitários nas instituições de ensino superior privado no Brasil em 2013.

Percebendo essa mesma questão relacionada aos cursos mais buscados em instituições de ensino superior privado, o SEMESP (2016) nos revela que, em 14 anos, o Brasil registrou um crescimento de 200% no total de cursos presenciais, saindo de 10.585 cursos em 2000 e chegando a 31.642 em 2014. Na rede privada, o aumento foi ainda maior, de 220%, saindo de 6.564 cursos em 2000 para 21.025 em 2014. Os tradicionais cursos presenciais de Direito (721 mil matrículas), Administração (539 mil) e Engenharia Civil (265 mil) foram os mais procurados por universitários nas instituições de ensino superior privado no Brasil em 2014.

Diante de todos os dados já demonstrados acerca do crescimento do ensino superior e da demanda por determinados cursos, uma análise, um tanto quanto crítica, é feita por Agapito (2016) quando diz que o panorama contemporâneo do ensino superior brasileiro está priorizando a viabilização de crescente e contínuo capital, ou seja, agindo por interesses econômicos e políticos em detrimento da preparação de alunos pensantes e questionadores, ficando em segundo plano, quando esse plano pelo menos existe, a produção intelectual direcionada à pesquisa científica.

Apesar do aumento do número de matrículas, Fontele; Crisóstomo (2016 apud SILVA; SANTOS, 2017), apontaram dificuldades encontradas pelos estudantes bolsistas no que tange à oferta de cursos, pelo fato desta ser desenhada pelas perspectivas do mercado de trabalho e por conveniência das IES.

3.2 Políticas públicas de financiamento

As orientações das reformas educacionais, impostas por esses organismos, têm como fundamento as regras do mercado na gestão e financiamento das políticas públicas, que defendem a redução dos custos, o aumento da competitividade, bem como a formação de recursos humanos mais produtivos. Um dos argumentos utilizados reside na má qualidade dos serviços prestados pelo Estado, ressaltando-se a eficiência dos serviços oferecidos pelo setor privado, e orientados para o lucro.

É justamente nesse contexto de crise e de privatização intensa que se tem destacada a necessidade de ampliação do acesso à educação superior. Entre os problemas que estão na origem da crise da universidade brasileira, e que tem contribuído para o comprometimento de

seu futuro, destacamos a questão do aumento da demanda de candidatos (acesso) ao ensino superior e ao financiamento.

As políticas públicas surgem, no ordenamento jurídico, como instrumento regulamentador do conteúdo essencial dos direitos sociais – para a consecução de estratégica de finalidades políticas e econômicas –, principalmente, com intuito de realçar e garantir a efetividade daquele direito que está implícito no texto constitucional. O legislador constituinte brasileiro claramente elegeu políticas públicas como base, fundamento da sociedade brasileira, e dever primordial do Estado, delimitando de modo minucioso a atuação dos poderes públicos. (FERREIRA, 2014).

Visando garantir a igualdade nas condições de acesso ao ensino superior, o Estado tem buscado, por meio das políticas públicas de financiamento estudantil, a promoção desse acesso isonômico ao mundo universitário. Sendo essa a alternativa tida como uma resolução a curto prazo para fomentar e incentivar a educação superior no Brasil.

No entanto, essas políticas não preveem igualdade de condições de permanência, do mesmo modo em que se empenham em facilitar a entrada do aluno nos centros universitários privados (SGUISSARDI, 2015).

Deste modo, as políticas públicas educacionais relativas ao ensino superior que trataremos nesse estudo se permearão entre o Programa Universidade para Todos (PROUNI) e Fundo de Financiamento Estudantil (FIES). Sendo o maior destaque para o PROUNI, objeto de estudo em que será focado todos os contextos que conduzirá ao alcance do objetivo estabelecido.

Que mesmo apesar de todo o seu processo de criação do programa ser considerado, nas explanações de Daniele; Pamplona (2017), um tanto quanto bastante controverso, com uma pressão significativa das entidades representativas do setor privado, em que a IES/Mantenedora interessada em ofertar bolsas de estudo do PROUNI efetua a adesão por meio do Sistema do Programa Universidade para Todos – SISPROUNI e, posteriormente, o MEC divulga o resultado com a quantidade de bolsas integrais e parciais ofertadas e distribuídas por curso e por IES/Campus, é esta política que será circunstanciada continuamente.

De todo modo, é imperioso saber que o financiamento do ensino superior é um assunto de enorme relevância econômica, social e política.

Do ponto de vista econômico, é um instrumento fundamental para a formação de capital humano de nível superior, além de envolver um volume significativo de recursos públicos destinados à educação. Do ponto de vista político, é instrumento para promover a equidade e o

mérito. Assegurar o equilíbrio entre esses polos constitui desafio não trivial. Do ponto de vista social, pode viabilizar, ou não, o acesso de parcelas significativas da população ao ensino superior (BOLETIM IDADOS DA EDUCAÇÃO, 2016).

3.2.1 Programa Universidade para Todos - PROUNI

Diante da necessidade de melhorias em todos os níveis educacionais e em especial no nível superior, o governo federal lançou em 2004 o Programa Universidade para Todos (PROUNI), com a finalidade de incentivar e possibilitar o estudo e o acesso ao ensino aos brasileiros de baixa renda, bolsistas integrais de escolas particulares e a ex-alunos do ensino médio da rede pública.

O PROUNI oferece bolsas de estudo, integrais (100%) e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais de formação específica, a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior. Para se inscreverem, é necessário que os beneficiários realizem a prova do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e obtenham a nota média nacional, que nos últimos anos tem permanecido em torno de 45% aptos a concorrer às vagas. Condicionando com a redução da defasagem de oferta nas universidades públicas.

O programa oferta bolsas que cobrem os custos das mensalidades de forma parcial ou integral e em contrapartida concede às instituições reduções tributárias no Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Contribuição Social para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) (MEC, 2018). A isenção vale a partir da assinatura do Termo de Adesão e durante seu período de vigência (dez anos). O programa ainda possui uma política de quotas, as quais são distribuídas de acordo com a proporção dessas populações nos estados, destinadas aos portadores de necessidades especiais, afrodescendentes e indígenas.

Consideramos importante ressaltar que, embora possuindo um caráter inclusivo, o programa tem recebido críticas de diferentes setores, Heringer (2011), que atuam no campo da educação superior, seja pelo fato de que tende a fortalecer a presença do setor privado no ensino superior, seja porque, no caso das bolsas equivalentes a 50% do valor da mensalidade, torna-se difícil preencher o número de vagas disponíveis, pois as famílias de menor renda não podem arcar com os 50% restantes da mensalidade.

Observa-se ainda nos estudos do autor anteriormente citado, que para ele, os estudantes dos estratos sociais menos favorecidos têm menos condições econômicas de permanecer em um curso superior, ainda que recebam as bolsas do PROUNI e todas as condições especiais possibilitadas pelo FIES aos que não obtêm 100% da bolsa do PROUNI.

Para efeito de análise, quando se tem como parâmetro o Índice de Evasão Total – IET, entre o setor público e o privado, no período de 2006 a 2011, registrou-se que no PROUNI tal índice é baixo. Isto porque 102.741 estudantes (34,4%) foi o Índice de Evasão no setor público, enquanto no setor privado contabilizou 480.607 estudantes (41,7%) que não finalizaram o Curso no período estipulado. Desse modo, é elevada a evasão total nos setores público e privado, no Brasil, quando comparada à dos bolsistas PROUNI (10,4%), provavelmente em função de a vigência da bolsa ser de tempo determinado, condicionado à duração do Curso, exceto os casos de trancamento por tempo determinado, o que difere da flexibilidade relativa que os estudantes do setor público e privado (pagantes) têm de integralizar o Curso (COSTA; FERREIRA, 2017).

Outra crítica que o programa recebe é percebida nos estudos de Chacon; Calderón (2015), quando dizem que o PROUNI serve às pretensões das instituições filantrópicas, comunitárias, confessionais e empresariais de ensino superior, por meio da isenção de impostos e contribuições, que reduz em aproximadamente 15% os gastos, em troca de modestíssimas vagas para o programa, em que deveria ocorrer a proporcionalidade das reduções fiscais de acordo com a ocupação das vagas.

Segundo Chaves (2015), as instituições de educação superior foram afetadas em todo o mundo por mudanças ocorridas na esfera do trabalho e por um movimento reformista, orientado por organismos multilaterais de financiamento como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial.

Em 10 anos, o Programa Universidade para Todos (PROUNI) teve um crescimento de 137% na oferta total de bolsas. Já em 2016, o programa ofertou 329 mil bolsas (162,5 mil bolsas parciais e 166,5 mil integrais), número pouco menor que em 2015, quando foram oferecidas 329,1 mil bolsas (124,5 mil parciais e 204,6 mil integrais). Vale destacar ainda que em 2014 foram registradas quase 441 mil matrículas no PROUNI. No mesmo período, foram inscritos 162 mil ingressantes (que cursam o 1º ano da graduação) e 62 mil alunos concluíram a graduação (SEMESP, 2016).

Segundo dados do Ministério da Educação, o número de novas bolsas ofertadas teve pequeno aumento no segundo semestre de 2016 (125,5 mil) em comparação ao mesmo período

de 2015 (116 mil), a alta foi puxada pelo crescimento das bolsas parciais (de 47.033 para 68.437) (BRASIL, 2016).

A população tem cada vez mais se posicionado contra a exclusão, de qualquer tipo, exigindo a diminuição das desigualdades. Assim, o desafio dos programas sociais governamentais é não somente elevar a oferta, mas promover, acima de tudo, a inclusão por meio das ações afirmativas, ou seja, conjunto de medidas especiais voltadas para grupos discriminados e vitimados pela exclusão social ocorrida no passado ou no presente, através de políticas que propiciem uma maior participação destes grupos discriminados na educação, aumentando o acesso à educação por meio de cotas ou concessão de bolsas de estudo.

O objetivo das ações afirmativas é eliminar as desigualdades e segregações, de forma que não se mantenham grupos elitizados e grupos marginalizados na sociedade, ou seja, buscase uma composição diversificada onde não haja o predomínio de raças, etnias, religiões, gênero, etc.

Ações afirmativas são medidas que visam à democratização do acesso ao emprego e à educação. Nas universidades brasileiras essas ações constituem programas de cotas para a inserção de grupos sociais com histórico de exclusão; no Brasil, são representadas essencialmente enquanto programas de cotas, ou seja, são medidas que priorizam a inserção social de grupos minoritários com histórico de exclusão por meio da reserva de vagas.

Nesse quadro, a educação superior fica em evidência, sendo considerado um segmento apropriado para a promoção de transformações, da independência das pessoas com necessidades educacionais especiais, do conhecimento, e, acima de tudo, da inclusão de grupos minoritários como afrodescendentes, indígenas, mulheres e menos favorecidos financeiramente, bem como amenizar os problemas que possam ocorrer em consequência das desigualdades sociais, sendo estas um problema que afeta grande parte dos brasileiros, acarretando pobreza, miséria, desemprego, marginalização, violência, falta de acesso à educação de qualidade, entre outros.

O financiamento da educação superior pública constitui-se num dos principais desafios para o Brasil, é o que afirmam Chaves; Amaral (2014) em virtude da adoção, a partir da década de 1990, de políticas de contenção de recursos, com consequências comprometedoras na qualidade da produção do conhecimento e da formação de profissionais para o país.

O programa abrange diversas expectativas e interesses por parte dos governantes, das instituições e dos estudantes: o governo federal, com a possibilidade de desenvolvimento do país, por meio da divulgação dos programas sociais desenvolvidos, objetiva o aumento de brasileiros no ensino superior, o que traz benefícios às instituições de ensino superior

particulares, por meio da redução da carga tributária, com reduções de alguns impostos e, para os estudantes, a possibilidade de acesso à educação superior (NUNES; SARAIVA, 2011).

A Constituição Federal Brasileira de 1988, em seu artigo 205, afirma que: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade [...]” (BRASIL, 1988). Sendo um dever do Estado e da família e tendo a colaboração da sociedade, conclui-se que o seu financiamento pode se efetivar pelos recursos constantes do fundo público, que é estatal, pagamento de mensalidades, que são recursos das famílias, e da interação das instituições educacionais com os diversos setores da sociedade (empresas, indústrias, associações, etc.).

Particularmente, no que se refere ao direito à educação superior, a CF de 1988 adota um princípio mais restritivo que o da progressiva universalização aplicado à educação básica, ao estabelecer que (art. 208, inc. V) o dever do Estado será efetivado mediante “acesso aos níveis mais elevados de ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um”. Entende-se facilmente o caráter elitista, sistema embasado no favorecimento de minorias, de nossa educação superior, que apresenta uma das menores taxas de acesso do mundo, considerando países de economia equivalente, registrando-se, em 2011, o percentual de 14,8% dos jovens de 18 a 24 anos.

Na figura abaixo poderemos perceber o perfil de quem acessa ao ensino superior público e privado conforme variáveis distintas. Vejamos:

Figura 1 - Perfil da dos ingressantes do ensino superior entre a demanda potencial - Brasil

Variáveis	Categorias	IES PÚBLICAS		IES PRIVADAS		2003		2013	
		Não Ingr.	Ingr.	Não Ingr.	Ingr.	Não Ingr.	Ingr.	Não Ingr.	Ingr.
Total		90,6	9,4	89,1	10,9	76,8	23,2	74,5	25,5
Sexo	Masculino	91,0	9,0	90,0	10,0	78,5	21,5	77,4	22,6
	Feminino	90,1	9,9	88,1	11,9	75,2	24,8	71,5	28,5
Etnia	branco / amarela	88,9	11,1	86,5	13,5	70,5	29,5	69,0	31,0
	preta / parda / indígena	93,0	7,0	91,7	8,3	87,9	12,1	80,4	19,6
Região	Norte	88,6	11,4	87,3	12,7	85,6	14,4	79,6	20,4
	Nordeste	86,5	13,5	85,9	14,1	85,0	15,0	78,1	21,9
	Sudeste	93,3	6,7	92,3	7,7	76,4	23,6	75,6	24,4
	Sul	87,3	12,7	86,3	13,7	67,9	32,1	66,9	33,1
	Centro-Oeste	88,0	12,0	83,0	17,0	70,5	29,5	64,3	35,7
Escol_chefe	Até EFund.	95,3	4,7	94,4	5,6	86,8	13,2	83,3	16,7
	EMédio	83,6	16,4	86,8	13,2	64,4	35,6	70,3	29,7
	ESup	62,3	37,7	69,6	30,4	37,3	62,7	49,8	50,2
Renda Dom.	Até 1,5 SM	94,6	5,4	91,8	8,2	92,1	7,9	82,3	17,7
	Acima de 1,5 SM	85,6	14,4	82,4	17,6	37,7	59,3	40,7	

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADS 2003 e 2013 apud Carvalho; waltenberg, 2015.

A tabela acima mostra que nos 10 últimos anos de ação afirmativa (cotas, bônus, ProUni), a taxa de ingresso da demanda potencial nas instituições de ensino superior (IES) públicas aumentou de 9,4% em 2003 para 10,9% em 2013. A taxa de ingresso nas IES privadas aumentou de 23,2% em 2003 para 25,5% em 2013. As categorias com maior taxa de ingresso são as mulheres, os brancos, pai com educação superior e domicílios com renda alta. Entretanto, a taxa de ingresso dos negros aumentou no período analisado, tanto nas IES públicas quanto nas privadas. A taxa de ingresso dos filhos cujo pai possui pelo menos o ensino médio reduziu entre 2003 e 2013 nas instituições públicas e privadas (CARVALHO; WALTENBERG, 2015).

O PROUNI ofertou, somente em 2014, 306.726 bolsas, das quais 205,2 mil foram integrais. Após quase 10 anos em vigor, esta é a maior oferta de bolsas por ano contabilizada pelo programa. Criado em janeiro de 2005, pelo ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o PROUNI colocou, naquele ano, 112,2 mil estudantes na graduação.

As bolsas são oferecidas a estudantes do ensino médio da rede pública ou da rede particular, desde que também tenham estudado com bolsas. Para participar do programa, é preciso ter renda familiar per capita máxima de três salários mínimos mensais.

Dados do Sistema Informatizado do PROUNI (SISPROUNI) apontam que, entre 2005 e 2013, 69% das bolsas concedidas foram integrais, o correspondente a 873.648 estudantes. Além disso, foram oferecidas mais de 400 mil bolsas parciais neste mesmo período. Ainda segundo o SISPROUNI, 52% das vagas no programa foram ocupadas por mulheres. Os brancos representam 46,6% dos bolsistas, seguidos pelos pardos com 37,3%, e pretos com 12,5%, de acordo com a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Para participar do programa, os estudantes brasileiros não podem possuir diploma de curso superior e devem atender, ao menos, uma das condições estabelecidas, tais como: ter cursado o ensino médio completo em escola da rede pública; ter cursado o ensino médio completo em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola; ter cursado o ensino médio parcialmente em escola da rede pública e parcialmente em escola da rede privada, na condição de bolsista integral da própria escola privada; pessoa com deficiência; ser professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública e concorrer a bolsas exclusivamente nos cursos de licenciatura. Nesses casos, não há requisitos de renda (BRASIL, 2016).

Quando ocorrer de o bolsista do PROUNI não ser contemplado com a integralidade da bolsa, ou seja, ser um bolsista parcial, este poderá financiar pelo FIES a parte da mensalidade não coberta pela bolsa, não tendo, assim, que arcar com os custos de sua formação enquanto

estiver estudando. Além disso, o bolsista parcial do PROUNI possui condição especial no FIES, podendo financiar até 100% dos encargos adicionais não cobertos pela bolsa, independentemente do comprometimento da mensalidade na renda familiar mensal bruta per capita (PROUNI – MANUAL DO BOLSISTA, 2015).

O processo seletivo do PROUNI é composto por duas fases: processo regular e processo de ocupação das bolsas remanescentes. No processo regular, pode se inscrever o candidato que tenha participado da edição do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) do ano imediatamente anterior e que tenha obtido, no mínimo, 450 pontos na média das notas das provas do Exame e nota acima de zero na redação.

No processo para ocupação das bolsas remanescentes, pode se inscrever o candidato que: seja professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública, para os cursos com grau de licenciatura destinados à formação do magistério da educação básica; ou tenha participado do Enem, a partir da edição de 2010, e que tenha obtido, em uma mesma edição do referido exame, média das notas nas provas igual ou superior a 450 pontos e nota superior a zero na redação.

Em ambos os processos, as inscrições são gratuitas e efetuadas exclusivamente pela internet, por meio da página do PROUNI. Por ano, são realizados dois processos seletivos do PROUNI, um no primeiro semestre e outro no segundo semestre.

O programa ainda dispõe das bolsas remanescentes que são aquelas eventualmente não ocupadas no decorrer do processo regular do PROUNI. Pode se inscrever às bolsas remanescentes o candidato que atenda a uma das condições a seguir: seja professor da rede pública de ensino, no efetivo exercício do magistério da educação básica e integrando o quadro de pessoal permanente da instituição pública, para os cursos com grau de licenciatura destinados à formação do magistério da educação básica; ou tenha participado do Enem, a partir da edição de 2010, e obtido, em uma mesma edição do referido exame, média das notas nas provas igual ou superior a 450 pontos e nota superior a zero na redação (DANIELE; PAMPLONA, 2017).

Quanto à fiscalização do programa, esta dá-se através da CONAP (Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social), e através da COLAP (Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para Todos), que são órgãos colegiados, de natureza consultiva em cada IES participante, com função de acompanhamento, averiguação e inspeção do programa, devendo promover também a articulação entre o CONAP e a comunidade acadêmica.

Existe uma troca de informações entre a Secretaria de Receita Federal do Brasil (RFB) e a Secretaria de Educação Superior (SESU), do Ministério da Educação, que fiscalizam bolsistas do PROUNI e as instituições de ensino superior que recebem renúncia fiscal para participarem do programa (DANIELE; PAMPLONA, 2017).

A saber, Daniele; Pamplona explicam como se dá o processo desenvolvido pela CONAP perante o PROUNI, veja:

O CONAP, por meio de sua Assembleia se reúne 6 vezes por ano e conta com a seguinte composição: Dois representantes do corpo discente das instituições privadas de ensino superior, sendo pelo menos um deles bolsista do PROUNI; um representante dos estudantes do ensino médio público; dois representantes do corpo docente das instituições privadas de ensino superior; dois representantes dos dirigentes das instituições privadas de ensino superior; dois representantes da sociedade civil; dois representantes do Ministério da Educação; e um representante das Secretarias de Educação dos Estados e do Distrito Federal, conforme redação da Portaria Normativa nº 11, de 201238 que alterou a Portaria MEC nº 429, de 2 de abril de 2008, que dispõe sobre o CONAP. O Presidente será por um de seus membros, eleito pelo colegiado, para mandato de um ano, facultada a recondução por uma única vez (DANIELE; PAMPLONA, 2017, p. 54).

Já o COLAP São órgãos colegiados, de natureza consultiva instituídos em cada Instituição de Ensino Superior - IES participante do PROUNI, com função preponderante de acompanhamento, averiguação e fiscalização da implementação local do Programa Universidade para Todos – PROUNI nas IES, devendo promover também a articulação entre a CONAP e a comunidade acadêmica das IES participantes do programa, com vistas ao seu constante aperfeiçoamento.

As Comissões Locais veem com a finalidade de aprimorar as relações acadêmicas entre os bolsistas PROUNI e as Instituições de Ensino Superior – IES. Por serem instaladas em cada endereço de oferta de bolsas das IES participantes do PROUNI, as Comissões Locais assim mais próximas à realidade acadêmica de cada IES, poderão atender os questionamentos da comunidade do PROUNI levantados através de reclamações, denúncias, críticas e sugestões inerentes ao programa e dirigidas a Comissão.

Desse modo foi estabelecido no Art. 2º da Portaria nº 1.132, a qual dispõe sobre a Instituição das Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para Todos – PROUNI, que compete às Comissões Locais:

- Exercer o acompanhamento, averiguação e fiscalização da implementação do PROUNI nas Instituições de Ensino Superior (IES) participantes do Programa;

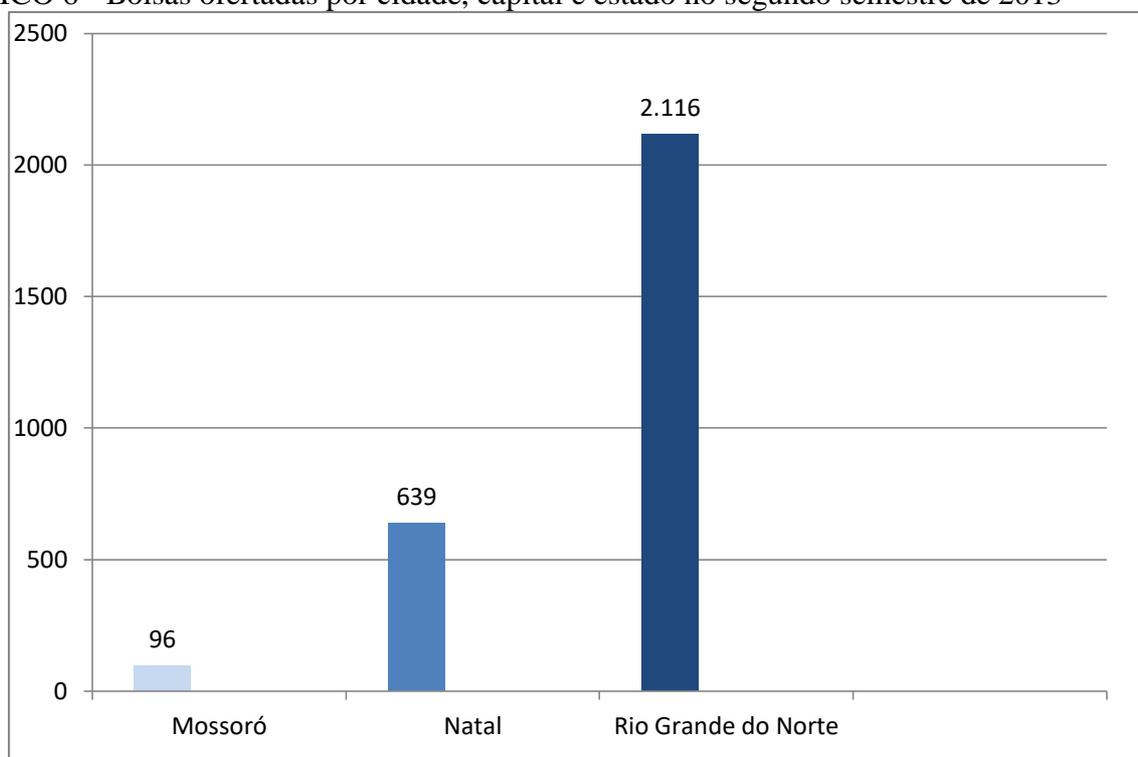
- Interagir com a comunidade acadêmica e com as organizações da sociedade civil, recebendo reclamações, denúncias, críticas e sugestões para apresentação, se for o caso, à Comissão Nacional de Acompanhamento e Controle Social do PROUNI - CONAP;
- Emitir, a cada processo seletivo, relatório de acompanhamento do PROUNI;
- Fornecer informações sobre o PROUNI à CONAP.

O PROUNI pode ser verificado por meio dos dados fornecidos pelo SISPROUNI no que se refere às concessões de bolsas para cada Estado do Brasil, e por sua vez para cada cidade desse desses Estados. Assim é possível identificar como se dá o PROUNI em termos de contemplações com suas bolsas para o Rio Grande do Norte, e bem especificamente para a cidade de Mossoró

De acordo com o SISPROUNI (2015), no segundo semestre de 2013, o PROUNI ofertou (integral e parcial) na cidade de Mossoró 96 bolsas, na capital, Natal, foram 639 bolsas e no estado do Rio Grande do Norte 2.116 bolsas.

Vejamos essa informação no gráfico que segue:

GRÁFICO 6 - Bolsas ofertadas por cidade, capital e estado no segundo semestre de 2013



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com dados obtidos através do MEC (2013)

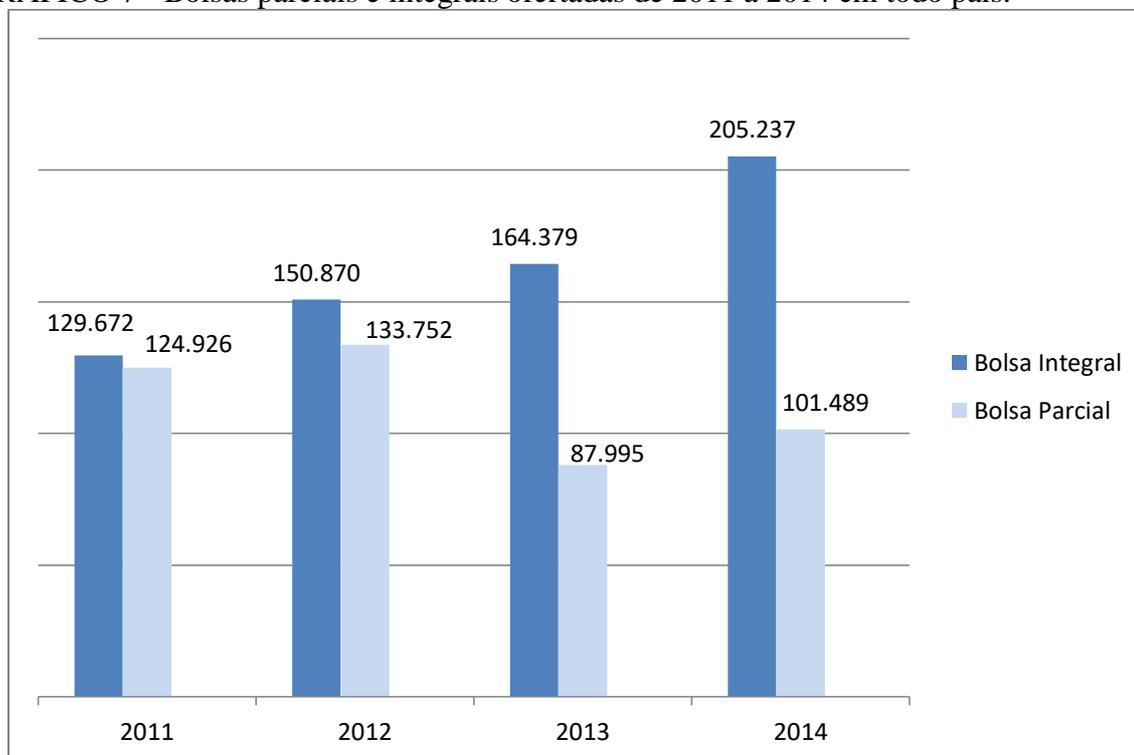
De acordo com dados do SISPROUNI (2015), o programa ofertou de 2011 a 2014 um total de 650 mil 158 bolsas integrais e 448 mil 162 bolsas parciais em todo país, totalizando mais de 1 milhão de bolsas oferecidas nesse período.

O cenário que envolve o PROUNI é o de acesso ao ensino superior. Porém, desde a sua criação até o momento, o PROUNI, como política de inclusão social, tem sido alvo de críticas. Questionam-se, assim, as condições de acesso e permanência oferecidas pelo PROUNI aos bolsistas, como também os benefícios do programa para as instituições de ensino superior (GHELERE, 2014).

Os questionamentos sobre o processo que envolve o PROUNI são verificados pela CONAP e pelas Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social que supervisionam tanto as instituições quanto os alunos, e, diante de alguma constatação indevida, agem desde o cancelamento das bolsas, desligamento das instituições e termos de ajuste para as instituições que exibem baixa ocupação das bolsas (DANIELE; PAMPLONA, 2017).

No gráfico abaixo poderemos visualizar como foram ofertadas as bolsas do PROUNI, parciais e integrais, nos anos compreendidos entre 2011 e 2014,

GRÁFICO 7 - Bolsas parciais e integrais ofertadas de 2011 a 2014 em todo país.



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com dados obtidos através do MEC/SISPROUNI (2015).

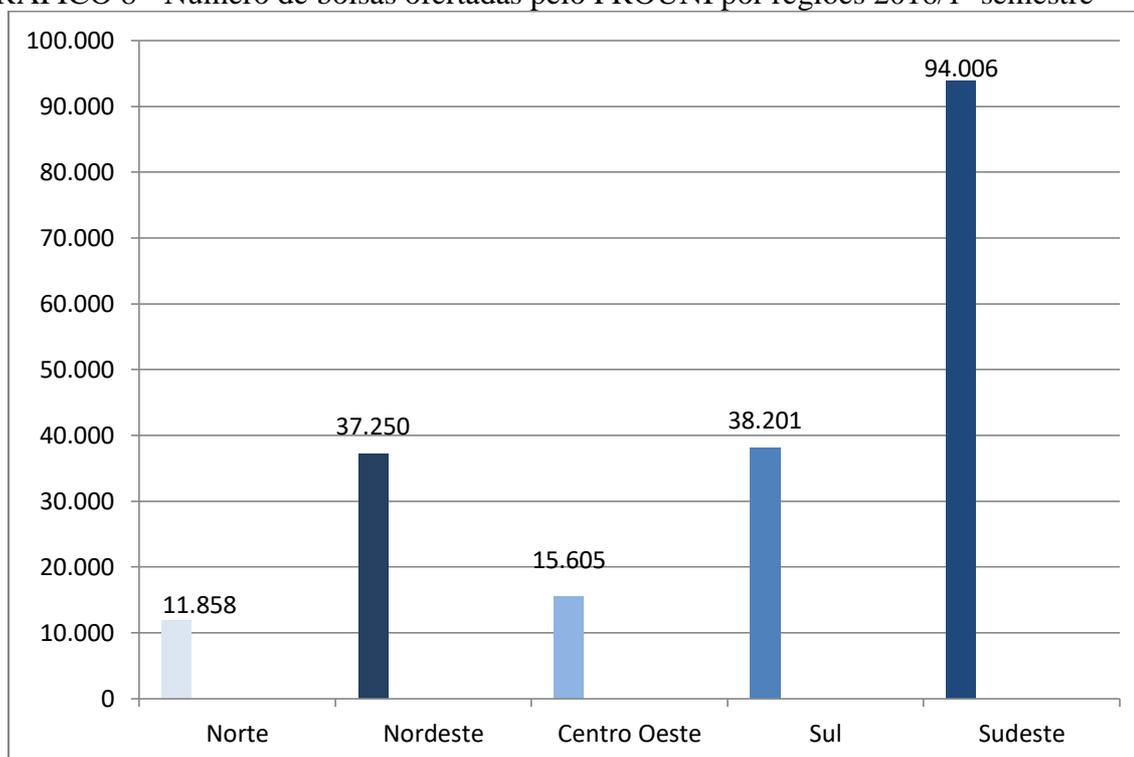
A bolsa de estudo do PROUNI é um benefício concedido na forma de desconto parcial ou integral sobre os valores cobrados pelas instituições de ensino privadas e refere-se à totalidade das semestralidades ou anuidades escolares. O PROUNI não cobre ou ressarcemensalidades pagas pelo estudante em semestres anteriores ao da concessão da bolsa. O estudante que já está matriculado na instituição de ensino e é beneficiado por uma bolsa no processo seletivo regular do PROUNI terá devolvido pela respectiva instituição, o valor das parcelas por ele já pagas apenas no semestre em que foi contemplado (PROUNI – MANUAL DO BOLSISTA, 2015).

No caso de bolsa integral, será devolvida a totalidade das semestralidades ou anuidades escolares, e no caso de bolsa parcial, caberá devolver 50% do valor pago. A bolsa é um benefício concedido ao estudante pelo Governo Federal e não está condicionada a nenhuma forma de restituição monetária ao governo, ou seja, concluído o curso, o bolsista não fica devendo nada aos cofres públicos (PROUNI – MANUAL DO BOLSISTA, 2015).

Segundo dados do SISPROUNI (2016), foram ofertadas, nesse período, um total de 203.602 bolsas parciais e integrais.

O gráfico 8 esclarece o número de bolsas ofertadas pelo PROUNI no 1º semestre do ano de 2016 compreendida essa distribuição por regiões brasileiras.

GRÁFICO 8 - Número de bolsas ofertadas pelo PROUNI por regiões 2016/1º semestre



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com dados obtidos através do MEC/SISPROUNI (2016)

O gráfico acima apresenta a distribuição de bolsas do PROUNI por região, em que se verifica a região Sudeste com o maior número de indivíduos contemplados com o financiamento estudantil. E isso está atrelado ao fato de que é nessa região onde se tem os maiores números de concluintes do ensino médio e onde está concentrado o maior de número de IES privadas do Brasil (ALVES, 2016).

Sobre a contemplação do programa nas regiões brasileiras é interessante saber que “O programa universidade para todos (PROUNI) é um exemplo de política pública. O programa prioriza a diversidade cultural e social que há no país e busca oferecer mais oportunidades às pessoas de baixa renda” (SILVA, SANTOS, 2017, p. 741).

E falando em regionalização brasileira, na tabela abaixo é possível verificar, essa distribuição de disponibilização de bolsas do PROUNI, especificamente contempladas por cada unidade federativa. Vejamos:

TABELA 5 - Número de bolsas ofertadas pelo PROUNI no primeiro semestre de 2016

Unidade de federação	Número de bolsas
Acre	921
Alagoas	919
Amazonas	3.075
Amapá	659
Bahia	8.270
Ceará	5.704
Distrito federal	10.788
Espírito santo	3.736
Goiás	6.854
Maranhão	7.647
Minas gerais	19.850
Mato grosso do Sul	2.211
Mato Grosso	2.434
Pará	3.524
Paraíba	2.648
Pernambuco	7.209
Piauí	1.435
Paraná	18.130
Rio de Janeiro	7.790

Rio Grande do Norte	2.116
Rondônia	2.069
Roraima	354
Rio Grande do Sul	8.896
Santa Catarina	11.175
Sergipe	1.302
São Paulo	62.630
Tocantins	1.256
TOTAL	203.602

Fonte: SISPROUNI (2016).

O programa ofertou, no primeiro semestre de 2016, entre bolsas parciais e integrais, para a região Norte um total de 11.858 bolsas, para a região Nordeste 37.250, para a região Centro-Oeste 15.605, Sul 38.201 e sudeste 94.006 bolsas.

3.2.2 Fundo de Financiamento Estudantil - FIES

O Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) consiste em um programa criado pelo Ministério da Educação destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitas na forma da Lei 10.260/2001. Podem recorrer ao financiamento, os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação (SISFIES, 2016).

Em nível federal, já ocorreram diversas iniciativas de crédito educativo. O primeiro programa de financiamento estudantil, criado em 23 de agosto de 1975, foi o Programa de Crédito Educativo (CREDUC), operacionalizado com recursos do Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal (CEF) e bancos comerciais (SILVA; SANTOS, 2017).

Em 1999 foi criado o programa de financiamento estudantil (FIES), que veio para substituir o CREDUC durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, criado por meio de Medida Provisória nº. 1.827/99. De acordo com a Lei nº. 10.260/2001, para que o candidato conseguisse o financiamento, era necessário estar regulamente matriculado na IES, sem a hipótese de se afastar da instituição por um ano, e também que tivesse desempenho acadêmico com 75% de aprovação nas disciplinas do curso (SILVA; SANTOS, 2017).

No ano de 2010, o FIES passou a funcionar em um novo formato, ou seja, a taxa de juros do financiamento passou a ser de 3,4% ao ano, o período de carência passou para 18 meses e o período de amortização para 3 (três) vezes o período de duração regular do curso + 12

meses. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) passou a ser o agente operador do programa para contratos formalizados a partir de 2010.

De 2010 a 2014, o número de contratos firmados no Programa de Financiamento Estudantil do Governo Federal – FIES cresceu 862% (eram 76 mil contratos em 2010 e passou a 732 mil em 2014).

No entanto, com a mudança do programa no final de 2014 e as restrições impostas a partir de 2015, o índice estimado de queda de um ano para outro chegou a 60% (732 mil contratos em 2014 para apenas 287 mil em 2015). Já em 2016, há previsão de que o número de contratos firmados fique próximo a 222 mil (SEMESP, 2016).

Além disso, o percentual de financiamento subiu para até 100% e as inscrições passaram a ser feitas em fluxo contínuo, permitindo ao estudante solicitar o financiamento em qualquer período do ano. A partir do segundo semestre de 2015, os financiamentos concedidos com recursos do FIES passaram a ter taxa de juros de 6,5% ao ano com vistas a contribuir para a sustentabilidade do programa, possibilitando sua continuidade enquanto política pública de inclusão social e de democratização do ensino superior. O intuito é de também realizar um realinhamento da taxa de juros às condições existentes ao cenário econômico e à necessidade de ajuste fiscal (BRASIL, 2016).

O programa do Ministério da Educação passou a funcionar em um novo formato a partir de 2010, e, no final de 2014, sofreu alterações por meio das portarias 21, 22 e 23. O programa submeteu-se a sérias restrições em 2015 e deve apresentar uma queda superior a 50% no número de novos contratos.

No período de 2010 a junho de 2015, o acumulado chegou a 2,1 milhões de contratos. Já no primeiro semestre de 2015, o número de contratos firmados foi de aproximadamente 252,5 mil. Juntos, os estados de São Paulo, Minas Gerais, Bahia e Rio de Janeiro possuem mais da metade dos contratos firmados no Brasil (1,08 milhão) no cumulativo do período de janeiro/2010 a junho/2015 (SEMESP, 2015).

O SISFIES – Sistema Informatizado do FIES (2016) apresenta novas condições de pagamento do FIES aos contratos firmados a partir do 2º semestre de 2015 como: Fase de utilização: Durante o período de duração do curso, o estudante pagará, a cada três meses, o valor máximo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente ao pagamento de juros incidentes sobre o financiamento. Fase de carência: após a conclusão do curso, o estudante terá 18 (dezoito) meses de carência para recompor seu orçamento.

Nesse período, o estudante pagará, a cada três meses, o valor máximo de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente ao pagamento de juros incidentes sobre o financiamento.

Fase de amortização: encerrado o período de carência, o saldo devedor do estudante será parcelado em até 3 (três) vezes o período financiado da duração regular do curso.

As vagas ofertadas no processo seletivo do FIES referentes ao primeiro semestre de 2016 foram selecionadas de acordo com critérios técnicos, observando-se o disposto no art. 7º da Portaria Normativa nº 13, de 11 de dezembro de 2015, a saber: disponibilidade orçamentária e financeira do FIES; conceito do curso obtido no âmbito do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, priorizando-se os cursos com conceito 5 e 4; cursos das áreas de saúde, engenharia e licenciatura, Pedagogia e Normal Superior, com 70% do número de vagas de cada microrregião (SISFIES, 2016).

Nesse contexto, os cursos considerados, para cada área prioritária, foram: Área da Saúde: Biologia (Bacharelado), Biomedicina, Educação Física (Bacharelado), Enfermagem (Bacharelado), Farmácia, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Odontologia, Psicologia, Serviço Social e Terapia Ocupacional, em consonância com o estabelecido na Resolução CNS nº 287/1988; Área da Engenharia: todos os cursos do Cadastro e-MEC que possuam "Engenharia" na nomenclatura; Área da Licenciatura, Pedagogia e Normal Superior: Pedagogia, Normal Superior, Português, Biologia, Matemática, Educação Física, História, Geografia, Língua Estrangeira, Química, Física, Filosofia, Artes, Sociologia e demais licenciaturas.

E ainda relevância social por: microrregiões identificadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a partir das informações geradas pela demanda por educação superior, calculada a partir de dados do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem); demanda por financiamento estudantil, calculada através dos dados do FIES no ano de 2015; e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) da microrregião, calculado, nesse caso, com base na média dos IDH-Ms dos municípios que a compõem, conforme estudos desenvolvidos pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento Brasil (PNUD – Brasil), Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro, conforme detalhado no anexo I da Portaria Normativa 13/2015.

O FIES tem como objetivo financiar a graduação na educação superior de estudantes que desejam/precisam se matricular em instituições privadas. Este programa permite que o aluno entre para os estudos numa instituição privada e comece a efetuar o pagamento da graduação somente após 18 meses da conclusão do curso, com juros baixos.

Os alunos podem solicitar o financiamento de 50%, 75% ou 100% do valor da mensalidade. O estudante deve pagar apenas uma pequena taxa trimestral durante o curso de R\$ 50,00. Ocorreram algumas alterações em relação ao funcionamento do FIES em 2010.

Além de o estudante poder solicitar o financiamento em qualquer período do ano, após as alterações, os juros caíram para 3,4 % ao ano, devido ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), que passou a ser o Agente Operador do Programa (BRASIL, 2016).

De acordo com o Ministério da Educação, os estudantes de cursos de graduação não gratuitos e presenciais, que tiverem avaliação positiva no Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), podem solicitar o financiamento para cursos disponibilizados por instituições participantes do Programa e que atendam as demais exigências constituídas nas normas do FIES para essa finalidade.

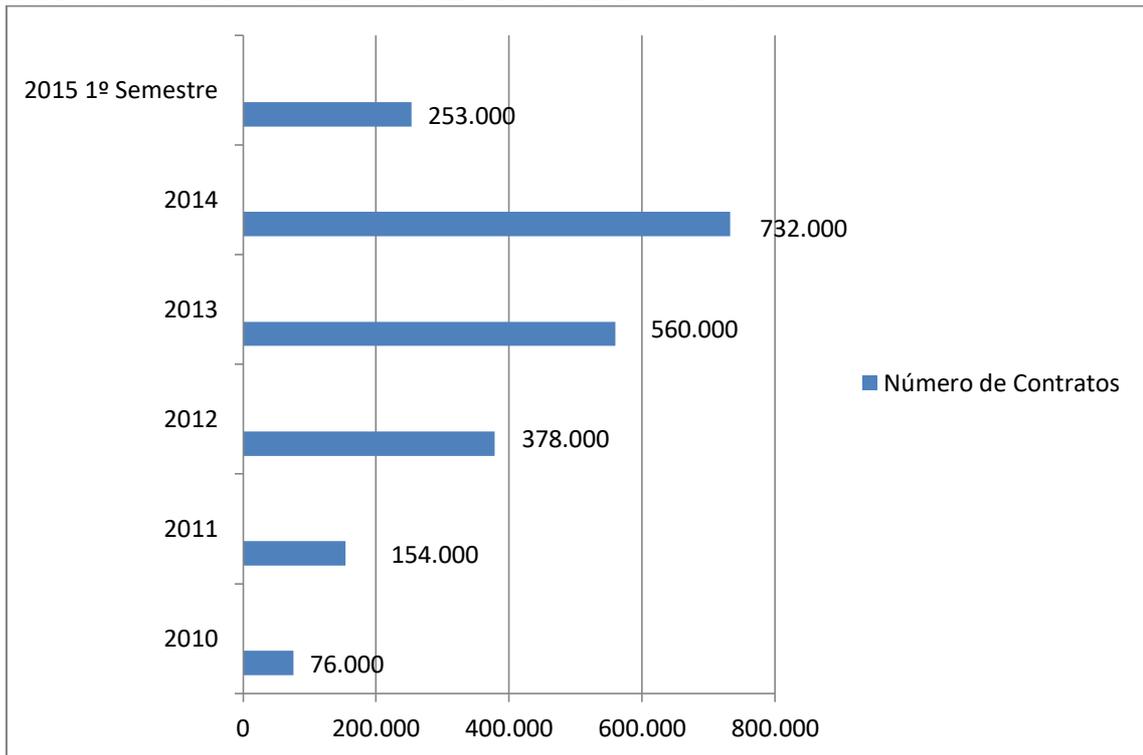
Não podem participar do sistema de financiamento: alunos que já foram beneficiados com o financiamento; alunos que possuem renda familiar mensal bruta superior a 20 (vinte) salários mínimos; inadimplência com o Programa de Crédito Educativo (PCE/CREDUC); casos em que o percentual de comprometimento da renda familiar mensal bruta per capita seja inferior a 20% (vinte por cento); casos em que a matrícula acadêmica esteja em situação de trancamento geral de disciplinas no momento da inscrição.

Apesar de todos os benefícios elencados acerca do FIES, críticas a esse programa são constantes quanto ao seu real objetivo,

Esse processo de democratização em vigor, acaba aumentando a crise no ensino superior e criando uma ruptura entre instituições superiores de excelências voltadas ao ensino e produção de pesquisas, e de outro, “instituições de qualidade questionável, que em geral não se ocupam da pesquisa, atendendo estudantes com menor capital econômico, social e cultural” (PAULA, 2011, p. 65), ou seja, gerando uma diferenciação entre estudantes e clientes no âmbito do ensino, “Isso demonstra que essa diferenciação, ao invés de contribuir para democratizar o ensino superior, na verdade, reproduz e reforça as desigualdades sociais no sistema capitalista” (PAULA, 2011 apud GOETTEN, 2017, p. 3.389).

O que podemos visualizar no gráfico são os contratos firmados pelo FIES no Brasil nos anos compreendidos entre 2010 e 2015. Vejamos:

GRÁFICO 9 - Contratos firmados FIES/BRASIL 2010-2015

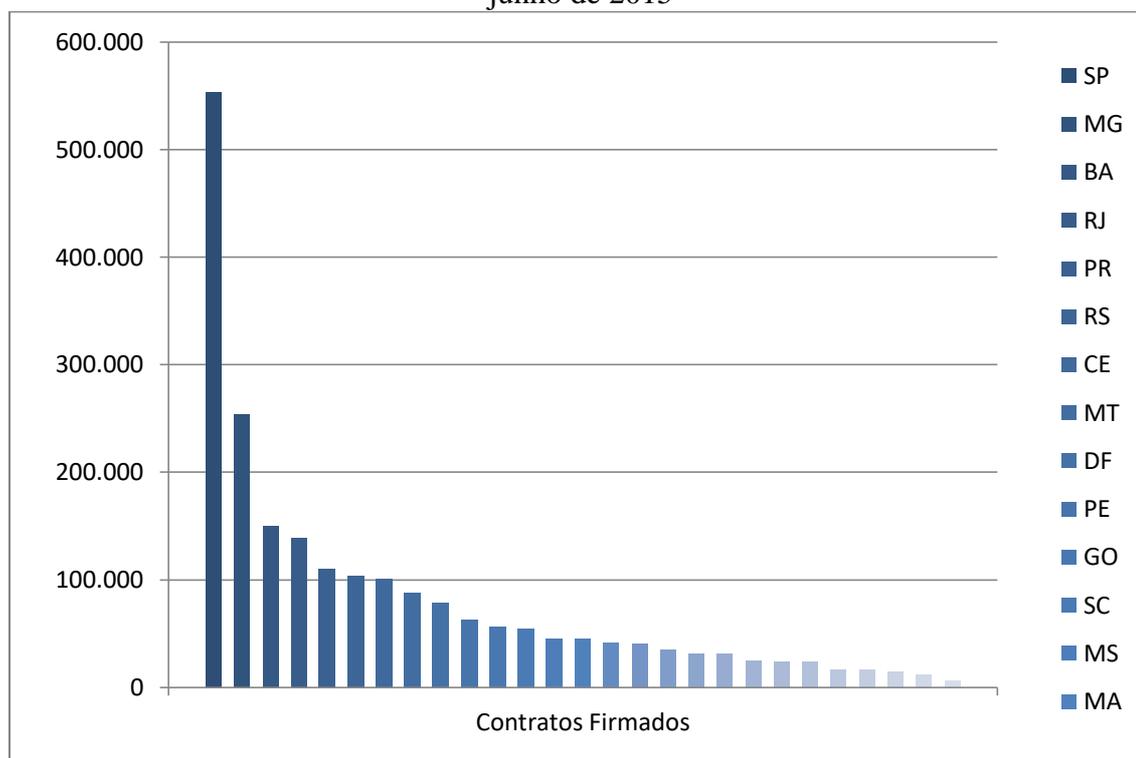


Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com dados obtidos através do SEMESP (2015).

Dados obtidos através do SEMESP (2015) mostram que o programa sofreu sérias restrições em 2015 e deve apresentar uma queda superior a 50% no número de novos contratos. No período de 2010 a junho de 2015, o acumulado chegou a 2,1 milhões de contratos. Já no primeiro semestre de 2015, o número de contratos firmados foi de 253 mil.

Segundo dados do SEMESP (2015), o número de contratos de Financiamento Estudantil no período de 2010 a junho de 2015 foi de 2.153.900 contratos firmados nos estados brasileiros.

GRÁFICO 10 - Número de contratos cumulativos FIES firmados entre janeiro de 2010 a junho de 2015



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com dados obtidos através do SEMESP/2015

Partindo do pressuposto, garantido pela constituição de 1988, que uma das funções sociais do Estado é assegurar aos indivíduos o acesso aos seus direitos fundamentais, dentre eles o direito à educação, um estudo sobre as políticas públicas educacionais no ensino superior com o intuito de verificar sua forma de atuação possibilita detectar se as ações desenvolvidas pelo Estado estão atendendo ao seu objetivo, ou seja, se tais políticas educacionais de fato democratizaram o acesso ao ensino superior na medida em que garantem aos cidadãos o direito fundamental à educação (MOURA, 2014).

Cunha et. al., (2014) afirmam que está ocorrendo um processo de democratização com relação ao acesso de um número crescente de jovens matriculados nas instituições de ensino superior público e privado no país, e que o PROUNI é sem dúvida alguma, entre todos os programas que o governo vem adotando, aquele que melhor se destaca, pois é visível o aumento do volume de bolsas de estudo para atender a um número crescente de jovens que estavam fora do ensino superior por vários motivos, entre eles: a falta de renda suficiente para poder bancar os estudos nas escolas privadas ou mesmo a falta de vagas suficientes no ensino público. Entretanto, em que pese todo o esforço despendido pelas autoridades governamentais, ainda existe um grande espaço a ser coberto em termos de acesso dos jovens ao ensino superior.

Gianezini (2014), em uma análise feita sobre os programas e políticas públicas nas universidades brasileiras, afirma que o PROUNI pode ser considerado como um programa consolidado com mais de uma década de existência, cuja proposta alcança todos os estados da federação, sendo, portanto, de abrangência nacional e multiétnica, compondo uma política de Estado sem previsão de término. Em 2012, foi divulgado, nos principais meios de comunicação, que o PROUNI atingiu o número de 1 milhão de bolsas distribuídas em 2011 desde a sua criação.

3.3 Formação superior e mercado de trabalho

A busca pela em tentar compreender a relação entre a escolaridade dos sujeitos e as possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, bem como a ocupação de determinados cargos e outras evoluções profissionais, por meio deste, tem motivado desde muito tempo a realização de estudos, gerando perspectivas e até expectativas. Para tanto, tem-se utilizado de metodologias diversas, buscando assimilar como as projeções profissionais e pessoais são conquistadas através da conexão diploma e mercado de trabalho.

Na conjuntura mercadológica, a versatilidade e múltipla de procedimentos, assim como o aparecimento frequente de métodos tecnológicos, as ambiguidades na definição de tarefas, a descentralização de controles, as dualidades nas fronteiras de responsabilidades inovando as comunicações e os modelos de mercado influenciam todo o meio e exigem adequações e qualificações dos profissionais (ANDRADE, 2012).

De acordo com Teixeira (2007), a linha dos requisitos necessários à manutenção ou obtenção de emprego traz novas ou outras exigências de qualificação e ênfase na valorização de determinado padrão educacional. Nesse contexto, nota-se que a educação superior, possui um papel predominante, no qual participa das funções sociais de promoção e de formação cultural e científica, bem como da composição de quadros profissionais mais qualificados.

Contudo, o investimento tanto dos jovens e das suas famílias quanto do Estado em um projeto de escolarização de nível superior ocorre em um momento no qual a educação superior não é mais garantia de emprego. Há, portanto, uma lacuna entre os investimentos em educação superior no país e a entrada dos jovens no mercado de trabalho, de modo que esses nem sempre vislumbram retorno por meio da aquisição de um emprego compatível com os investimentos realizados com a formação em ensino superior. A possibilidade de ascensão social via educação é hoje percebida e vivida de diferentes modos pelos jovens e suas famílias (BARROS, 2010).

Por isso, as políticas e programas que visam à expansão do ensino superior não podem ser desvinculadas do processo de inserção profissional.

A realidade de como se apresenta o mercado de trabalho na perspectiva contemporânea é bem definida por Ribeiro; Fuks (2017) quando dizem que:

O mundo organizacional é um sistema complexo, com ameaças e oportunidades, quando se dirige o olhar ao ambiente externo à organização, e com forças a serem potencializadas e fraquezas a serem mitigadas, quando se considera o ambiente interno. Nesse cenário estratégico, as questões políticas e macroeconômicas se traduzem nos desafios de como captar e desenvolver clientes diante das mudanças permanentes de mercado, e de como atrair, treinar, avaliar e aumentar a produtividade, desenvolvendo significado e sentido para o trabalho das pessoas, de modo a gerar valor e entregar resultados. Este é o ambiente empresarial contemporâneo (RIBEIRO; FUKS, 2017. p. 91).

Summa (2015) afirma que o mercado de trabalho brasileiro apresentou um bom desempenho até o ano de 2014. Houve forte criação de emprego, no período considerado de crescimento mais rápido, na segunda metade dos anos 2000.

Porém, mesmo após a desaceleração do crescimento a partir de 2011 e a correspondente estabilização em um nível mais baixo de crescimento do PIB (Produto Interno Bruto), o mercado de trabalho continua se comportando de maneira bastante satisfatória, com razoável criação de empregos formais, principalmente se comparado à média no início dos anos 2000.

As limitações do padrão de crescimento, o potencial para se tentar modificar este padrão e os desafios que terão de ser enfrentados se tornaram mais nítidos quando a crise mundial interrompeu o crescimento da economia brasileira, no último trimestre de 2008.

De acordo com Baltar (2015), dispendo de reservas internacionais e havendo pouca dívida pública externa e interna indexada à taxa nominal de câmbio, as contas do Estado não foram prejudicadas pela desvalorização do real provocada pela fuga de capital, e o governo teve recursos para reagir com eficácia para preservar a atividade da economia.

O autor supracitado afirma que o PIB diminuiu muito pouco em 2009 e que a recuperação foi muito rápida em 2010. A defesa da atividade econômica manteve o bom desempenho do mercado de trabalho, especialmente nas regiões metropolitanas do país, mas as evoluções do PIB e da inflação, em 2011 e 2012, mostraram a necessidade e a dificuldade de modificar a maneira de a economia brasileira crescer, tornando seu desempenho menos dependente da situação internacional.

Estas mudanças seriam fundamentais para a economia brasileira se sobrepor à crise mundial, retornando a uma trajetória de crescimento, de modo a dar continuidade e aprofundar a melhora verificada no mercado de trabalho, Baltar (2015) ainda afirma que:

A reconstrução do mercado de trabalho, avançando na estruturação de compra e venda da força de trabalho de um modo que permita a elevação do nível de renda do trabalho sem aumentar a ainda elevada dispersão relativa, obriga a enfrentar os desafios econômicos e regulatórios. Quanto ao mercado de trabalho, o fortalecimento das instituições que provocariam maior estabilidade dos vínculos de emprego significaria menor liberdade de ação dos empregadores e maior cuidado no recrutamento e na seleção de novos empregados. Mas, ao mesmo tempo, permitiria melhor adaptação dos trabalhadores às características dos postos de trabalho (BALTAR, 2015, p. 08).

O nível de escolaridade do sujeito representado na posse do certificado de conclusão do terceiro grau não significa, por si só, o ingresso em uma ocupação cujo conteúdo e remuneração são condizentes com a formação recebida. É necessário considerar também outros fatores. Posto que, os salários mais baixos pagos para profissionais com ensino superior são, em média, mais elevados do que aqueles oferecidos a trabalhadores que nunca frequentaram a escola ou que possuam baixa escolaridade (NÉRI, 2005 apud VARGAS, 2011).

O Brasil é o país da América Latina que apresenta os maiores diferenciais relacionados ao salário entre profissionais graduados e os demais trabalhadores, diferencial que se eleva ainda mais caso o egresso tenha cursado pós-graduação. Nesse sentido, o principal determinante isolado da renda é a educação, e, em todos os níveis, cursos completos proporcionam salários maiores que cursos incompletos.

Vargas (2011) ainda menciona que existem importantes oscilações nos rendimentos recebidos por profissionais graduados relacionadas a fatores como a carreira, o gênero e a etnia, tendo em vista que mulheres e homens negros recebem menos que seus congêneres brancos, em todos os níveis de escolaridade e em todos os cursos examinados. Mas a diferença mais marcante se relaciona à carreira, uma vez que profissões de escasso prestígio social propiciam rendimentos médios menores do que aquelas de status social mais elevado.

Bourdieu (2003) analisou as relações estabelecidas entre o sistema escolar, o mercado de trabalho e as estratégias familiares de reprodução social. Analisando a utilização do diploma como mecanismo de “classificação, desclassificação e reclassificação” na estratificação social, o autor ressaltou que as classes e frações de classe utilizam diversificadas estratégias para

garantir sua reprodução. Este mecanismo se dá por meio da reconversão de capitais (econômico, cultural, social) em outros mais rentáveis ou legítimos, tendo em vista um mercado específico, expediente ao qual as classes sociais recorrem tanto para manter sua posição na escala social quanto para nela ascenderem.

A obtenção de um diploma superior há algumas décadas permitiria aos seus detentores ingressar rapidamente no mercado de trabalho e garantir recompensas econômicas, estatutárias e simbólicas incontestáveis, em grande medida, vedadas àqueles que não o possuiriam. Esse conceito se tem vindo a dissipar paulatinamente ao longo do tempo. Essa diluição não seria mais do que o resultado lógico de fenômenos bem realçados de massificação no acesso ao ensino superior, dos títulos obtidos e da sua concomitante “perda de raridade”, é o que afirma Chaves et al. (2009).

Nesse contexto, a lógica de mercado, segundo a qual a oferta acima da procura acarreta a queda dos preços pagos pelas mercadorias, se aplica, segundo Bourdieu (2003), também à remuneração ou valorização dos títulos escolares no mercado de trabalho. Quanto maior o número de portadores de diplomas, maior a desvalorização destas credenciais, e assim, menores os salários médios oferecidos aos seus detentores. Sendo assim, constata-se que os títulos se desvalorizam sempre que a quantidade de seus portadores cresce mais rápido do que o total de vagas correspondentes. Como exemplo de diploma com valor em declínio, o autor cita os que habilitam para o exercício da docência, em todos os níveis.

Apesar da discrepância de rendimentos associada à carreira, não se pode desconsiderar o fato que os portadores de diploma, mesmo aqueles que optaram por carreiras de menor prestígio social, e que, em sua maioria, pertencem às classes populares, como demonstram estudos sobre o perfil de estudantes do ensino superior, dispõem, no mercado de trabalho brasileiro, de situação mais favorável do que os trabalhadores com níveis mais baixos de escolaridade. Para esses graduados, a posse do título representa um passo importante na direção de uma situação socioeconômica melhor do que a vivenciada por seu meio familiar.

Vargas (2011) comenta sobre a remuneração dos profissionais com ensino superior no Brasil:

[...] sobre a remuneração dos profissionais com ensino superior no Brasil têm demonstrado, ou seja, os rendimentos médios variam significativamente conforme a carreira. [...] quanto à relação entre renda e gênero, os rendimentos de homens e mulheres formados em um mesmo curso são relativamente próximos, persistindo, porém, uma vantagem masculina, uma vez que os homens se concentram em maior medida nas faixas salariais mais elevadas. Os dados apontam para uma tendência de elevação da renda com o aumento

da idade dos profissionais (VARGAS, 2011, p. 157).

O autor supracitado também analisou a relação entre raça/cor e renda, mostrando que profissionais brancos e pardos são remunerados de forma semelhante, porém, os negros, minoria em todos os cursos, são os que se encontram em situação de desvantagem em termos de renda.

Dessa forma, a desigualdade racial no acesso ao ensino superior parece ser o entrave mais forte a ser rompido para que cada vez mais pretos e pardos ingressem em cursos socialmente valorizados e que possibilitam os melhores retornos em termos de renda, apesar de pretos receberem menores rendimentos do que os profissionais brancos e pardos. Em relação a remuneração média de licenciados e bacharéis, não ocorre grandes disparidades, apesar de os bacharéis exibirem uma leve vantagem.

A (in) satisfação com a profissão parece não ser determinada completamente pela remuneração, já que egressos de todas as faixas de renda se disseram tanto satisfeitos quanto insatisfeitos com a carreira escolhida. Vargas (2011) ainda menciona que a desagregação da renda, tendo em vista a realização de mestrado e ou doutorado, indica que, de modo geral, a titulação possui efeito positivo sobre a renda, sendo que, em todas as carreiras, profissionais pós-graduados se concentravam em maior medida nas faixas de renda mais elevadas em comparação com os apenas graduados.

Chaves et al. (2009) afirmam que embora tudo indicie que, regra geral, em caso de desemprego, os diplomados (particularmente os jovens) (re)ingressam mais facilmente no mercado de trabalho do que os indivíduos que dispõem de recursos escolares inferiores, os dados disponíveis não indicam que, no plano dos vínculos contratuais, a situação dos “novos diplomados” seja de vantagem perante os seus parceiros etários.

Os “contratos sem termo”, vínculos contratuais que sugerem uma maior estabilidade, são menos frequentes entre os indivíduos com ensino superior do que nos restantes níveis de instrução.

[...] estendendo um pouco mais o escopo analítico, é necessário notar que a entrada dos diplomados no mercado de trabalho se faz, regra geral, de forma consideravelmente mais tardia e porventura mais seletiva em termos de procura de emprego. Disso mesmo parece ser indício o fato de nos escalões etários posteriores o peso relativo dos “contratos sem termo”, quando opomos diplomados a população geral, se ir progressivamente invertendo: a paridade é atingida na faixa etária dos 35-44 anos (embora já com um ligeiro ascendente dos graduados – os “contratos sem termo” abrangem 84,9% deles, para 82,2% do total), mas no escalão etário seguinte já se regista uma clara sobre representação dos “contratos sem termo” nos graduados (CHAVES et al., 2009 p. 10).

A conexão entre o diploma e o cargo ocupado torna-se cada vez mais forte, apesar de que o título, por si só, não assegura o acesso, no mercado de trabalho, a uma vaga condizente com a formação recebida, já que “Fora do mercado propriamente escolar, o diploma vale o que, do ponto de vista econômico e social, vale o seu detentor, sendo que o rendimento do capital escolar depende do capital econômico e social que pode ser consagrado à sua valorização” (BOURDIEU, 2003, p. 152).

Isto explicaria desigualdades de oportunidades de ascensão profissional e de salários pagos a profissionais com a mesma formação, mas oriundos de classes sociais distintas. No caso de algumas profissões liberais, por exemplo, além do diploma, é preciso ter acesso a círculos sociais específicos, a fim de travar conhecimento com potenciais clientes.

Para algumas posições no mercado de trabalho, o que importa de fato não é a competência técnica, mas a proximidade com a cultura da elite, bem como a identificação e a familiaridade com os símbolos que distinguem o indivíduo como membro de um estrato social superior, identificado com as insígnias do “bom gosto”.

Sem partilhar destas práticas, distante do *savoir-faire* das classes ricas, “(...) os portadores de diplomas desvalorizados acionam um conjunto de estratégias para manter sua posição herdada ou obter de seus diplomas o equivalente real ao que estes garantiriam num estado anterior da relação entre os diplomas e os cargos” (BOURDIEU, 2003, p. 159).

Vargas (2011 p. 157) faz uma comparação entre os rendimentos de bolsistas e não bolsistas, na qual se evidencia que as rendas dos egressos apresentam, em cada carreira, padrões bastante semelhantes, mostrando que a posse do diploma possui efeito positivo para os egressos, diminuindo ou amenizando a influência da origem social, uma vez que no tocante aos rendimentos, tanto egressos assistidos, portanto oriundos de famílias das classes populares, como aqueles pertencentes a estratos sociais mais favorecidos, encontravam-se em condição bastante semelhante no mercado de trabalho.

O exame das informações referente à renda demonstrou que os rendimentos dos bolsistas são afetados pelos mesmos fatores que influenciam a composição dos rendimentos dos não bolsistas, ou seja, carreira, titulação e setor de atuação. Esse resultado indica que a assistência estudantil não apenas contribuiu para equalizar as condições de permanência no ensino superior, mas que auxiliar universitários pobres a obter o diploma, também colaborou para a diminuição das disparidades entre as classes sociais, uma vez que o acesso ao ensino superior significou para os assistidos a obtenção de melhores condições de inserção no mercado de trabalho (VARGAS 2011, p. 157).

Ainda nesse contexto, o autor afirma que egressos de um mesmo curso, tanto os que receberam algum tipo de auxílio socioeconômico durante a graduação, assim como aqueles que não participaram destes programas, recebem rendimentos aproximados, evidencia-se um aspecto fundamental e até então não examinado nos estudos sobre o egresso do ensino superior: a correlação, ou conexão entre a assistência estudantil e a inserção profissional.

Dessa forma, mostra-se a relevância do apoio socioeconômico ao estudante pobre não apenas como mecanismo de ampliação das oportunidades de permanência no nível superior, mas também, e, principalmente, como meio de diminuição das desigualdades sociais, uma vez que este tipo de suporte permitiu aos egressos das classes populares obterem mobilidade educacional bem como a ascensão socialmente em comparação com suas famílias de origem.

Bourdieu (2003), ao avaliar a relação entre a democratização do acesso à educação e o mercado de trabalho, constata que a disputa pelos diplomas mais valorizados se assemelha a uma corrida, na qual alguns competidores sempre estarão melhor posicionados do que outros.

Tal como ocorre em um *grid*, em que os grupos envolvidos na disputa, não importa a fila em que estejam alocados, precisam correr para manter sua colocação, as frações de classe tentam sempre preservar a distância que as separam de seus adversários imediatos. Por isso, sempre que se dá a ampliação das oportunidades de acesso a algo ou alguma coisa, antes restritos a uns poucos privilegiados, “(...) As propriedades que os grupos em desvantagem perseguem (...) não serão mais o que são, desde que, multiplicadas e divulgadas, vierem a se tornar acessíveis a grupos de condição inferior” (BOURDIEU, 2003, p. 178). Assim, a luta da concorrência eterniza a diferença das condições, a permanência pode ser assegurada pela mudança e a estrutura pelo movimento.

Reconhecer as carreiras mais rentáveis seria um importante diferencial para os estudantes e suas famílias. Mais uma vez, as classes populares se encontram em desvantagem, por não possuírem familiaridade com o sistema de ensino e assim não reconhecerem os melhores e os piores investimentos em termos de retorno financeiro. Esse tipo de saber seria uma das facetas que compõe o capital cultural, ou seja, o conhecimento das “flutuações” do mercado de títulos escolares, o “sentido do investimento” que direciona o indivíduo para a opção mais rentável, permitindo a ele obter: “(...) o melhor rendimento do capital cultural herdado sobre o mercado escolar ou do capital escolar sobre o mercado de trabalho.” Assim “(...) convém saber abandonar a tempo os ramos de ensino ou as carreiras desvalorizadas para se orientar em direção de ramos de ensino ou carreiras de futuro” (BOURDIEU, 2003, p.160).

Não obstante, embora Bourdieu analise primordialmente aspectos relacionados ao

prestígio social e ao retorno financeiro proporcionado pelas diferentes profissões de nível superior, fatores muito importantes na opção por determinada carreira, não se pode desconsiderar que outros elementos orientam esta decisão. Dessa forma, para alguns indivíduos, por exemplo, a satisfação pessoal no desempenho de suas ocupações pode ser mais relevante que a remuneração, o que, por sua vez, não invalida o fato de que conhecer as possibilidades de remuneração associadas a cada carreira constitui-se em importante modalidade de capital cultural.

Por sua vez, para se afirmar a existência dos preceitos democráticos nos processos do acesso, seria preciso diferenciar o percentual de ingressantes pertencentes às distintas classes sociais nas instituições de ensino superior e as modalidades de acesso efetivamente disponíveis para cada estrato social. Uma vez que a composição social das universidades, por si só, não permite concluir quanto à democratização do ingresso. Entende-se, portanto, que é por meio da análise da relação entre os indivíduos, “(...) sobreviventes escolares de cada classe de origem (compreendidos em determinado nível do *cursus* e não pelo conjunto de seus discípulos); que se pode perceber que tal estrutura educacional sofreu uma simples translação para o alto e não uma verdadeira deformação” (BOURDIEU, 2003).

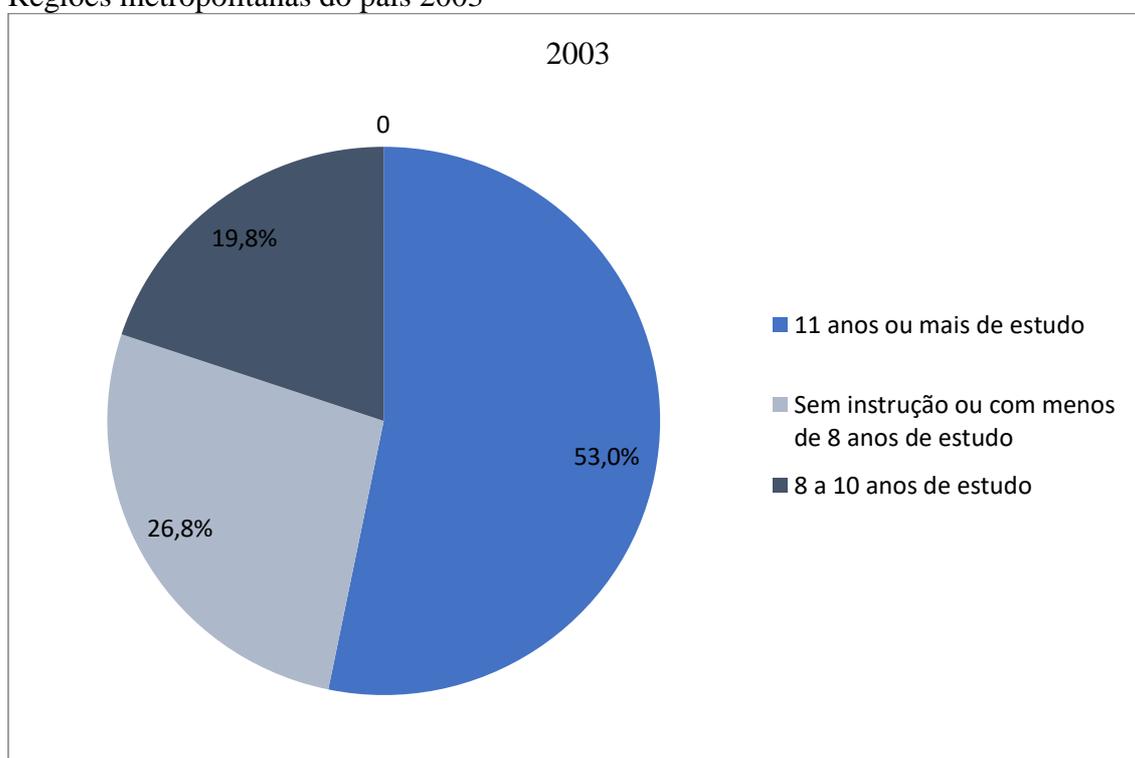
Nesse último sentido, o aumento da procura pelo ensino superior, tem-se dado em larga medida mediante a busca por melhores condições de inserção no mercado de trabalho e de competição por melhores postos de trabalho, é o que afirma Teixeira (2007), especialmente por aqueles com possibilidades de realizar a formação universitária, em um mundo onde os empregos escasseiam e o desemprego justifica a degradação do trabalho.

Vargas (2011) afirma que, para os estudantes, portar o diploma pode significar a oportunidade de ascensão social, de forma que as pesquisas sobre o mercado de trabalho no Brasil revelam que os rendimentos pagos aos trabalhadores estão relacionados, entre outros fatores, aos seus níveis de escolaridade, e que ainda, quanto maior o nível de instrução, maior é a renda. De acordo com dados do Censo Demográfico 2000, realizado pelo IBGE, examinou-se a relação entre escolaridade e renda.

Segundo a pesquisa, o Brasil é o país da América Latina que apresenta os maiores diferenciais de salário entre profissionais graduados e os demais trabalhadores, diferencial que se eleva ainda mais caso o egresso tenha cursado um nível mais elevado de instrução como, por exemplo, a pós-graduação. Nesse contexto, o principal determinante isolado da renda é a educação, e, em todos os níveis, cursos completos proporcionam salários maiores que cursos incompletos, conforme informamos anteriormente neste mesmo estudo.

De acordo com dados do IBGE, com relação aos anos de estudo nas regiões metropolitanas do país, os resultados apontam que a parcela dos empregados com carteira de trabalho no setor privado com 11 anos ou mais de estudo aumentou 1,4 ponto percentual em relação ao ano anterior, ficando em 68,7% em 2012. Comparando com o ano de 2003, o crescimento foi de 15,2 pontos percentuais. O crescimento dos anos de estudo desses trabalhadores reflete o aumento da escolaridade da população ocupada em geral, como pode ser observado nos 2 gráficos, a seguir:

GRÁFICO 11 - Distribuição percentual da população ocupada por anos de estudos nas Regiões metropolitanas do país 2003



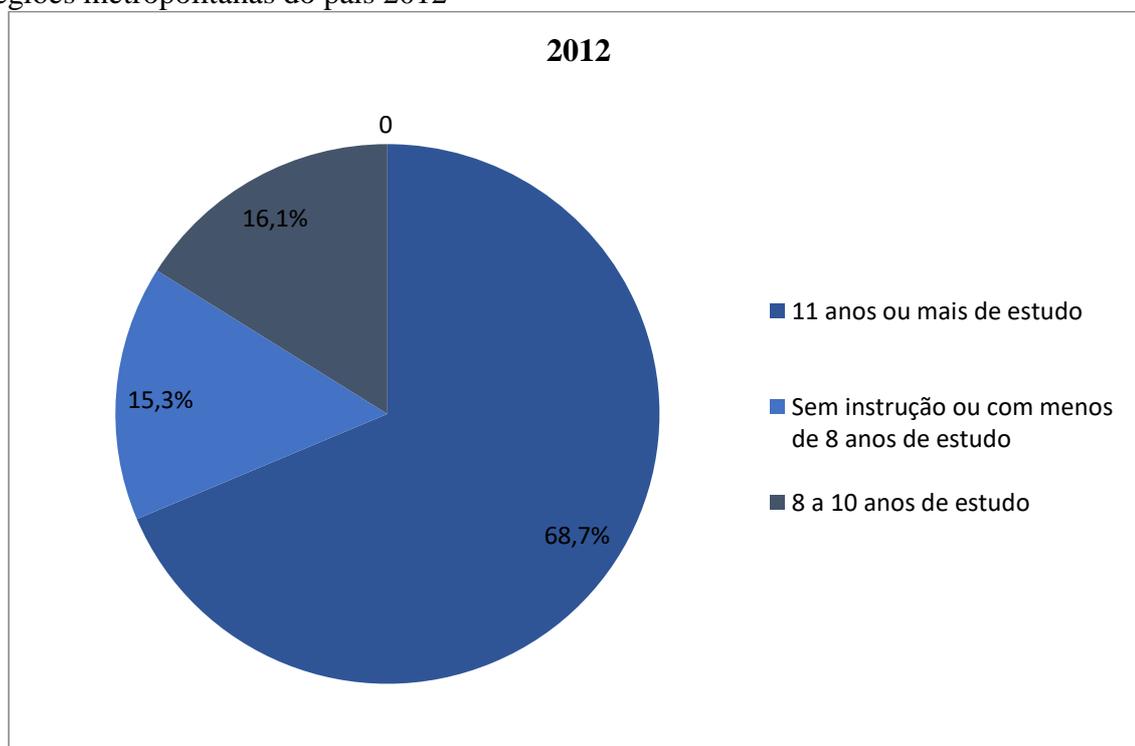
Fonte: IBGE (2013).

No gráfico acima, é demonstrado no ano de 2003 a relação entre os profissionais de regiões metropolitanas e a quantidade de anos de estudos que estes possuem ao entrarem em determinada organização, em que se constata que 53% possuíam 11 anos ou mais de estudos, 19,8% de 8 a 10 anos de estudos e 26,8% não possuíam instrução educacional, e se possuíam era menos que 8 anos de estudos.

Estudos nos permitem comparar a questão da escolaridade por um olhar mercadológico, em que a evolução do mercado de trabalho e, conseqüentemente, o aumento da renda familiar estão ligados à evolução dos níveis de escolaridade da população. E essa comparação se dá pela observância do aumento no grau de instrução dos indivíduos que promovem atitudes condutoras e seguras para o fortalecimento do mercado do trabalho e melhora do financeiro no leito familiar

Apesar da comparação acima estabelecida, Oliveira (2013) se contrapõe a essa relação quando afirma que não se pode considerar piamente a relação direta entre o incremento educativo e o aumento da renda, o autor não percebe que este aumento de renda não é exclusivamente decorrente do quanto se aumentou no nível de escolarização. Para ele, a relação vai no sentido inverso: o ganho escolar é expressão da renda familiar, ainda que, em algumas situações particulares, a primeira situação possa se efetivar.

GRÁFICO 12 - Distribuição percentual da população ocupada por anos de estudos nas Regiões metropolitanas do país 2012



Fonte: IBGE (2013).

Fazendo essa mesma análise de identificar os anos de estudos dos profissionais de regiões metropolitanas ao entrarem em organizações privadas, agora no ano de 2012, é possível verificar que 68,7% dos profissionais possuem escolaridade referente a 11 anos ou mais de estudos, 16,1% de 8 a 10 anos de estudos e 15,3% são profissionais sem instrução educacional ou possuem menos de 8 anos de estudo.

Sobre os escolares e consequentemente o grau relacionado à situação educação dos empregados, antes considerados necessários para o desenvolvimento de determinadas profissões, hoje já não são suficientes, implicando, na vida dos sujeitos, uma flexibilização das relações de trabalho e uma formação profissional permanente. Tais características fazem parte

de um conjunto maior de transformações, expressando o movimento contraditório de expansão do capital, sobretudo do avanço do neoliberalismo, em todas as esferas das relações sociais (SOUZA, 2017).

Dados do IBGE (2016) apresentam uma Pesquisa Mensal de Emprego (PME) exibindo um panorama sobre o período de 2015 e 2016 nos meses de janeiro e fevereiro. Essa pesquisa apresenta um panorama sobre as pessoas em idade ativas, economicamente ativas, não economicamente ativas, ocupadas, desocupadas, que saíram do último trabalho, empregos com e sem carteira assinada no setor privado, bem como taxa de ocupação e desocupação.

TABELA 6 - Pesquisa mensal de emprego nas principais regiões metropolitanas do Brasil Janeiro e fevereiro 2015/2016

Especificação	Fev./ 2015	Jan./ 2016	Fev./ 2016
Pessoas em Idade Ativa	44.710	45.348	45.337
Pessoas Economicamente Ativas	24.846	24.862	24.570
Pessoas Não Economicamente Ativas	19.864	20.486	20.767
Pessoas Ocupadas	23.397	22.983	22.555
Pessoas Desocupadas	1.449	1.879	2.015
Pessoas que Saíram do Último Trabalho	1.938	1.909	1.864
Pessoas Subocupadas por Insuficiência Horas Trabalhadas	334	400	395
Pessoas Ocupadas c/ Rendimento Hora Semanal Min./Hora	2.895	3.424	3.258
Emprego com carteira de trabalho assinada no setor privado	11.930	11.560	11.442
Emprego sem carteira de trabalho assinada no setor privado	2.032	1.916	1.803
Taxa de Ocupação	94,2	92,4	91,8
Taxa de Desocupação	5,8	7,6	8,2

Fonte: IBGE (2016).

De acordo com os resultados da Pesquisa Mensal de Emprego do mês de fevereiro de 2016, o número de pessoas com 10 anos ou mais de idade (consideradas em idade ativa), para o conjunto das seis regiões metropolitanas (Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre) onde a pesquisa foi realizada, foi estimado em 45,3 milhões. Esta

estimativa permaneceu estável em janeiro último. Em relação a fevereiro do ano passado, este contingente cresceu (1,4%).

A população economicamente ativa (formada pelos contingentes de ocupados e desocupados) foi estimada em 24,6 milhões de pessoas em fevereiro de 2016 para o conjunto das seis regiões pesquisadas. Este indicador caiu 1,2% em janeiro e, quando comparado com fevereiro de 2015, não apresentou variação estatisticamente significativa.

A taxa de atividade (proporção de pessoas economicamente ativas em relação à população em idade ativa) em fevereiro de 2016 foi estimada em 54,2% para o conjunto das seis regiões pesquisadas. O contingente dos ocupados foi estimado em 22,6 milhões para o conjunto das seis regiões em fevereiro de 2016, apresentando declínio tanto na comparação mensal quanto em relação a fevereiro de 2015. Regionalmente, a análise mensal apontou estabilidade na ocupação em três regiões: Recife, Salvador e Belo Horizonte. Foi observada queda nessa estimativa em Porto Alegre, Rio de Janeiro e São Paulo.

O nível da ocupação estimado em fevereiro de 2016 em 49,8% para o total das seis regiões apresentou queda em relação a janeiro. Em fevereiro do ano passado, houve retração em todas elas, com destaque para Belo Horizonte, onde o indicador diminuiu 4,2 pontos percentuais. O número de trabalhadores com carteira de trabalho assinada no setor privado, em fevereiro de 2016, foi estimado em 11,4 milhões no conjunto das seis regiões metropolitanas analisadas.

Em fevereiro do ano passado, houve redução de 488 mil empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado (-4,1%). O contingente de desocupados, foi estimado em 2,0 milhões de pessoas no agregado das seis regiões investigadas em fevereiro de 2016, registrando acréscimo de 7,2% (136 mil pessoas) frente ao mês anterior.

Na comparação com fevereiro de 2015, ocorreu acréscimo de 565 mil pessoas em busca de trabalho (39,0%). Na análise regional, o contingente de desocupados, em janeiro, apresentou elevação estatisticamente significativa na Região Metropolitana de São Paulo (13,5%) e não variou nas demais regiões. A taxa de desocupação (proporção de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa) foi estimada em fevereiro de 2016, para o conjunto das seis regiões metropolitanas investigadas, em 8,2%, registrando alta de 0,6 ponto percentual no mês anterior. Em relação a fevereiro de 2015, a taxa subiu 2,4 pontos percentuais (passando de 5,8% para 8,2%) no período de um ano.

3.3.1 O diploma e suas projeções pessoais e profissionais

Ao analisarmos as relações entre sujeitos possuidores de diplomas do ensino superior e suas possibilidades de acesso ao mercado de trabalho, e especificamente focando nessa análise a utilização do diploma como mecanismo de classificação na estratificação social, verificamos uma intensificação da utilização da formação superior como instrumento para legitimar a posição das classes médias e altas. Sendo assim, o ensino superior um mecanismo em prol da mobilidade social dos indivíduos oriundos das classes populares.

Sobre o que versa Bourdieu, “As estratégias às quais os indivíduos e as famílias têm recorrido para salvaguardar ou melhorar sua posição no espaço social se retraduzem em transformações que afetam inseparavelmente o volume das diferentes frações de classe e sua estrutura patrimonial” (BOURDIEU, 2003, p. 152).

Em outro ponto da análise, o autor afirma que:

As transformações recentes das relações entre as diferentes classes sociais e os sistemas de ensino, com a conseqüente explosão escolar e todas as modificações correlativas do próprio sistema de ensino e também todas as transformações da estrutura social que resultam (pelo menos em parte) da transformação de relações estabelecidas entre os diplomas e os cargos, são o resultado de uma intensificação da concorrência pelos títulos escolares, para a qual, sem dúvida, tem contribuído muito o fato de que, para assegurar sua reprodução, as frações da classe dominante (...) e das classes médias (...), as mais ricas em capital econômico, tiveram que intensificar fortemente a utilização que faziam do sistema de ensino (BOURDIEU, 2003, p.147).

Nessa lógica, o diploma bem como o próprio acesso ao sistema de ensino são “(...) objetos privilegiados de uma concorrência entre as classes que engendra um crescimento geral e contínuo da demanda por educação e uma inflação de títulos escolares” (BOURDIEU, 2003, p.148).

Assim, abordando esse assunto por meio da lógica de mercado, essa relação entre diploma e estratificação social acaba se tornando secundária, uma vez que, quando a oferta está acima da procura, acarreta a queda dos preços pagos pelas mercadorias. Ou seja, quanto maior o número de portadores de diplomas, maior a desvalorização destas credenciais e assim, menores os salários médios oferecidos aos seus detentores.

Traduzindo para o contexto entre sujeitos possuidores de um diploma de ensino superior e situação social, Bourdieu (2003) explica que é necessário que o profissional possua, além do diploma, para alcançar tanto a remuneração adequada como a valorização e reconhecimento,

outros títulos escolares que o diferencie dos outros profissionais. Nesse prisma de entendimento, os que mais sofrem com este processo são justamente aqueles que entram no mercado de trabalho desprovidos de credenciais escolares, e isto se deve ao fato de que posições antes abertas a não diplomados passam agora a ser monopólio dos detentores de títulos. Dessa forma, a universidade cada vez mais predetermina as oportunidades disponíveis aos indivíduos durante suas trajetórias profissionais.

Sob uma forma diferente de olhar a conexão entre o diploma e o mundo do mercado de trabalho e suas interferências na vida dos sujeitos possuidores do mesmo, analisemos outra questão que também deve ser considerada para tal compreensão, a qual, apesar dos títulos escolares, além do diploma de ensino superior, a posição social do indivíduo anterior a aquisição do diploma, em alguns casos, já o qualifica em uma concorrência na disputa por cargos e valorizações profissionais. Já que “Fora do mercado propriamente escolar, o diploma vale o que, do ponto de vista econômico e social, vale o seu detentor, sendo que o rendimento do capital escolar depende do capital econômico e social que pode ser consagrado à sua valorização” (BOURDIEU, 2003, p. 152).

Isto explicaria desigualdades de oportunidades de ascensão profissional e de salários pagos a profissionais com a mesma formação, mas oriundos de classes sociais distintas. Neste contexto em que os diplomas não asseguram mais as mesmas possibilidades que ofereciam antes, reconhecer as carreiras mais rentáveis seria um importante diferencial para os estudantes e suas famílias.

Entretanto, embora Bourdieu (2007) analise primordialmente aspectos relacionados ao prestígio social e ao retorno financeiro proporcionado pelas diferentes profissões de nível superior. Esse autor elenca outros fatores muito importantes que são e devem ser apreciados quando se opta por determinada carreira. Entre esses fatores está a satisfação pessoal no desempenho de suas ocupações, que para alguns indivíduos pode ser mais relevante que a remuneração, o que, por sua vez, não invalida o fato de que conhecer as possibilidades de remuneração associadas a cada carreira constitui-se em importante modalidade de capital cultural.

A relação do homem com o trabalho é de fundamental importância, pois é enobrecedor e capaz de elevar o *status*, propicia ao trabalhador uma identidade, promove o sustento e o suprimento de necessidades mais elevadas, como realização, crescimento e desenvolvimento de habilidades. E quando todas essas possibilidades são atingidas, o sentimento de satisfação e valorização se expande ao fator profissional, favorecendo a produtividade e eficácia dos objetivos institucionais (BARBOSA et. al., 2016).

E a importância da fortificação dessa relação, homem e trabalho, é compreendida nos estudos de Gil (2009) e outros teóricos da Administração Científica que esclarecem que a descoberta da relevância do fator humano na empresa veio proporcionar o refinamento da ideologia da harmonização entre capital e trabalho.

É imprescindível esclarecer que os estudos de análise do ensino superior e suas inferências na vida dos indivíduos realizadas por Bourdieu (2007), apesar de referente à sociedade francesa, oferece elementos que auxiliam a refletir sobre a situação brasileira, guardadas as devidas dimensões. Isto porque, em nosso país, a ampliação do ingresso no sistema educacional está ainda longe da massificação. No ensino superior, por sua vez, a taxa de escolarização líquida é a mais baixa do continente.

3.4 Mossoró e o Ensino Superior Privado

3.4.1 Mossoró e seus potenciais

O Nordeste brasileiro vem apresentando, nas últimas décadas, crescimento acima da média nacional, ou seja, enquanto o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil cresceu 0,1% em 2014, o Nordeste destoa com elevação da economia de 3,7% segundo prévia do PIB, o resultado, calculado pelo Índice de Atividade Econômica Regional do Banco Central- IBCR (2015), foi influenciado principalmente pelo setor de serviços e pelo varejo.

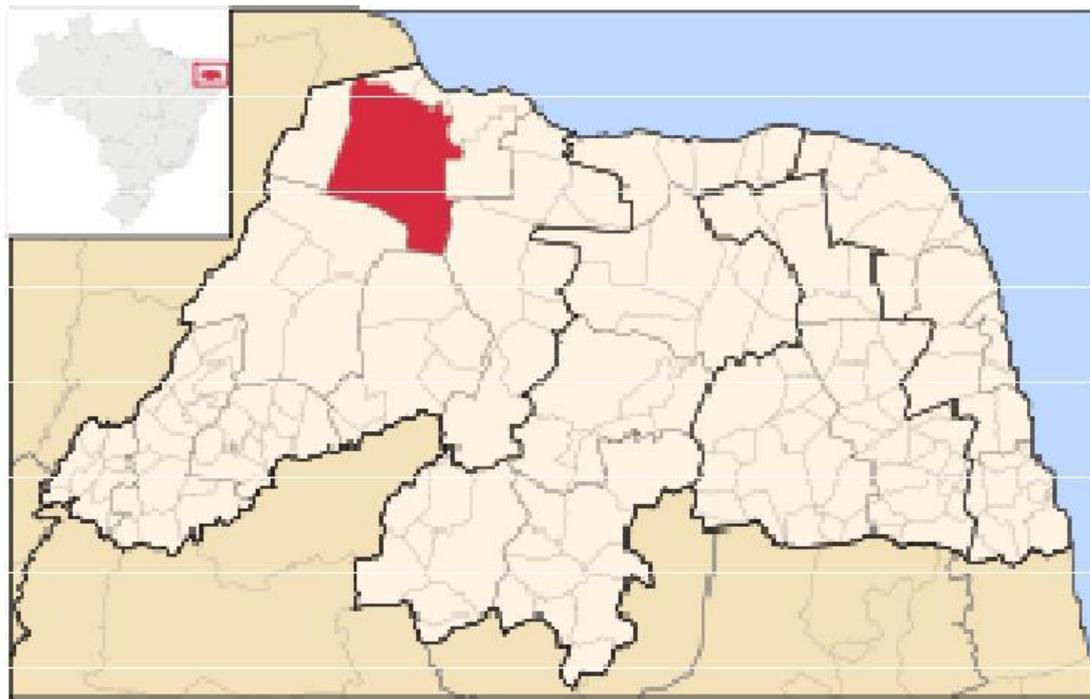
Destacando-se, nessa região, o Rio Grande do Norte (RN) tem cerca de 3.442.175 habitantes (IBGE, 2013) distribuídos em 52.811,110 km² e 167 municípios, fechando o ano de 2013 com um PIB de R\$ 51,4 bilhões, o que deixou o estado como a 18ª economia do Brasil e a 5ª do Nordeste. O valor teve um crescimento real de 4,4% em relação aos R\$ 48,2 bilhões gerados em 2012. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Com 73,4% de participação no PIB potiguar, o setor de serviços se destacou. A área inclui atividades como a Administração pública, comércio e turismo. A Administração pública foi a que mais contribuiu, seguida pelo comércio, que teve desempenho razoável. No turismo, destacaram-se especificamente alojamento e alimentação. No setor industrial, que representou 23,4% do PIB, a construção civil foi o diferencial em virtude das obras de infraestrutura da Copa do Mundo de 2014. A geração de energia eólica também contribuiu significativamente. A queda ficou por conta da área de extração mineral, com destaque negativo para o petróleo. Mesmo com a queda, o RN continua como quinto maior produtor do país.

No estado, destaca-se, como principal cidade do interior, o município de Mossoró. Distante aproximadamente 277 quilômetros da capital Natal e apenas 260 quilômetros de capital cearense, Fortaleza, é um importante polo econômico potiguar, tanto no que se refere às atividades primárias quanto secundárias e terciárias.

Sua população de 288.162 habitantes (IBGE, 2015) ocupa uma área territorial de 2.099.333 km² e seu Produto Interno Bruto Municipal foi de R\$ 6.538.346.000,00 (Seis bilhões, quinhentos e trinta e oito milhões, trezentos e quarenta e seis mil reais) em 2013 (IBGE), distribuídos por atividades econômicas da seguinte forma: Agropecuária R\$ 141.413.000,00, Indústria R\$ 1.988.062.000,00, Serviços (saúde, educação pública, seguridade social) R\$ 2.648.585, Administração R\$ 1.028.608.000,00, Impostos R\$ 731.678.000,00, totalizando um PIB per capita de 23.325,08/hab. em 2013. Representa uma participação de aproximadamente 11,36% na formação do PIB do estado e 0,10% do PIB nacional de acordo com o IBGE (2012).

FIGURA 2- Imagem do mapa do Estado do Rio Grande do Norte, com destaque para a cidade de Mossoró



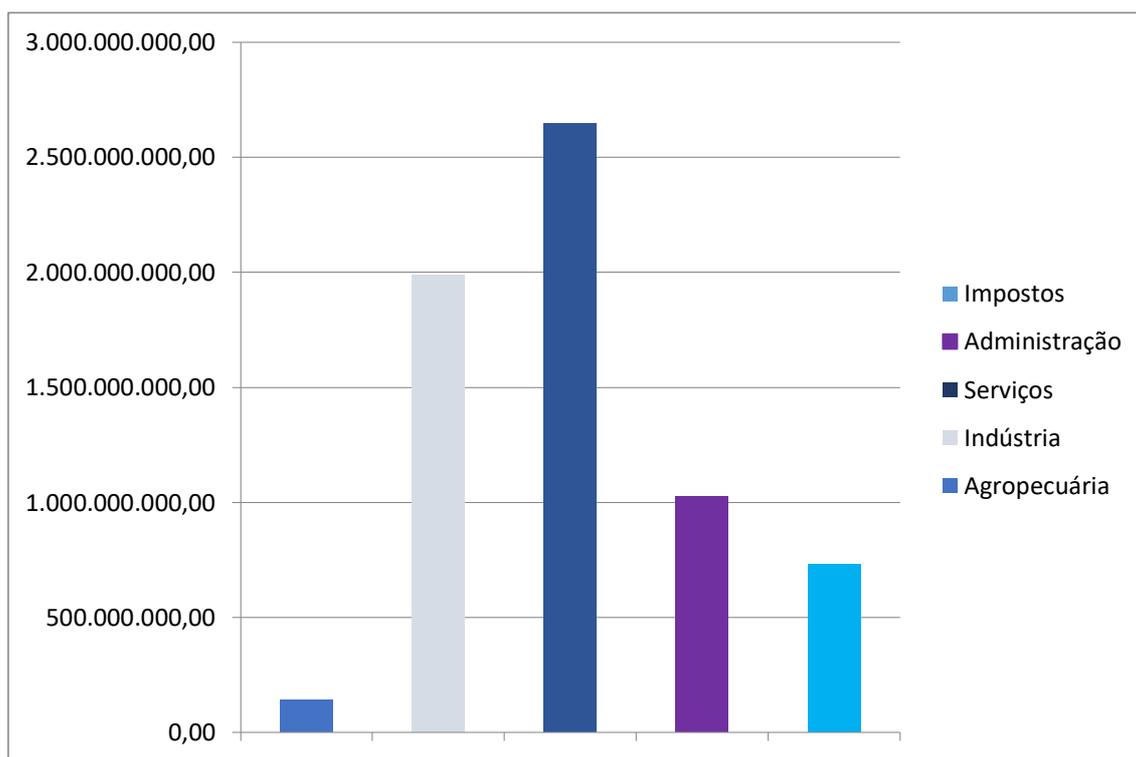
Fonte: Google Mapas

Pesquisas realizadas por Mendonça; Danni Oliveira (2007) constataam que Mossoró é um exemplo de cidade que não possui estudos aprofundados sobre o seu clima local. Esse município está inserido na região semiárida do Brasil, onde as altas temperaturas e as chuvas mal distribuídas, no espaço e no tempo, são características climáticas marcantes, e a estação do

ano outono (entre março e maio) caracteriza-se por ser mais chuvoso, e a estação do ano primavera (entre setembro e novembro) caracteriza-se por ser um período quente e seco.

Quanto ao Produto Interno Bruto de Mossoró em 2013, as modalidades que o fomentam se dão através da arrecadação de impostos, questões de ordem administrativas, serviços, pelas indústrias e agropecuária.

GRÁFICO 13 - Produto Interno Bruto de Mossoró/RN – 2013



Fonte: IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/VAB – Valor Adicionado Bruto por setor de atividade

De acordo com o IBGE (2014), Mossoró teve o maior crescimento do PIB entre os municípios do interior do Nordeste, que foi de 24,38%, seguido pelos municípios de Campina Grande, na Paraíba (cujo PIB cresceu 22,46%), Arapiraca em Alagoas (18,27%), Caruaru em Pernambuco (16,34%), Juazeiro na Bahia (15,63%) e Juazeiro do Norte, no Ceará (11,62%).

Mossoró tem como fundamentos da sua economia a agricultura irrigada, sendo o município um importante produtor de frutas tropicais para exportação; o comércio que fornece produtos e serviços para cidades de todo o oeste do Rio Grande do Norte e parte do leste cearense, e a indústria, a qual vive um próspero momento de diversificação.

Responsável pelo quarto maior crescimento nas exportações do Nordeste em 2014, o estado do Rio grande do Norte comercializou US\$ 251,3 milhões, com produtos como melão e

castanha de caju, liderando a pauta de exportação. O município de Mossoró foi o maior exportador do estado com US\$ 75 milhões, mostrando a força da fruticultura para a economia do Oeste Potiguar (Jornal Mossoró Hoje, 2016).

Segundo dados obtidos por pesquisas do Centro Internacional de Negócios da Federação Nacional das Indústrias do Rio Grande do Norte (CIN-FIERN), o Rio Grande do Norte é considerado um mercado promissor no que diz respeito à exportação de frutas irrigadas. Atualmente, a produção de frutas frescas para o mercado externo na região do semiárido potiguar é uma das atividades mais dinâmicas do Estado e merece destaque dentro do agronegócio brasileiro. Mamão, melão, banana, melancia, manga, abacaxi e castanha de caju têm mercados garantidos no Brasil e no Exterior, é o que afirma a Secretaria de Desenvolvimento Econômico- SEDEC (2014).

O Rio Grande do Norte encontra-se como o segundo maior produtor de frutas tropicais irrigadas do Brasil e o principal produtor e exportador de melão, possuindo uma vasta área com potencial irrigável de aproximadamente 1,2 milhões de hectares, dos quais 90% encontram-se no Polo Assú-Mossoró. Ainda oferece, por parte do Governo do Estado, uma política séria para garantir o escoamento ágil e seguro de toda essa produção.

A fruticultura irrigada gera 24 mil empregos diretos e outros 60 mil indiretos, dinamizando fortemente a economia mossoroense. As fazendas produtoras de frutas, para funcionar satisfatoriamente, necessitam de vários produtos e serviços, por exemplo, o comércio de sementes, defensivos agrícolas, máquinas e implementos agrícolas, comércio de veículos, entre outros e isso tem fomentado o comércio local, sendo o melão, o produto que continua o carro-chefe da produção frutícola do Oeste potiguar, seguido por melancia, mamão e banana.

Os frutos são destinados ao consumo interno e à exportação, principalmente, para países da Comunidade Europeia como: Inglaterra, Holanda, Espanha, entre outros. Em 2015, a produção e exportação de frutas geraram um volume de negócios de mais de US\$ 98 milhões para o Rio Grande do Norte. O fator contribuinte para a boa aceitação do melão mossoroense no mercado externo foi o reconhecimento da qualidade da fruta produzida, que, desde 2013, conta com selo de Indicação Geográfica de Origem, reconhecido mundialmente como indicativo de qualidade, é o que mostra os dados da Feira Internacional de Fruticultura Tropical Irrigada (EXPOFRUIT) 2016.

De acordo com a Prefeitura Municipal de Mossoró (2014), o crescimento da cidade de Mossoró nos últimos anos tem se dado por diversos fatores, a saber, o segundo maior PIB, o que representa a soma de todos os bens e serviços produzidos pelos três setores da economia (serviços, indústria, agropecuária) do estado do Rio Grande do Norte, a cidade dispõe de diversos centros comerciais, entre eles destacam-se: o comércio varejista, que no ano de 2012

gerou aproximadamente 11.220 mil empregos na cidade, distribuídos nos 2.062 mil estabelecimentos locais, seguido pelo comércio atacadista, empregando cerca de 1.942 mil pessoas no mesmo ano, o comércio mossoroense é o mais dinâmico da Região Oeste do RN, o que, entre outros fatores, torna Mossoró cidade referência entre os municípios que compõem essa região.

A produção de energias renováveis tem ganhando destaque na economia potiguar. Mossoró se inclui no rol das cidades geradoras de energias alternativas, juntamente com a disponibilidade de um Polo Eólico para o município. Outras atividades industriais aparecem no cenário econômico mossoroense, como é o caso da indústria de cimento, calcário e cerâmica, que nos últimos quatro anos empregou aproximadamente 2.700 mil pessoas.

Sabe-se que Mossoró se destaca nacionalmente por ser um dos maiores produtores de petróleo em terra, do Brasil e o maior do Nordeste, chegando a produzir 31,8 milhões de barris anualmente e ter mais de 3.500 poços perfurados, no entanto é importante salientar que, nos últimos dez anos, a produção petrolífera na região recuou.

Em meio a esse cenário de crescimento econômico, a cidade passou muito tempo com base na cadeia do petróleo, sendo a Petrobrás uma das maiores empresas incentivadora de uma grande cadeia de suprimento e injetora de recursos na economia local por meio dos salários e dos produtos comprados na própria cidade.

Entretanto, segundo dados da Prefeitura Municipal de Mossoró, desde 2014, a mesma vem desativando diversas de suas atividades, reduziu em aproximadamente 20% o número de empresas que participavam dessa cadeia. Infelizmente a exploração em Mossoró encontra-se em crise devido a fatores de caráter natural, pois a exploração em terra depende da qualidade dos poços, e a cidade reúne um conjunto de poços maduros, com os quais já foram gastos cerca de R\$ 1 bilhão em recuperação secundária, portanto, reduzindo drasticamente a exploração local. Entre 2000 e 2011, o volume de óleo produzido recuou em 33%, baixando de 31,8 milhões de barris em 2000 para os 21,4 milhões em 2011, logo uma queda de 10 milhões de barris em 11 anos (1 milhão/ano).

Em relação à cadeia do Sal, Mossoró possui todos os fatores naturais propícios para a produção de sal marinho, entre as quais estão: ventos fortes e constantes, clima, salinidade da água do mar e a região está estrategicamente entre áreas propícias, tendo um porto a disposição para escoamento de parte da produção.

Essa economia gera, nos dias atuais, cerca de 15 mil empregos diretos e 50 mil empregos indiretos, contribui com 3,5% do PIB do Estado. No RN, destacam-se, como os principais produtores de sal, os municípios de Mossoró, Macau, Areia Branca, Galinhos e Grossos. Entre

eles, Mossoró e Macau contribuem juntos com mais de 60% da produção salineira nacional. E esta participação se torna ainda mais expressiva por ser o município de Mossoró o principal centro beneficiador (moagem, refino) e de comercialização de sal do país.

Atualmente é uma das cadeias que mais emprega mão de obra, 10 mil diretos, e calcula-se que 5 vezes mais indiretos, isso porque a geração de sal na região é responsável pela produção média de 95% de todo o sal nacional e a mão de obra não precisa de muita qualificação. De acordo com um estudo realizado por Silva (2015) sobre a importância da cidade de Mossoró para o contexto econômico potiguar, a indústria salineira hoje, no estado do Rio Grande do Norte, produz cerca de 5.870.000 toneladas de sal, a maior parte dessa produção é destinada ao mercado interno (a indústria química e a pecuária são os principais setores econômicos que usam o sal potiguar no país) e apenas uma pequena parcela tem como destino o mercado externo, especialmente, é exportado para o auxílio do derretimento da neve nas estradas dos Estados Unidos e Canadá.

Além desses, outro país comprador do sal potiguar é a Nigéria, país africano de mais de 100 milhões de habitantes que vem modificando suas legislações que tratam de gêneros alimentícios e que vem estreitando os laços comerciais com o Rio Grande do Norte, dada a proximidade relativa.

Uma terceira indústria local que tem grande relevância na produção municipal e que também se encontra em dificuldades diz respeito à extração de calcário e produção de seus derivados (cal, cimento e argamassa), isso porque o RN possui uma das maiores reservas de calcário do Brasil, e Mossoró se constitui num dos municípios com maior possibilidade de exploração. Entretanto, com a queda da construção civil (especialmente pelos cortes nas políticas nacionais de construção e financiamento), a indústria do cimento também diminuiu o ritmo que vinha atuando, com baixas perspectivas para este ano.

A construção civil apresenta-se em ciclos, porém os anos de 2014 e 2015 foram de tendência negativa, tanto pelos cortes de financiamento para construção como diminuição de programas como Minha casa, minha vida. Dados mais recentes providos por Informações para o Sistema Público de Emprego e Renda (ISPER) da base de dados do Cadastro Geral de Empregos e Desempregos (CAGED) mostrou que para o ano de 2015 a flutuação do emprego formal (Balanço entre admitidos e demitidos) foi negativa para quase todas as áreas, com exceção da Administração pública e agropecuária.

O setor mineral potiguar não apresentou índices satisfatórios segundo o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) (2015), quando comparados os volumes de recursos

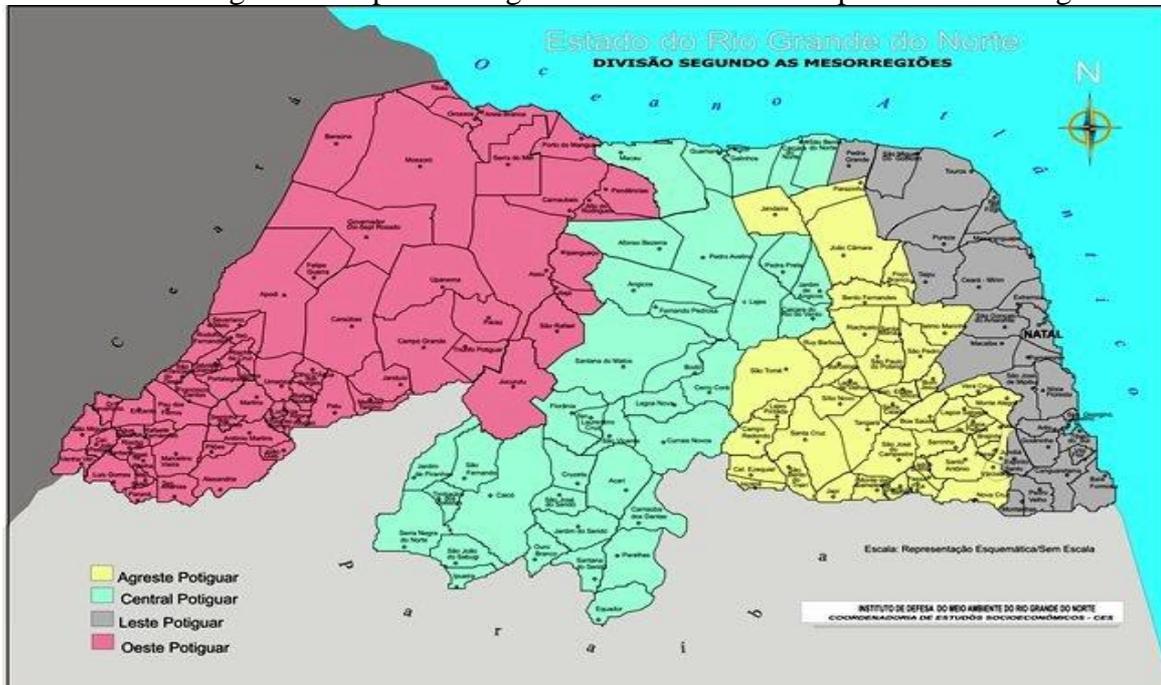
movimentados entre os anos de 2012 e 2013, no primeiro, a comercialização de minérios no estado Potiguar gerou uma monta da ordem dos R\$ 133 milhões.

No ano seguinte, o valor caiu para R\$ 121 milhões, representando uma queda de 9,91%. De acordo com o geólogo e superintendente substituto do órgão, Eliasibe Alves, a crise mundial e a recessão técnica enfrentada pelo Brasil ao longo dos últimos dois anos contribuíram para a construção do referido cenário.

Os licenciamentos ambientais e o escoamento da produção são dificuldades expressas pelos produtores ao DNPM. O porto de Natal, por exemplo, não suporta grandes embarques de minério. A infraestrutura do estado ainda se configura como um grande problema segundo Eliasibe Alves. Além desse problema, ele apontou que muitas empresas aguardam pareceres em relação aos pedidos de licenciamento ambiental para iniciar a exploração.

Além do viés burocrático, outras empresas aguardam um aquecimento nas vendas para ampliar a produção. O quadro que se desenha, portanto, é de dificuldades nas três principais economias do RN, com exceção da fruticultura, que conseguiu manter um desenvolvimento relativo em virtude de sua pauta para exportação e o aumento do dólar.

FIGURA 3 – Imagem do mapa do Rio grande do Norte dividido por suas mesorregiões



Fonte: Imagem da internet. Disponível em: <https://coisasdeflorania.files.wordpress.com/2011/07/mesorregioes-do-rn.jpg>

Por fim, pensar em novos rumos e cadeias econômicas locais é fundamental, por exemplo, energias renováveis (eólica e solar) e polo tecnológico (centro de desenvolvimento

de tecnologia), em virtude de a cidade estar localizada estrategicamente próxima a duas capitais (Fortaleza e Natal), próxima ao mar, ter áreas de influência entre estados como Ceará e Paraíba, possuir cadeias econômicas locais com uso intensivo de tecnologia (sal, fruticultura e petróleo), um polo tecnológico em franca expansão (Universidades Privadas, Públicas Federais e Estaduais, bem como institutos de tecnologia Federal).

Tais fatores permitem a Mossoró inovar e buscar novas economias locais, utilizando as universidades para desenvolvimento e captação das potencialidades locais.

Com mais de 5.891 empresas formais (IBGE, 2014), o segmento comercial mossoroense presta o relevante serviço de atender à demanda de inúmeras cidades de toda a região oeste do Rio Grande do Norte, estendendo-se inclusive a municípios do Ceará, como Icapuí, Aracati, Jaguaruana, Russas, Limoeiro do Norte, entre outros.

Esse contexto, atrelado à situação geográfica e à diversidade das bases econômicas locais no município de Mossoró conferiram-lhe um crescimento atípico para cidades do interior do Brasil.

3.4.2 Mossoró e o Ensino Superior Privado

Atualmente, Mossoró congrega em sua oferta educacional escolas que se destacam em qualidade e quantidade tanto na educação básica quanto na técnica e na universitária, o que tem atraído um número considerável de indivíduos oriundos de municípios vizinhos, os quais buscam não somente nos polos educacionais mossoroenses a formação, como também procuram colocação profissional, qualidade de vida, oportunidades de crescimento e desenvolvimento pessoal e profissional. E conseqüentemente influenciará e contribuirá para o desenvolvimento, de forma significativa, em todos os âmbitos em suas cidades de origem.

Sobre a qualidade do ensino básico, dados do IDEB (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica) apontam que Mossoró tem evoluído, o que mostra que há uma melhora na qualidade da educação municipal. Segundo o Ministério da Educação (2015), as notas evoluíram, entre 2007 e 2015, 2,2 pontos, saindo de 3,0 para 5,2. A média para o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) é 6. Na proporção pelas disciplinas básicas, como matemática e português, também é possível observar uma melhora em ambas, conforme demonstra a Prova Brasil (IDEB, 2016). O INEP (2005) distribui o aprendizado dos alunos em níveis, considerando que as habilidades mais complexas em português e matemática estão concentradas nas pontuações que variam entre 325 a 350.

Nessa dinâmica, achegam-se a Mossoró investidores, consumidores, profissionais, estudantes, empresas e empregados, empreendedores e clientes na busca por ascensão financeira, empresarial, profissional e retorno do capital investido. A sustentabilidade do crescimento vertiginoso observado na última década na cidade passa pela completa satisfação desses atores. O município precisa continuar oferecendo oportunidade a investidores e empreendedores, que, por sua vez, oferecerão oportunidades a profissionais, estudantes e empregados, os quais, por consequência, oferecerão seus serviços aos clientes e consumidores em geral.

É, todavia, nesse ponto, que se encontra uma das principais necessidades de Mossoró. Apesar da expansão de Instituições de Ensino Superior (IES) na região, sejam públicas ou privadas, ainda há lacunas enormes na formação profissional. Não obstante, observa-se uma grande quantidade de profissionais trazidos do sudeste do país e de outros estados do Nordeste para assumirem vagas de emprego exclusivas para detentores de formação específica.

Com o crescimento da cidade e das suas empresas e com o desenvolvimento da sua economia, o sistema de gestão das suas instituições acaba por tornar-se mais complexo e exigente. Isso se dá naturalmente pelo aumento da competitividade, da exigência dos públicos-alvo, do incremento tecnológico, entre outros.

Portanto, a universidade é um polo formador de novos profissionais que precisa estar preocupada com o resultado de seus alunos, ou seja, se os mesmos estão conseguindo se empregar, se o mercado de trabalho tem absorvido os profissionais, se eles chegam na iniciativa privada com as habilidades mínimas e esperadas. Há uma demanda, de tal forma, que se aproxime vida acadêmica da prática cotidiana, nesse sentido é urgente a aproximação com a universidade.

É importante para os empresários contar em sua conjuntura organizacional com mão de obra qualificada e centrada nos avanços científicos, fator que propicia às empresas novos conhecimentos e métodos inovadores de procedimentos. Pois, é sabido que a importância da mão de obra qualificada para o desenvolvimento - o qual, no fundo, não é outra coisa que o aumento de produtividade global de uma nação - é amplamente reconhecida por dirigentes e administradores das empresas nos países industrialmente avançados.

Com o constante aumento da competitividade entre as empresas, torna-se cada vez mais importante a formação de equipes de elevado desempenho, aptas a resolver problemas e contribuir para os resultados do negócio. Gava; Martins (2016) ratificam que, em relação aos fatores de mercado que prejudicam a condução dos negócios, foi observado que a falta de mão de obra qualificada representa uma média 31,25%.

A qualidade dos recursos humanos é, indiscutivelmente, uma das principais causas de sucesso ou fracasso de uma empresa. Por isso é imperioso selecionar colaboradores capacitados, potenciais a atender às necessidades específicas de uma empresa levando-a aos resultados esperados. A qualificação de pessoas auxilia as empresas a atingir seus objetivos e, ao mesmo tempo, proporciona empregos com melhores condições, gerando mais riquezas para a sociedade.

Sendo assim, há uma necessidade latente em aproximar universidades e mercado, em que ambos saem beneficiados. A única forma desse processo ocorrer, ainda que de maneira gradual e lenta, é a partir da criação de canais mais fortes de comunicação entre professores e empresários, que possam fechar projetos práticos, com metas para contratação de estagiários, avaliação de desempenho, discussão de aprimoramento e do constante avanço neste quesito.

É neste cenário marcado pela competitividade, qualidade e expectativa profissional que escolhemos investigar o curso de Administração de uma instituição privada, considerando algumas políticas de financiamento do Governo Federal, as concepções e experiências profissionais dos alunos concluintes em 2016.2.

Mossoró possui atualmente duas universidades públicas, a Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA) e a Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN) e algumas universidades privadas, com destaque para a Universidade Potiguar-UNP, fundada em 1979 com o nome de Faculdade Unificada para o Ensino das Ciências (UNIPEC), regida por diretrizes fundamentadas na ética, em valores culturais, sociais e profissionais e nos princípios da defesa dos direitos humanos, da excelência acadêmica, da formação cidadã, do exercício pleno da cidadania, da liberdade no ensino, na pesquisa e na divulgação da cultura, da arte e do saber, da pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, da participação e a descentralização na gestão acadêmica e administrativa, da igualdade de acesso aos bens culturais e serviços prestados à comunidade, da valorização do profissional da educação, da participação integrada e solidária no processo de desenvolvimento sustentável e na preservação do meio ambiente.

A instituição iniciou suas atividades em Natal/RN, com os cursos de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas. Foi credenciada como Universidade em 19 de dezembro de 1996. Com sede na capital do Estado, Natal, possui 04 *campi*; também está presente na cidade de Mossoró e na cidade de Currais Novos, situada na região do Seridó. Possui atualmente cerca de 31.000 alunos entre os cursos de graduação e pós-graduação.

Integrando a *Laureate International Universities* desde 2007, destaca-se no cenário educacional do RN e do Nordeste pela qualidade dos serviços oferecem nas áreas do ensino, da pesquisa e da extensão e ação comunitária. Hoje, são 82 (oitenta e dois) cursos de graduação

presenciais em atividade, consideradas todas as Unidades do Campus Natal e o Campus Mossoró.

A UNP se pilariza na missão de formar profissionais em diferentes áreas do conhecimento humano, contribuindo para a sua educação contínua; estimular, no processo da formação profissional, o desenvolvimento de uma postura ética, empreendedora, crítica e cidadã; manter permanentemente atualizados os projetos pedagógicos de seus cursos, em consonância com as exigências e necessidades do mercado de trabalho; promover o planejamento da organização institucional visando a excelência acadêmica; adotar a avaliação institucional como processo permanente de valoração da efetividade dos princípios, da finalidade e dos objetivos da Universidade.

Como também oferecer formação integrada à realidade, por meio da articulação teoria-prática nas atividades acadêmicas; desenvolver e aprimorar a indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão no processo ensino-aprendizagem; estabelecer uma interação com a comunidade, pelo exercício das funções básicas de ensino, pesquisa e extensão; primar por uma permanente atualização no modelo de gestão; estimular e possibilitar à comunidade acadêmica o acesso permanente às novas tecnologias.

A Universidade Potiguar Campus Mossoró oferece um leque de cursos de graduação como Administração, Arquitetura e urbanismo, Ciências contábeis, Design de interiores, Direito, Educação física, Enfermagem, Engenharia civil, Engenharia de produção, Engenharia elétrica, Engenharia Mecânica, Farmácia, Fisioterapia, Gestão comercial, Gestão de recursos humanos, Marketing, Nutrição, Petróleo e gás, Psicologia e Serviço social. Oferece ainda graduação semipresencial para os cursos de Administração, Ciências contábeis, Gestão de recursos humanos, Letras-Português, Marketing, Pedagogia e Serviço social.

A instituição também oferta cursos de Pós-Graduação em Direito constitucional e tributário, Direito Penal e Processo penal, Direito previdenciário, Direito trabalhista e Processo do trabalho, Energias renováveis, Enfermagem em urgência, emergência e trauma, Engenharia de instalações prediais, Engenharia de segurança no trabalho, Gastronomia, Gerenciamento de obras, Nutrição clínica funcional, Políticas públicas de atenção à família.

A UNP oferece o Mestrado em Administração de Negócios (*MBA - Master of Business Administration*), MBA Executivo em estratégias de negócios, MBA Executivo em gestão de pessoas, MBA Executivo em gestão de projetos, MBA Executivo em gestão financeira e MBA Executivo em planejamento tributário.

Abaixo observemos tabela em que consta as IES regularizadas pelo MEC e seus aspectos acerca da organização acadêmica e categoria administrativa.

TABELA 7 – Instituições de Ensino Superior da Cidade de Mossoró – 2017

Instituição(IES)	Organização Acadêmica	Categoria Administrativa
Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi (MATER CHRISTI)	Faculdade	Privada com fins lucrativos
Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró - FACENE/RN (FACENE/RN)	Faculdade	Privada com fins lucrativos
Faculdade Diocesana De Mossoró	Faculdade	Privada sem fins lucrativos
Faculdade Maurício de Nassau de Mossoró (FMN DE MOSSORÓ)	Faculdade	Privada com fins lucrativos
Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN)	Universidade	Pública Estadual
Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA)	Universidade	Pública Federal

Fonte: MEC, 2017.

Faz-se relevante informar que na cidade Mossoró existem outras instituições de ensino superior privado. No entanto, é a UNP a única IES privada com status de universidade existente na cidade *locus* da pesquisa. Desse modo, conforme tabela acima, Mossoró é contemplada pela Faculdade de Ciências e Tecnologia Mater Christi (MATER CHRISTI), Faculdade de Enfermagem Nova Esperança de Mossoró (FACENE/RN); Faculdade Maurício de Nassau de Mossoró (FMN de Mossoró), sendo essas três últimas caracterizadas como instituições privadas com fins lucrativos, e Faculdade Diocesana de Mossoró caracterizada como privada sem fins lucrativos (MEC, 2017).

CAPÍTULO IV - CONCEPÇÕES E EXPERIÊNCIAS PROFISSIONAIS DOS ALUNOS CONCLUINTE DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO, BOLSISTAS DO PROUNI

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

4.1 Caracterização dos sujeitos da pesquisa

A caracterização dos sujeitos da pesquisa é relevante e necessária a qualquer estudo no qual se investiga determinado fenômeno, pois identificando-os em seus aspectos sociodemográficos é possível a compreensão do porquê de determinado fato manifestar-se de tal modo.

Na perspectiva de ascensão da cadeia produtiva estabelecida na década de 70 no Brasil, fez-se imperioso estabelecer uma nova representação para o modelo de um bom profissional. Assim, foram informações educacionais que motivaram transformações nas questões sociais e econômicas. Deste modo, conhecer questões inerentes ao cenário educacional, incluindo todos os seus atores, sejam gestores, educadores e educandos, pais, entre outros, não é exclusividade somente da referida área, suas questões são valorizadas para subsidiar condutas de crescimento por parte de empresários, instituições financeiras e agências multilaterais (OLIVEIRA, 2013).

Estudos demonstram que o número de indivíduos na condição de universitários vem aumentando, e se modificando no que tange ao perfil do aluno, com o passar dos anos. O delineamento do estudante de ensino superior é um tanto quanto dessemelhante a depender do período histórico em que se analisa. Deste modo, variáveis relacionadas às questões socioeconômicas devem ser investigadas, a fim de compreender como se dá determinado evento provindo de uma dada população (MOREIRA; LIMA; SILVA, 2011).

Apesar da imprescindível necessidade de conhecer o perfil do discente graduando em Administração como já foi mostrado, esse assunto ainda é pouco discutido na literatura publicada, mesmo já existindo crescente avanço de estudos no campo da Administração. E essa insuficiência bibliográfica referente ao perfil do discente se aplica aos níveis nacional, regional e local (OLIVEIRA et. al., 2015).

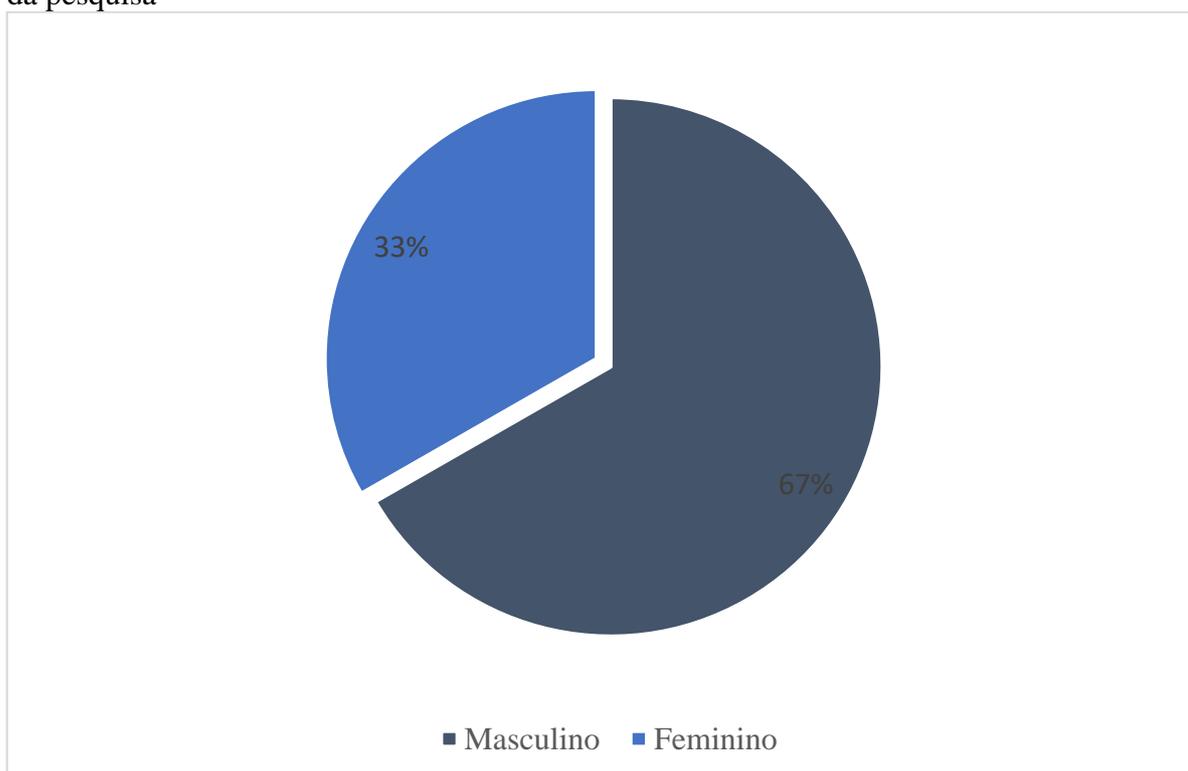
Oliveira et. al. (2015) complementa sua opinião sobre a identificação do perfil dos graduandos em Administração como uma conduta expressiva e que merece ser discutida de uma forma mais aprofundada pelas instituições de ensino superior, buscando uma possível reformulação que proporcione mais mobilidade profissional e acadêmica dos alunos.

Desta forma, as variáveis que foram utilizadas na caracterização dos sujeitos dessa pesquisa versam sobre aspectos relacionados ao gênero, procedência escolar (pública ou privada) dos alunos, ao ingresso no ensino superior, quanto ao exercício de cargo ou função na iniciativa pública ou privada na área da Administração, quanto à promoção no trabalho por estarem cursando graduação em Administração e, por fim, quanto aos contemplados com políticas públicas de financiamento estudantil.

4.1.1 Caracterização dos sujeitos quanto ao gênero

Começaremos então a caracterização dos sujeitos da pesquisa analisando a variável gênero representada no gráfico a seguir:

GRÁFICO 14 - Gênero dos alunos do curso de Administração da IES em estudo, participantes da pesquisa



Fonte: Pesquisa de Campo (2017)

O gráfico mostra a caracterização do estudo quanto ao sexo dos sujeitos, que responderam ao questionário, os quais promoveram o conhecimento de que 67% dos entrevistados são do sexo masculino e 33% correspondem ao sexo feminino.

Embora o gênero feminino se apresente em menor percentagem entre os sujeitos desta pesquisa, a sua participação na conjuntura laboral e em especial nas questões administrativas são bem aceitas, uma vez que a Administração conduzida por mulheres tendem a uma nova perspectiva de interação social, estão em consonância com o progredir transformador de toda uma metodologia já estabelecida de práticas institucionais, permeada por uma racionalidade substantiva, menos mecanizada e bem mais sistematizada em preceitos éticos e legais (ANDRADE, 2012).

Em contrapartida, na realidade de algumas áreas laborais ainda se nota que a presença feminina tem um número reduzido de profissionais em relação à predominância masculina, e essa realidade é justificada nas pesquisas publicadas de Bartky (1990 apud IPEA, 2012) simplesmente pelo fato de o corpo da mulher ser diferente do corpo masculino, colocando a mulher em desvantagem com relação ao homem nas possibilidades trabalhistas.

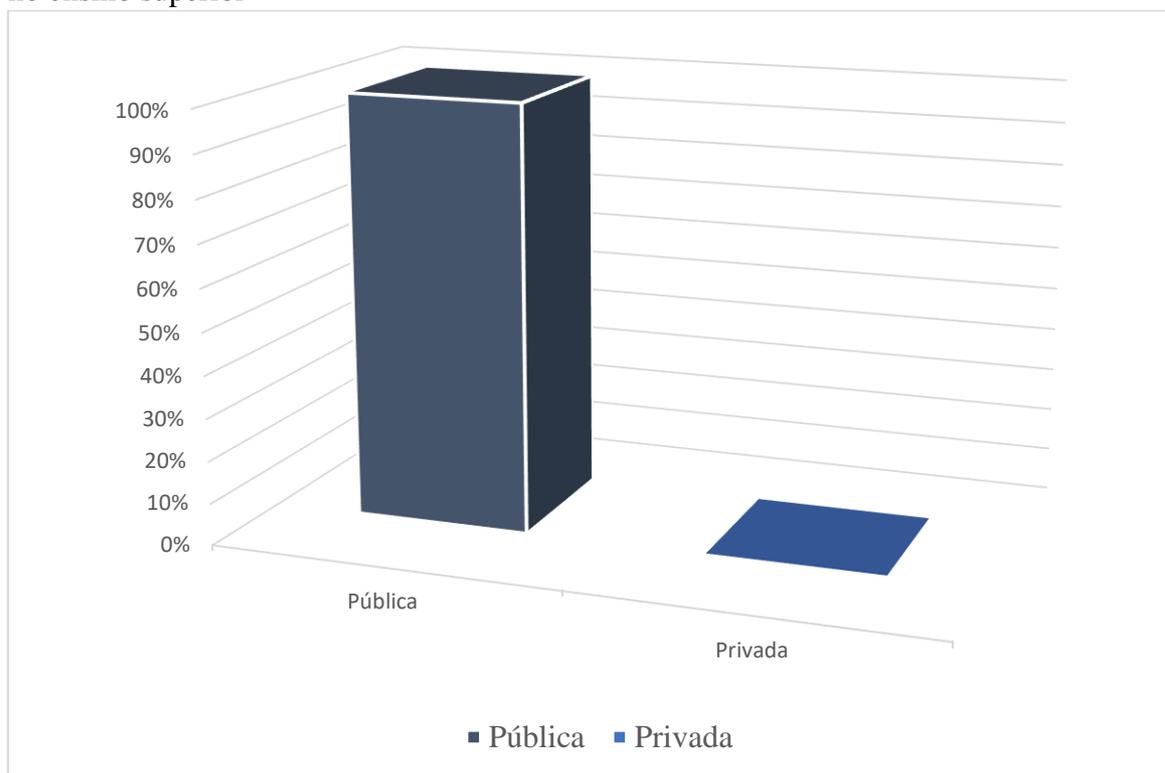
O exposto acima é de fato uma realidade que ocasiona o preconceito e, conseqüentemente, a desvalorização dessa profissional mulher, no que se refere a sua credibilidade, desajustes salariais, não ocupação de alguns cargos, entre outras situações. O mesmo autor ainda acrescenta que o problema, portanto, não é somente a divisão do trabalho entre os sexos e a conseqüente determinação social dos destinos de homens e mulheres, mas as iniquidades de valores que se fortalecem e passam de geração para geração.

4.1.2 Caracterização dos sujeitos quanto à procedência escolar

É altamente relevante a persistência incessável do incentivo aos alunos de escolas públicas que estão no período de conclusão do ensino médio para que deem continuidade aos estudos no ensino superior por parte das escolas. Pois essa é a fase em que se aproxima a maioria do sujeito ou quando estes alunos já se encontram na maioria por terem perdido ou reprovado algum ano letivo, e a possibilidade de trocarem a condição de estudante por profissional se torna alta pela questão de melhora e contribuição das condições socioeconômicas da família (ALVES, 2016).

A procedência escolar no que se refere à categorização das escolas, públicas ou privadas, do ensino médio, locais de origem dos alunos participantes da pesquisa ao iniciarem no ensino superior, será avaliada logo a seguir:

GRÁFICO 15 - Procedência escolar (pública ou privada) dos alunos participantes ao ingresso no ensino superior



Fonte: Pesquisa de campo (2017)

O gráfico mostra a caracterização da amostra quanto à procedência dos envolvidos no estudo com relação a serem egressos de escolas públicas ou privadas, e revela que 100% são de escolas públicas.

Diante do número apresentado de alunos provindos de escola públicas ser maior em relação aos alunos de escolas privadas ao ensino superior privado, entende-se que esse fato se determina pelo déficit na qualidade da formação existente no ensino público na esfera do ensino básico, em que não permite uma justa concorrência na jornada em busca de acesso ao ensino superior público, culturalmente conhecido por sua inquestionável capacidade de ensino e direcionamento ao ensino e pesquisa. E ficando consideravelmente a entrada desses alunos de escolas públicas nas IES privadas condicionada ao benefício estudantil do governo Federal, no caso, o PROUNI.

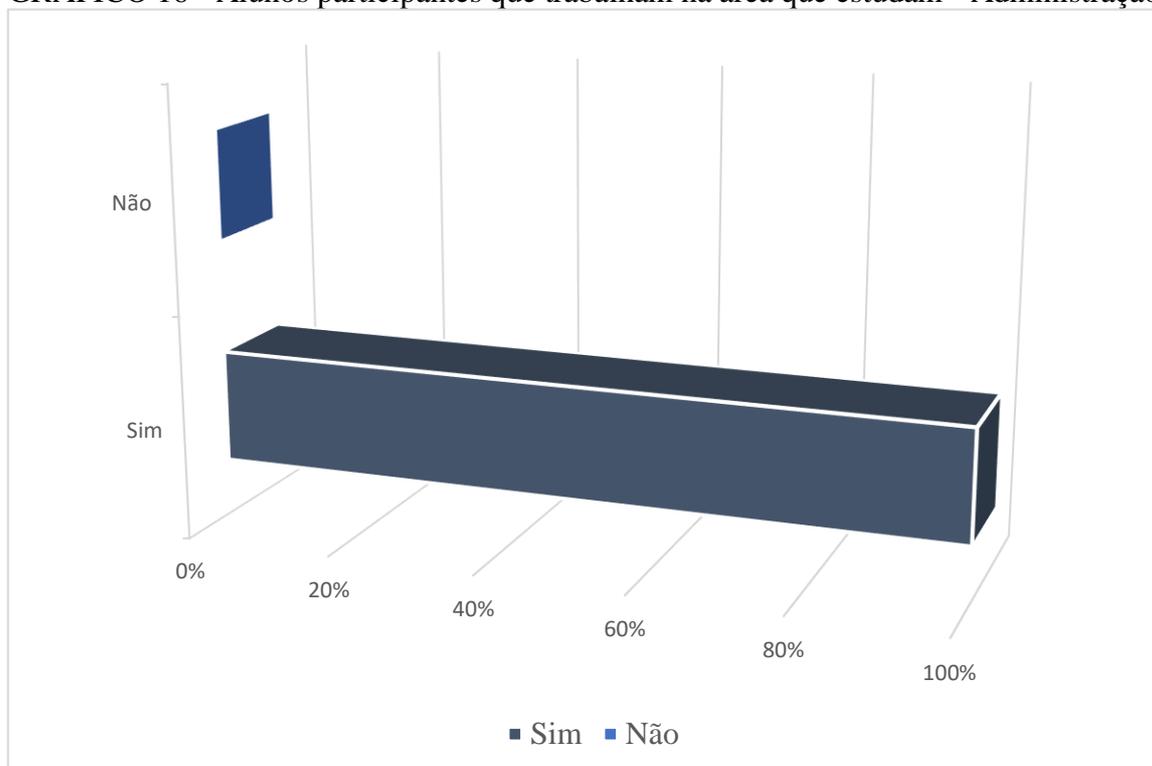
Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda per capita familiar máxima de três salários mínimos, e a professores da rede pública de ensino no efetivo exercício do magistério da educação básica para os cursos de licenciatura, o PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos

são selecionados pelas notas obtidas no Enem - Exame Nacional do Ensino Médio – o que permite valorizar o mérito dos estudantes com melhor desempenho acadêmico (PROUNI – MANUAL DO BOLSISTA, 2015).

4.1.3 Caracterização dos sujeitos quanto ao fato de trabalharem na área que estudam

Aprecia-se no gráfico a seguir a caracterização da amostra quanto aos alunos que combinam os estudos da graduação em Administração com o trabalho na referida área. Veja:

GRÁFICO 16 - Alunos participantes que trabalham na área que estudam - Administração



Fonte: Pesquisa de campo (2017)

O gráfico elucidada a caracterização da amostra quanto ao fato de os alunos trabalharem na área administrativa enquanto cursam graduação em Administração, estes correspondem a 100%, ou seja, todos os envolvidos na pesquisa já possuem certa vivência em rotinas administrativas.

O fato de o discente estar vivenciando dois momentos distintos e aos mesmo tempo tão necessários, por meio da possibilidade de trabalhar exatamente na área que está adquirindo os conhecimentos teóricos e práticos na academia, pode-se dizer que este certamente possui um

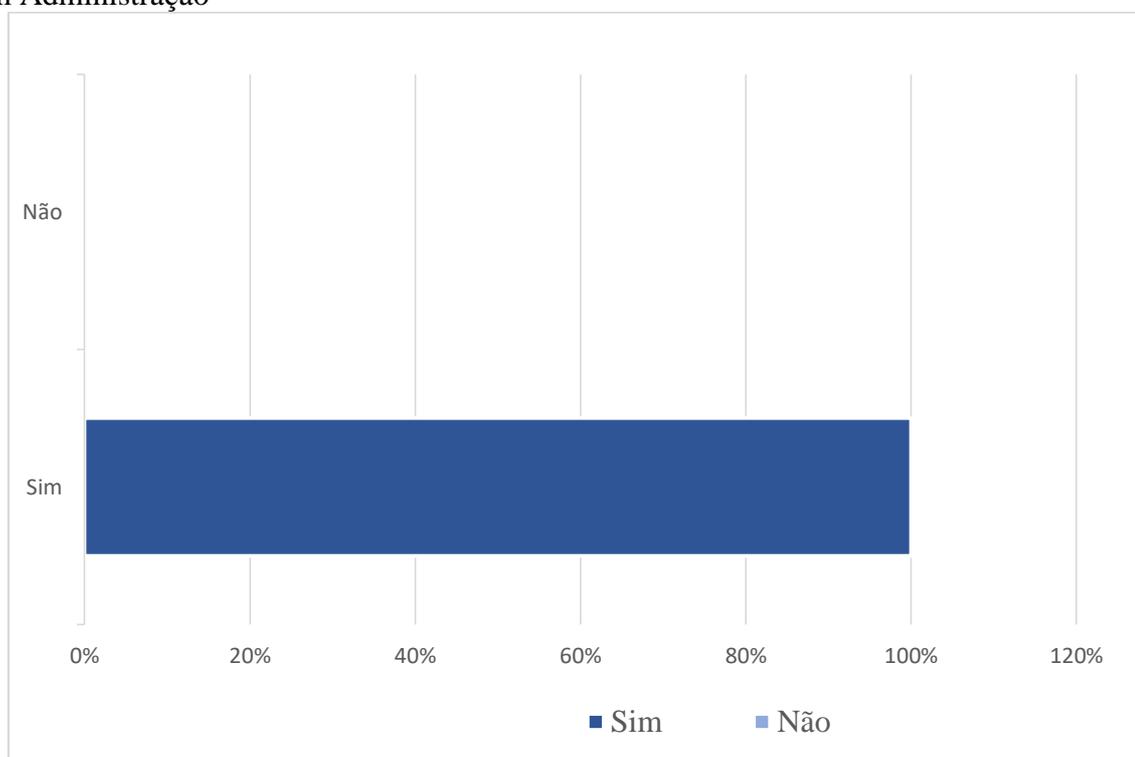
diferencial em sua trajetória, uma vez que se adquire ferramentas enriquecedoras, pois podem contextualizar o que lhe é apresentado em sala de aula com o que vive em seu ambiente de trabalho e vice-versa e, desta forma, estar amparado de fundamentos para ajudar-lhe a resolver questões/problemas que possam surgir tanto no âmbito acadêmico quanto no profissional.

Para Rodrigues (1995 apud ALVES, 2016), o trabalhador/estudante está vivenciando a divisão social do trabalho, e o fato de o estudante estar trabalhando não interfere num possível rendimento escolar baixo. O que na verdade atenua a situação do estudante que trabalha, ou mesmo do que não trabalha, é o caráter classista da escola que define o sucesso e fracasso escolar.

4.1.4 Caracterização dos sujeitos quanto ao fato de serem promovidos no trabalho

Abaixo, perceberemos no gráfico a caracterização dos sujeitos envolvidos na pesquisa quanto ao fato de serem promovidos no trabalho pela qualificação em curso provido pela graduação em Administração:

GRÁFICO 17 - Alunos participantes promovidos no trabalho por estarem cursando graduação em Administração



Fonte: Pesquisa de campo (2017)

O gráfico evidencia a caracterização da amostra quanto aos alunos que foram promovidos pelo fato de estarem cursando a graduação de Administração, em que 100% conquistaram a promoção profissional.

O percurso ao mercado de trabalho vem se tornando cada vez mais instável, e nesse caminho estão os jovens possuidores do ensino médio, principiando uma circunstância para serem empregáveis, por isso é imprescindível um conjunto de aptidões que façam o indivíduo se sobressair diante dos outros, assim a titulação adquirida por estar cursando uma graduação faz parte das ferramentas de quem busca destaque e reconhecimento no âmbito mercadológico (ROSSI; MELGAÇO, 2009).

No ano de 2015, houve uma redução de 3,3% no número total de empregos formais comparado ao de 2014. E pode-se notar que quanto maior a escolaridade, menor o percentual de queda na empregabilidade. Para os empregados com ensino fundamental, a redução ficou em 5,9%. Para os empregados com ensino médio completo, a queda chegou a 2,1%. Já para os empregados com ensino superior, a queda foi menor ainda, de 0,9%. O cálculo levou em consideração o estoque final de empregos formais no ano de 2014 e a diferença do saldo mensal de empregos formais (número de admissões subtraído ao número de desligamentos no período) (SEMESP, 2016).

Percebendo essa questão no Estado do Rio Grande do Norte, dados do SEMESP (2016) informam que, entre a população economicamente ativa do Rio Grande do Norte, apenas 125,5 mil trabalhadores empregados com carteira assinada, ou 19,8% do total, têm nível superior completo. No entanto, de 2013 para 2014, houve um crescimento nesse índice de 8,2%. O maior contingente de trabalhadores com carteira assinada no estado é formado por pessoas com ensino médio completo: 316,1 mil, ou 50% do total. Também nesse grau de instrução houve crescimento de 3% (SEMESP, 2016).

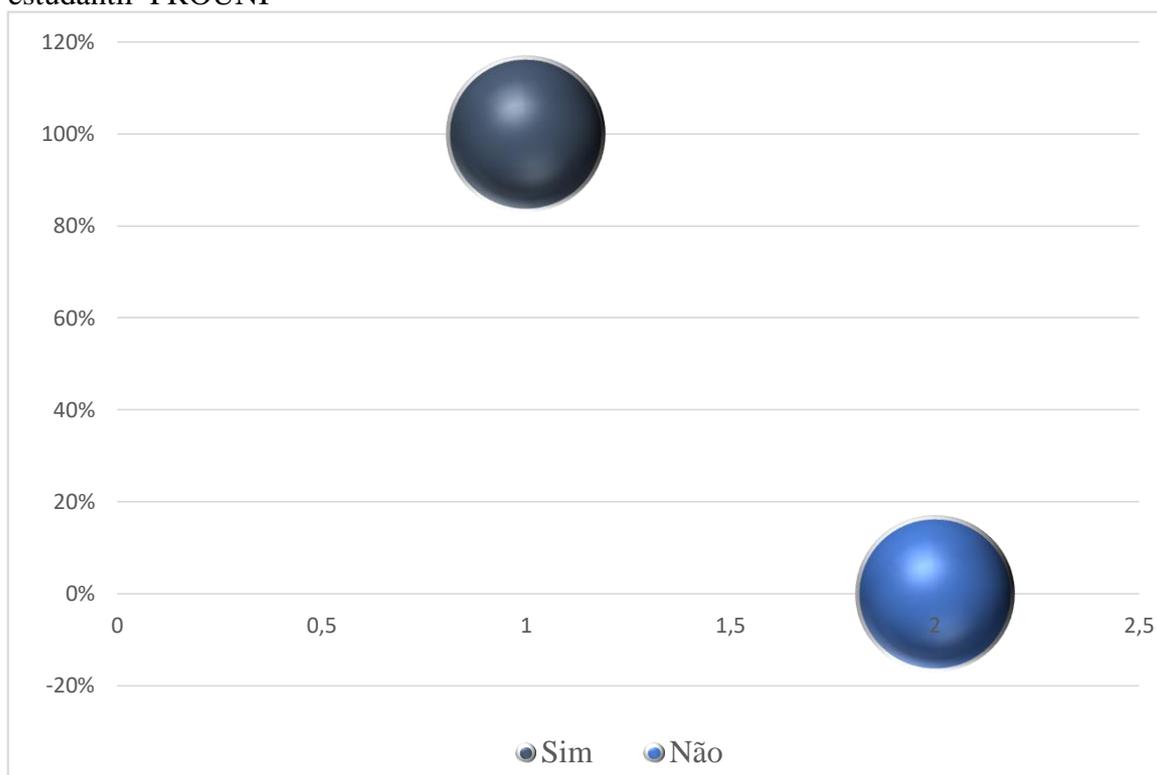
É percebido que já se tem indícios de valorização profissional das instituições empregadoras, ainda que de modo discreto, para aqueles profissionais que buscam a qualificação por meio de estudos. É notório o profissional que tem pretensões de crescimento dentro de uma instituição, o esforço e a dedicação diária são características que exacerbam-se e que se acentuam nos profissionais que mantêm a dualidade de ser estudante e trabalhador.

E a percepção disso e, conseqüentemente, valorização devem ser atitudes de gestores com uma visão mercadológica que sabem que ali existe um profissional e que este estará atendendo aos requisitos para a obtenção dos objetivos produtivos propostos pela instituição.

4.1.5 Caracterização dos sujeitos quanto ao fato de serem contemplados com políticas públicas de financiamento estudantil – PROUNI

O gráfico abaixo representa informações relacionadas aos alunos contemplados com políticas públicas de financiamento estudantil – PROUNI, vejamos:

GRÁFICO 18 - Alunos participantes contemplados com políticas públicas de financiamento estudantil–PROUNI



Fonte: Pesquisa de campo (2017)

O gráfico evidencia a caracterização da amostra quanto ao fato de os alunos participantes da pesquisa terem sido contemplados com políticas públicas de financiamento estudantil, o qual revela que 100% foram agraciados com o PROUNI. A generalização da contemplação de alunos ao acesso superior por meio das políticas públicas institucionalizadas se constata nesse estudo e se confirma pelo INEP (2017) que demonstra que

Pesquisa realizada pelo Boletim IDADOS (2016) da Educação Nº 2016-04 sobre o Financiamento do Ensino Superior: FIES e PROUNI evidenciaram que existe uma forte concentração de alunos bolsistas em 9 cursos, entre os quais se sobressaem Direito, Administração, Engenharia civil e Enfermagem. Sendo que, especificamente sobre o PROUNI,

as áreas mais atendidas são Administração, Direito, Pedagogia e Ciências contábeis, somam 169 mil alunos bolsistas, representando, 37% do total de bolsas.

Entre os dados do Balanço Social da Secretaria de Educação Superior (SESU) realizado em dezembro de 2015, o PROUNI foi uma das determinantes políticas e programas que promoveu o grandioso avanço para a democratização e expansão da educação superior no período de 2003-2015. O acréscimo no número de bolsas ofertadas no período de 2005 a 2015 foi de 193,2%, sendo que em dois momentos houve redução (2010 e 2013) em função de mudanças de regras no processo seletivo (INEP, 2016).

4.2 O curso de Administração

4.2.1 Critérios para Escolher a Graduação em Administração

Os entrevistados apontam os critérios que os motivaram a escolher o curso de graduação em Administração, critérios os quais estão relacionados ao fator da experiência profissional que já possuíam na área administrativa adquirida antes e após o ingresso na graduação, como também por gostarem da gestão de pessoas.

“[...] os critérios que me levaram a escolher esse curso foi relacionado a minhas experiências profissionais que eu tive anteriormente antes de iniciar o curso[...]” (Adm. 1).

“Eu já trabalhava na área e me identificava e queria é... crescer profissionalmente na área” (Adm. 2).

“Primeiramente por que é um curso que... no qual a gente trabalha com pessoas e eu me identifico muito nessa área de trabalhar com gestão, com gerência, com organização, por que se a gente for analisar hoje a base de uma empresa são as pessoas né são os recursos humanos, então eu sempre gostei de me envolver com pessoas, sempre gostei de estar na gerência, de estar ali na área de estratégia, na área da logística, enfim nas áreas afins...” (Adm.3).

A necessidade e motivação de escolha do ser humano na decisão de qual o caminho profissional a ser percorrido vai se definindo através de influências de toda uma vida, que se intensifica nos primórdios da juventude e começo da fase adulta, estabelecida pela responsabilidade de contribuição e melhor posicionamento socioeconômico para si e para o

meio em que está inserido. No entanto, até chegar na resposta do que de fato se quer enquanto ofício para uma vida, a dúvida certamente se permeará diante de muitas possibilidades profissionais e necessidades pessoais (MATSUMOTO et al., 2015).

É sabido que desejos, sonhos e ideais familiares, questões políticas, religiosas, valores e crenças, situação social são considerados como influenciadores na escolha pelo curso a graduar no ensino superior, e quando as realizações externas a sua própria motivação são levadas ao mérito pela opção do curso, aumenta com isso a frustração profissional e pessoal, e, conseqüentemente, a ineficiência e o insucesso na carreira e na vida. É preciso descobrir e valorizar a vontade que lhe oferta prazer e felicidade ao processo de desenvolvimento profissional.

Os resultados obtidos nesse estudo vão de encontro ao que pregam Matsumoto et al. (2015) quando nos mostram que a interferência familiar na escolha dos “filhos” de qual curso de graduação a fazer vem perdendo forças para os pretextos socioeconômicos. Pois ao adentrar no mercado de trabalho para resolver as necessidades pessoais, familiares e sociais e/ou até mesmo propiciar a manutenção dos estudos, o ramo o qual o mesmo está inserido lhe atribui segurança e experiência de rotina ocupacional, favorecimento de resolução de determinados problemas e conseqüente bem-estar, entre outras características inerentes às práticas que desenvolvem, acaba por direcionar tal escolha.

4.2.2 Critérios para escolha da Universidade

Os critérios citados pelos discentes participantes da pesquisa, sobre a escolha pela Universidade para cursar a graduação, estão relacionados ao prestígio que a instituição tem na cidade, e ao excelente conceito no Exame Nacional de Desempenho de Estudantes – ENADE⁶, que é um dos pilares da avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, criado pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, como também por sua ótima localização e pela ausência de greve no ensino superior privado.

Mesmo sendo menos frequente o direito de greve está garantido na Constituição brasileira e foi regulamentado por lei para o setor privado. Diante da omissão do Congresso

⁶ O Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (ENADE) avalia o rendimento dos alunos dos cursos de graduação, ingressantes e concluintes, em relação aos conteúdos programáticos dos cursos em que estão matriculados. O exame é obrigatório para os alunos selecionados e condição indispensável para a emissão do histórico escolar. A primeira aplicação ocorreu em 2004 e a periodicidade máxima da avaliação é trienal para cada área do conhecimento. Fonte: <http://portal.mec.gov.br/enade>.

Nacional acerca do exercício do direito no setor público, o Supremo Tribunal Federal determinou a aplicação, com adaptações, da lei prevista para o setor privado (SILVA, 2014).

“Os critérios para a escolha da universidade foi, é... O renome que ela tem em relação ao curso de administração, que é um curso conceituado [...] e tem uma boa nota o curso de administração dessa universidade pelo MEC” (Adm. 1).

“[...] e a questão da organização, foi primordial, assim... que eu sei que eu inicio um semestre no mês de janeiro e sei que no mês de junho eu termino o semestre, essa questão de organização é... foi o principal” (adm. 2).

“É... primeiro a localização porque era bem próximo de casa [...]” (Adm. 3).

Critérios relacionados a uma imagem conceituada e positiva da instituição de ensino superior são valorizados, pelos potenciais discentes, quando o assunto é a escolha do local para passar alguns anos de sua vida ali, estudando. Acredita-se que o prestígio da instituição está relacionado à qualidade do ensino. E esse local também se reafirma no fortalecimento da escolha, pois a imagem da escola refletirá na imagem do estudante durante a vida toda, pois terá registrada em seu histórico estudantil e profissional todos os atributos positivos e negativos atribuídos à instituição escolhida (VERONEZE, et al., 2017).

Questões relacionadas à empregabilidade antes, durante e depois de cursar a graduação, vista por Cassundé et al. (2017), é, além de outros fatores, atribuída à instituição de nível superior, por isso que se faz importante e relevante considerar precedentes da IES. Assim, a importância de se preocupar com a instituição de ensino superior é relevante, pois é essa instituição que orientará os caminhos que conduzem à solidificação de uma profissão e consequentemente ao regozijo profissional e pessoal.

Para nortear na escolha da IES, é primordial valorizar as instituições que promovem a preparação e instrumentalização para o mundo do mercado de trabalho, possuem em seu quadro acadêmico as profissões que são mais rentáveis nas questões monetárias, permitem que o indivíduo busque qualificação e preparo para o mercado de trabalho (CASSUNDÉ et al., 2017).

A certeza do melhor método e qualidade do ensino deveria ser uma certeza inquestionável para toda e qualquer escolha relacionada à educação, tanto na esfera pública quanto na privada.

Escolher uma instituição de estudo independentemente do nível que se busca parece ser algo simples e natural, considerado por conveniências pessoais, como localidade da instituição, disponibilidade do curso que se pretende cursar, turnos que dispõe para tal curso, entre outras questões. A mesma preocupação com as questões anteriormente exemplificadas deve também ser empregada na escolha da instituição quanto ao fato de esta proporcionar aos seus alunos, além de um curso com uma ementa atualizada e docentes capacitados para o ensino por meio de metodologias plausíveis, habilidades que engrandeça seus alunos como pesquisadores, cientistas no ramo que escolherem, que atentem para o despertar discente em desvendar ganhos positivos para si e para a sociedade.

O que se percebe nos relatos dos entrevistados é que as questões intrínsecas à produção científica, no que tange aos critérios valorizados na hora de escolher uma IES, vêm perdendo lugar para os interesses de se ter uma profissão, exclusivamente.

4.2.3 Diferencial de um bom curso de Administração

O diferencial de um bom curso de Administração para os entrevistados foi unânime ao afirmarem com veemência que este se dá quando o curso proporciona momentos práticos extra sala de aula. Responderam ainda que uma instituição com qualidade em sua estrutura e no corpo docente certamente faz com que o curso de Administração seja mais atrativo.

“O diferencial acho que pra mim de administração e a qualquer curso seria, é a prática que esse curso proporcionou pra gente, a qualidade e a estrutura [...] e a qualidade dos professores, dos mestres [...]” (ADM. 1).

“Acho que projetos práticos” (Adm.2).

“Olhe, o diferencial de um bom curso de administração é principalmente a aula prática, certo? É quando o professor traz a realidade de como é uma empresa de verdade, pra dentro da sala através de projetos, de trabalhos de as vezes levar a gente pra própria empresa pra gente saber como é lá dentro como que não é tão fácil como muita gente pensa né? Então acho que é... a aula prática que os professores trazer acho que esse é o diferencial” (Adm. 3).

Verifica-se nos relatos dos participantes da pesquisa que o que faz o diferencial no curso de graduação em Administração são os momentos práticos vividos na própria academia, pois

estes favorecem a uma exitosa aproximação com a realidade do mundo que pretendem trabalhar.

O diferencial de um bom curso de graduação está no entendimento e suprimento das necessidades que seu público apresenta, é preciso não só identificar, mas considerar e resolver as demandas apresentadas pelos seus alunos, e essa resolução deve sempre primar pelos preceitos educacionais institucionais que deverão ser moldados às situações contextuais de cada um.

Critérios que contribuem para a escolha de um curso a graduar também são influenciados por desejos e anseios familiares,

“muitos afetos estão em jogo neste processo de escolha, como os discursos familiares que entram em constante atrito com certas convicções, sonhos e vontades pessoais do jovem, o que causa conflitos externos entre a situação de escolha do jovem e o envolvimento pessoal dos parentes e conflitos internos que se fundam na vivência de todas as experiências, lembranças, condicionamentos e história de vida do indivíduo. Tudo isso ocorre dentro de um processo inconsciente que levarão à escolha desta ou aquela profissão. Para a autora “A escolha profissional é a expressão do próprio sujeito. É o resumo de sua história particular” (PAIM, 2007, p.15 apud MATSUMOTO et al., 2015).

Atentar para o incremento de novidades no processo ensino/aprendizagem que venham somar ferramentas que conduzam à apreensão do conteúdo programático do curso, dissipando os conhecimentos além da sala aula, utilizando-se de ferramentas que aproximem o aluno do mais real possível de uma realidade, favorecendo orientações de como se aplica na prática um determinado assunto são pilares para atrair e deixar os alunos focados. Pois viver previamente uma situação/problema no leito acadêmico fornece mecanismos de segurança e confiança que são imprescindíveis nas tomadas de decisões durante o trabalho propriamente dito.

O estudante que define a sua escolha por determinado curso de graduação fica evidente que tal curso lhe atrai por algum motivo, seja pessoal, familiar, profissional financeiro, entre outros. Desta forma, para a concretização do objetivo motivador inicial que se dará durante o processo formativo do estudante, no caso de Administração, faz-se conveniente prezar pelo desenvolvimento de meios de incentivos que despertem satisfação durante todo o curso, e que esse sentimento perdure e cresça continuamente até o momento ocupacional.

É importante salientar a responsabilidade das instituições de ensino superior em verificar para que posições em uma carreira de administrador as pessoas estão sendo preparadas. Pelo fato das IES possuírem nos dias de hoje mais liberdade na definição dos seus currículos, tornam-se um desafio definir o conjunto de competências e habilidades que os futuros profissionais de Administração devem desenvolver ao longo do curso superior, a fim de se tornarem sujeitos capazes de desempenhar bem suas funções e aptos a prosseguir mesmo depois de deixar o ambiente acadêmico (MATSUMOTO et. al., 2015, pág. 17).

Portanto, as instituições e seu corpo docente devem planejar os cursos, sem perder os fundamentos essenciais e legítimos, mas pensando em implementar uma metodologia mais participativa e que desperte o interesse cada vez mais atento e a inquietação em sanar algo que cause imprecisões por parte dos alunos, tirando estes do papel de mero espectadores e recebedores de conteúdos e lhe atribuindo o protagonismo em viver o mundo acadêmico e todos os seus benefícios.

4.3 O PROUNI e os aspectos acadêmicos

4.3.1 PROUNI e a permanência no curso de Administração

A permanência no curso por alunos que são beneficiados com políticas públicas de acesso ao ensino superior é sempre uma questão amplamente discutida e criticada nas literaturas. No entanto, os entrevistados relataram a importância que o PROUNI tem no provimento do acesso ao ensino superior e que esse programa foi essencialmente o fator que favoreceu a conclusão do curso de graduação em Administração.

“[...] pois o PROUNI foi que possibilitou eu fazer todo o meu curso na área de administração e concluir, ele foi integral sem custo para mim” (Adm.1).

“Foi maravilhoso né, assim, você ter um curso que você tinha que pagar em torno de R\$500,00 a R\$600,00 reais por mês e todo mês você ter essa bolsa ali sem você tá preocupada se você ia ter metade do dinheiro ou se quando terminar o curso você tem que pagar né, foi muito bom porque de certa forma eu fiz o curso todo foi tranquilo, nunca reprovei nenhuma disciplina, foi muito bom” (Adm.2).

“Olha, a bolsa do PROUNI hoje eu posso dizer, com toda certeza, que me tornou profissional que eu sou hoje, me tornou a pessoa que sou hoje porque comparado quando eu entrei com 16 anos na faculdade, era um menino, aí se você for vê como estou hoje, aos 20

anos trabalhando, graças a faculdade e a bolsa do PROUNI que me favoreceu a entrar na faculdade, é... hoje eu posso dizer com toda certeza que graças ao PROUNI eu sou quem eu sou hoje” (Adm. 3).

Os resultados obtidos por meio da aplicação da entrevista semiestruturada, em que, no quesito permanência, conferimos que estes são semelhantes aos verificados nas literaturas que fundamentaram a realização desse estudo, em que é possível notar um sentimento de orgulho ao estar cursando uma faculdade, por serem na maioria das vezes o único componente familiar a terem o privilégio da oportunidade de cursarem o ensino superior (PINTO; SALUME, 2013).

A permanência de alunos possuidores de benefícios estudantis no que se refere ao financiamento monetário do curso, no caso o PROUNI, tendem a ficar comprometida diante das particularidades que demandam custeios que vão surgindo ao longo do curso, demandas que vão além da mensalidade. Por conseguinte, esses alunos geralmente sentem a necessidade de buscar meios que possam contribuir para sanar essa situação e vão em busca de emprego e estágios.

Mesmo diante dos entraves financeiros que surgem no decorrer da graduação, os bolsistas participantes da pesquisa são gratos ao PROUNI por possibilitar a entrada deles no universo do ensino superior e não terem que pagar as mensalidades totais ou parciais. Pois, sem esse financiamento, provavelmente não pudessem viver tal experiência.

É interessante colocar, mesmo perante duras críticas ao programa no quesito permanência dos alunos no ensino superior, que o PROUNI possui também ações conjuntas de incentivo à permanência dos estudantes nas instituições, como a Bolsa Permanência, o convênio de estágio MEC/CAIXA e a Federação Brasileira de Bancos (FEBRABAN) e o FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, que possibilita ao bolsista parcial financiar a parcela da mensalidade não coberta pela bolsa do programa (PROUNI – MANUAL DO BOLSISTA, 2015).

Não foi questionado sobre a adesão dos sujeitos da pesquisa ao programa de bolsa permanência e os mesmos não relataram em momento algum durante o processo de aplicabilidade da entrevista.

4.3.2 O PROUNI e os benefícios da integralidade da bolsa

A bolsa do PROUNI ofertada aos entrevistados se deu de modo integral, e todos afirmaram ser suficiente para custear todo o curso, pois como já trabalhavam ao começar o

curso ou começaram a trabalhar durante o curso, as outras necessidades financeiras relacionadas, exceto mensalidade, eram possíveis o suprimento sem comprometer a renda dos mesmos.

“[...] eu recebi o benefício integral da bolsa, então, do início ao fim eu não tive custo em relação a mensalidade do curso” (Adm. 1).

“... a minha bolsa é integral foi sim suficiente para que eu me sustentasse, no caso como eu tinha bolsa integral, o restante do dinheiro que eu tinha eu guardava para outras coisas né? Então claro que me ajudou muito financeiramente e pessoalmente” (Adm. 3).

A contemplação com a integralidade da bolsa concedida pelo PROUNI favorece o transcorrer do período de graduação mais tranquilo, como relatado pelos participantes da pesquisa. A vantagem de adquirir 100% de financiamento faz com que esse aluno não seja direcionado a fatores que favorecem a evasão. Pois poderão vivenciar e arcar todas as possibilidades de custo financeiro que surgem ao longo do período acadêmico, sem privações e implicações pessoais.

Assim a contemplação com a integralidade da bolsa do PROUNI possibilita perspectivas positivas que contribuem para se manter no curso, aproveitando todas as atividades propostas, corrobora para a reafirmação da escolha do curso, interação no contexto social dentro de fora da instituição, melhor aprendizagem dos conteúdos, participação efetiva em atividades de extensão, entre muitas outras questões que poderiam os comprometer caso não existisse a aquisição do benefício concedido de modo integral (FELICETTI; FOSSATTI, 2014).

4.3.3 Pesquisa e Extensão

Quanto as questões relacionadas à pesquisa e extensão, colheu-se de todos os envolvidos na pesquisa que, desde o início da graduação em Administração na IES privado que fazem parte, tiveram incentivos e estiveram engajados em atividades relacionadas.

“Desde o primeiro período do curso até o oitavo, a gente sempre teve, e projetos relacionados à gestão extra sala de aula né?” (Adm. 1).

“A cada ano na faculdade a gente participava de dois projetos, geralmente no primeiro semestre era o congresso e no segundo semestre a gente participava da SIEG é... todo ano tinha, eram trabalhos ótimos que acrescentaram muito conhecimento” (Adm. 3).

A pesquisa e extensão foi incluída na pesquisa a fim de verificar se a realidade dos discentes participantes está de acordo com o que é comumente apresentado na literatura em que diz que o ensino superior privado está intimamente ligado ao processo educacional direcionado ao preparo do aluno para o mercado de trabalho em sua total finalidade, ficando as atividades extracurriculares, como o ensino e a pesquisa, por exemplo, sem expressão de incentivo.

No que se refere à participação em projetos de pesquisa e extensão, atividades que em grande parte das literaturas são concebidas como algo não estruturado e não praticado nas instituições de ensino superior privado, pois, segundo alguns autores, esse tipo de instituições tem como principal foco a introdução de seus discentes no mercado de trabalho, deixando em segundo plano o incentivo à produção científica. Mas, na instituição de ensino superior, local da pesquisa, essa teoria não procede conforme será mostrado na fala dos entrevistados no próximo tópico.

Essa opinião é observada nas pesquisas de Chaves; Amaral (2016) que dizem que:

“O setor privado, salvo exceções, é constituído de instituições que não promovem atividades que fazem a interligação do ensino, da pesquisa e da extensão, e, para verificar isso, é só examinar estatísticas da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) que mostram que, em 2014, dos alunos de pós-graduação stricto sensu, 81,2% estudavam em instituições públicas (CAPES, 2016). Dessa forma, incentivar o crescimento do setor privado significa incrementar o número de jovens que terão uma formação em ambientes desprovidos da riqueza dessa articulação” (CHAVES; AMARAL, 2016. p. 68).

Atividades que envolvem a pesquisa e todos os meios existentes de fazer ciência são componentes que devem ser incentivados e facilitados pelos docentes. Artigos em periódicos, livros, capítulos de livros, anais de congressos, resumos, teses, dissertações e monografias, entre outros meios de divulgação são elementos de vital importância no sistema de comunicação da ciência (DOMINGUES, 2014).

4.3.3.1 Apresentação de Trabalhos em Eventos Científicos

O envolvimento com a apresentação de trabalhos em eventos científicos, conforme depoimentos dos participantes foi citada como rotineiro, uma vez que desde o início o incentivo se fez presente por parte da instituição, e estes eventos eram organizados pela própria instituição. Essa realidade captada nas entrevistas vai de encontro com o identificado nas citações dos autores que fundamentaram essa pesquisa, pois o que se percebe é a carência desse aspecto por parte dos estudantes de graduação em Administração.

“[...] pelo menos todo semestre havia a apresentação de projetos científicos na área, gestão e outros eventos que a gente sempre estava participando proporcionados pela própria universidade” (Adm. 1).

“Só dentro da própria instituição. Nos congressos, [...] todo semestre tem congresso, a Semana Integrada da Escola de Gestão e Negócios (SIEG)...” (Adm.2).

“[...] a gente apresentou muitos trabalhos e os professores nos ajudaram muito, todo ano a gente apresentava, todo ano a gente fazia parte de trabalhos científicos, projetos, enfim” (Adm. 3).

Sobre a formação acadêmica dos estudantes de Administração, no que se refere à produção científica, Veronese et al. (2017) aconselha que as instituições devem estar atentas para inovação e criação de estratégias de ensino, pesquisa e extensão plural e flexível que seduzam os alunos e os façam valorizar e participar de todos os projetos relacionados lançados pela instituição. Pois são nesses momentos que muitas vezes se descobrem talentos que através do ensino convencional, em que o conhecimento repassado apenas na sala de aula, não seria capaz de captar e despertar.

Imasato; Perlin; Borenstein (2017) identificam em seus estudos a ausência de expressão nas atividades de produção científica no ramo administrativo provinda de estudantes de graduação. Esses autores sugerem que sejam feitas pesquisas com o intuito de caracterizar o perfil desses estudantes em todos os âmbitos possíveis, para, a partir daí descobrir se existe relação entre um determinado perfil e produção de ciência.

Saber que é constante informações sobre a insuficiência da produção científica por parte dos estudantes de Administração nos relatos existentes na literatura, remete-nos a busca por tentar compreender essa realidade, e é inegável que isso causa uma certa preocupação, pois não se sabe se os mesmos têm inquietações, curiosidades e/ou necessidades de aprofundamento do

conhecimento sobre temas inerentes ao que se é apresentado em sala de aula, entende-se que tudo está sendo passado, está sendo compreendido e aceito sem questionamentos. E é de se causar espanto a falta de envolvimento na produção de ciência no mundo acadêmico.

Entretanto, a realidade do que ocorre na instituição de ensino superior privado, *locus* que sediou essa pesquisa, mais especificamente no curso de graduação, não se aplica ao que se é revelado na literatura, uma vez que o incentivo, criação e consequente participação em eventos científicos são uma rotina.

Assim, reafirmando a importância dessa modalidade de ensino e aprendizagem, como o próprio nome já diz, as atividades complementares são ferramentas que quando incentivadas vão induzindo os estudantes a conhecerem o campo por meio da aplicabilidade projetada por uma inquietação acerca de assuntos discutidos em sala de aula, e por consequente gera os primeiros contatos com o processo funcional e real da profissão para qual estão se preparando (BUSSOLOTI et. al., 2016).

4.3.3.2 O bolsista do PROUNI e a Participação em Eventos fora da Instituição

Os alunos beneficiados com bolsas do PROUNI participantes desse estudo, mesmo tendo as condições favoráveis em termos de apoio financeiro para cursarem a graduação, relataram que quando os eventos ocorriam fora da instituição em que frequentavam, estes, do mesmo modo participavam, só que a bolsa do PROUNI não cobria os gastos relacionados, tendo que o próprio aluno desembolsar o investimento.

“Com certeza, isso era indiferente, assim, não tinha problema nenhum, a gente beneficiada pelo PROUNI, e os alunos matriculados regularmente, pagando suas mensalidades normal, nós tínhamos os mesmos direitos e os mesmos deveres na universidade” (Adm. 1).

“Dentro da bolsa não. Se a gente quisesse ir pra Fortaleza pra um congresso a bolsa não cobria isso aí, isso aí não, realmente não” (Adm. 2).

“Sim e muitos, praticamente todo ano a gente ia para um congresso né? E pra falar a verdade o dinheiro sobrava porque a gente não precisava ter o comprometimento de pagar aquela mensalidade todo mês né? Então sobrava dinheiro para o congresso, para ir para um aulão ou coisa do tipo” (Adm.3).

Propiciar a vivência prática no processo de ensino e aprendizagem por meio de participação em eventos sobre o mundo profissional da Administração, inovando na mudança da metodologia pedagógica que é empregada e utilizada em sala de aula conduzem em uma melhor apreensão do real significado de cada mensagem do conteúdo instrucional, uma vez que a assimilação se dará associada ao que se vê no ambiente em que o evento ocorre, munindo de experiência as competências profissionais necessárias à sua prática (BUSSOLOTTI et al., 2016).

Discutir conteúdo programático além da sala de aula, através de atividades complementares como participação em congressos e apresentação de trabalhos, além do seu campo de estudo, proporciona incluir a transdisciplinaridade nas tomadas de decisões e conhecer outras maneiras de pensar e ver os mesmos assuntos. Essas atividades têm um alto nível de enriquecimento que definem e contribuem para o perfil pessoal e profissional do aluno que nesse mundo se aventura. A flexibilidade e aceitação da visão do outro sobre uma situação/problema passa a ser respeitada e aceitável, comportamento esse característico de todo bom e competente administrador.

Os resultados obtidos com a amostra pesquisada contribuem, além de tudo que foi exposto acima, para a mudança da ideia de que alunos que se graduam em centros de ensino superior privados não estão comprometidos com atividades que envolvem a produção de conhecimento científico.

4.4 O PROUNI e os aspectos profissionais

4.4.1 Graduação e o Desempenho Profissional

A graduação sem dúvida engrandece e prepara o profissional para o mundo do trabalho, deixando-o mais confiante e seguro nas práticas inerentes ao contexto laboral o qual estão inseridos, fazendo-os trabalhar sabendo o porquê de se fazer algo, como fazer, para que fazer e para quem fazer. E isso é percebido na fala dos entrevistados quando perguntados se a graduação contribui para o melhoramento do desempenho profissional, obtivemos as seguintes respostas:

“A formação nos deu uma visão mais ampla do que é o trabalho em si dentro de uma empresa, das relações que a gente tem com as pessoas e também, do próprio conhecimento profissional/técnico. E essa contribuição veio só através do conhecimento que a gente veio

adquirindo ao longo do curso [...] os conhecimentos que eu estou aplicando hoje no meu trabalho vem decorrente desse curso de administração” (Adm. 1).

“Melhorou né, assim... é a percepção de você ser vista pelo mercado [...] conhecimentos básicos que foram aprimorados” (Adm. 2).

“Bom... Assim que eu entrei na faculdade eu consegui logo um estágio, eu cheguei a trabalhar em duas empresas durante a faculdade é... na primeira foi apenas estágio e na segunda também entrei como estagiário, mas graças ao curso eu consegui a efetivação dentro da empresa e hoje eu estou muito bem, graças a Deus financeiramente devido ter conseguido entrar na faculdade” (Adm. 3).

O administrador é apresentado por Fayol (1994) como um profissional munido de conhecimentos que o permitem atuar em diversas áreas que seja possível do contexto empresarial do ramo particular ou público, com ou sem fins lucrativos, independente do porte ou do ramo. Sendo possível atuar profissionalmente em empresas através do vínculo estagiário ou efetivamente falando.

A saber, o desempenho profissional é constituído e moldado para o que se espera de um qualificado profissional através dos estágios realizados durante a graduação, pois direciona o aluno a viver a prática. Assim é interessante saber que a linguagem empresarial tende a fortalecer a visão de teoria e prática como campos distintos, pois, na educação corporativa, a organização é tomada como campo de exercício da prática; e o ambiente acadêmico, como campo de difusão do saber teórico (CASSUNDÉ, 2017).

O desempenho profissional do administrador é formado por questões intrínsecas do próprio indivíduo, e por influências do meio no qual está inserido, e essa afirmação pode ser atribuída aos profissionais que foram formados e na oportunidade tiveram ou não acesso ao ensino superior através do PROUNI. Pois não dá para medir o sucesso profissional pela modalidade que proveu a entrada destes na graduação. O sucesso profissional é consequência de preparo, persistência, ânimo e esforço.

4.4.1.1 Fatores contributivos

Os fatores que contribuíram para a melhoria do desempenho profissional dos pesquisados, ao decorrer do processo da graduação em Administração, são percebidos no

discurso dos entrevistados que remetem aos conhecimentos teóricos e práticos recebidos dentro e fora da sala de aula.

“É... A formação em graduação, me destacou até entre os outros colegas de trabalho, pois eu comecei a função nessa empresa com estagiário, então a partir dos conhecimentos na universidade, como eu fui desenrolando meu trabalho com técnicas que a gente aprende na universidade, no curso, proporcionou eu ser promovido até no meu trabalho” (Adm.1).

“A graduação foi uma porta né, pra melhorar porque desde o primeiro momento que eu comecei tanto eu melhorei na forma de conhecimento, como de como colocar em prática dentro da empresa eu pude fazer funções que antes não me cabiam né, e a partir do momento que eu tinha o conhecimento esse serviço foi atribuído a mim. Até por que essa empresa que eu tava, eu comecei como recepcionista, que eu estou né, comecei como recepcionista e a partir do momento que veio a oportunidade de crescimento, me foi dada” (Adm.2).

É necessária a compreensão da percepção de como se reproduz a escolarização de determinados grupos sociais, pois até, para cada grupo, os fatores que contribuem para seus membros se deram e se dão de modo distinto, pois o processo de aprendizagem não para, e os fatores estão sempre contribuindo para o contínuo melhoramento do ser pessoa e profissional (ROCHA, 2012).

A graduação direciona ao efetivo desempenho profissional quando o discente assimila e se apropria dos fatores potenciais, pois de nada adianta não colocar em prática o que foi aprendido em sala de aula, ligado ao que é intrínseco ao indivíduo e ao meio que o permeia, ou seja, não potencializar e usar ao seu favor o sentido do aprendizado por não perceber a capacidade que se tem para o sucesso profissional.

Estudo recentemente publicado aborda que os contributivos para o sucesso no desempenho profissional para os futuros administradores bolsistas ou não, admitem a grandeza da importância da oportunidade prática proporcionada pelo estágio, que se acentua no nível de importância quando este ocorre na área em que se gradua.

Pois é nessa oportunidade de viver o trabalho em si que é possível adquirir o contato direto com uma cultura organizacional, o desenvolvimento da ética profissional, a formação de um pensamento mais crítico e a perspectiva de inserção no mercado de trabalho (CASSUNDÉ,2017).

4.4.2 Tempo de Trabalho e Função

Os acadêmicos participantes desse estudo informaram que estão entre 2 a 4 anos trabalhando em instituições ao mesmo tempo que cursam a graduação em Administração e que suas funções executadas estão condizentes com o referido curso.

TABELA 8 - Acadêmicos participantes do Curso de Graduação em Administração e o Tempo que trabalham em uma Determinada Instituição e a Função que exercem

ACADÊMICOS	TEMPO DE TRABALHO	FUNÇÃO EXERCIDA
Adm. 1	+/- 4 anos	Assistente Administrativo
Adm. 2	2 anos	Assistente Administrativo
Adm. 3	2 anos	Assistente Administrativo

Fonte: Pesquisa (2017)

Sobre a realidade institucional brasileira, o entendimento da dinâmica do trabalho é bem explicado por Guerra (1999) nos finais dos anos 90, e que se faz bem condizente com a situação do Brasil no momento, vejamos o ela nos traz:

Novas propostas (ameaças para uns, desafios para outros) são apresentadas aos profissionais da Administração. As empresas não são mais “grandes famílias”, precisam sobreviver à concorrência e para isto redefinem atuações, estratégias, estruturas e recursos. O posto de trabalho desapareceu, cargos e funções foram eliminados ou redesenhados e o emprego formal pode até desaparecer. As decisões foram descentralizadas, a participação e a responsabilidade dos profissionais foram ampliadas, tornando o trabalho mais intenso e mais complexo. Este processo, entendido como uma requalificação do trabalho, exige dos profissionais novas habilidades, atitudes e sobretudo novos valores. Os chamados “empregos para o resto da vida” desapareceram e junto com eles a conhecida e desejada ascensão burocrática ou profissional. Novas estratégias de recursos humanos, fundamentando-se em princípios de autonomia e individualidade, dizem “liberar” o profissional para que este possa conciliar seus interesses pessoais e laborais (Guerra, 1999, p.10).

É relevante a possibilidade de poder conciliar o trabalho com a graduação, e essa afirmação se torna mais rica e forte quando a ocupação está intimamente relacionada com o curso superior. Percebemos o incremento das atribuições práticas provida pelo aspecto

ocupacional no que se refere à satisfação verdadeira de se graduar realmente no curso que se identifica.

Então trabalhar e estudar na área proporciona, além da apreensão de ambas as demandas, indícios da identificação do que se quer verdadeiramente para a vida. Pois é frustrante ter todos os benefícios fornecidos por programas de financiamentos do governo Federal, poder cursar uma graduação sem prejuízos no quesito permanência, e quando chegar no momento de pôr em prática tudo que foi estudado na sala de aula, descobrir ali que não é o que esperava, que não se identifica com a área.

4.4.3 Satisfação Profissional

Todos os entrevistados quando questionados sobre o fato de se considerarem satisfeitos em termos profissionais nos locais em que desempenham suas funções laborais, em especial, com a sua ocupação, todos responderam positivamente. No entanto, também foi apontado indícios de mudança nos rumos profissionais para a manutenção do grau de satisfação.

“Sim! Pois ela foi proporcionada através do meu curso de administração, e os conhecimentos que eu adquiri, foi o que me levou a estar nessa posição hoje na empresa” (Adm. 1).

“Me considero bastante satisfeita” (Adm. 2).

“Sim, na minha atual ocupação eu me considero sim, porque é uma empresa muito boa de se trabalhar, mas nada que eu almeje mais futuramente” (Adm. 3).

O valor que o estudante percebe, o prestígio que ele sente e a identificação que ele adquire com a profissão são fatores essenciais que conduzem à plena satisfação com a carreira escolhida (REICHHELD, 1996; LINO, 2004; SANTOS, 1990 apud VERONEZE et al., 2017. p. 67).

Os condicionantes para a satisfação profissional são apresentados pelas valorizações monetárias restituídas pelo trabalho realizado e pelo reconhecimento do esforço e dedicação despendida pelo ato de realizar as atribuições de sua função/cargo. Assim, se existe salário digno e reconhecimento profissional, certamente haverá um profissional satisfeito, auto realizado (FELICETTI; CABRERA; MOROSITI, 2014).

É bem verdade, como mostrado nas respostas dos pesquisados, que a satisfação profissional é circunstanciada e instável, e se molda aos desejos que estes têm num determinado momento. A valorização monetária pode ser interessante hoje, e amanhã, ser insuficiente. Fato que conduz a mudanças na vida e na profissão. Mas, em todos os momentos, o reconhecimento do eficiente profissional é sempre válido.

4.4.4 Inserção no Mercado de Trabalho

A pesquisa constatou que, entre os entrevistados da pesquisa, a inserção no mercado de trabalho dos discentes participantes desse estudo e as oportunidades que foram lançadas partiu, unanimemente, através de programas de estágios.

“Quando eu iniciei o curso de administração eu não estava trabalhando, eu estava desempregado, então a gente foi buscar opções de estágio que é uma coisa que acrescenta no nosso conhecimento, né, na nossa área de estudo. Então eu fiquei, me escrevi em programas de estágio, e surgiu essa oportunidade de estagiar na Universidade Semiárido (UFERSA) e a partir desse estágio eu tô até hoje e vão fazer quatro anos já” (Adm. 1).

“É... desde muito jovem eu comecei a trabalhar, comecei a trabalhar como operadora de caixa e... depois de um tempo que eu trabalhei como operadora de caixa, surgiu a oportunidade de trabalhar no caixa geral de um Supermercado, trabalhei durante mais de três anos, me identificava muito com a área, a área burocrática tinha que fazer os caixas, que eu tinha que fazer o relatório gerencial de vendas todos dias e ali foi onde me abriu os olhos e nasceu a vontade de fazer um curso superior” (Adm. 2).

“Bom, primeiramente como eu já falei né eu comecei como estagiário e graças a Deus hoje sou efetivado [...]” (Adm. 3).

Uma efetiva inclusão social está relacionada ao desenvolvimento socioeconômico e humano de uma sociedade; a qual tem por objetivo a igualdade de direitos e oportunidades a todas as pessoas, independente da condição social, política, religiosa, filosófica, mental, física, étnica ou de gênero. O direito a um trabalho digno e à cidadania é de todos; entretanto, a falta de qualificação e formação profissional de uma pessoa não permite que o mercado de trabalho a acolha, ou seja, o grau educacional do cidadão define o trabalho que ele pode exercer na sociedade. Portanto, conquistar uma formação educacional não é fácil, em especial, no que compete a uma formação em nível superior principalmente nas classes menos favorecidas da população (FELICICETTI; CABRERA; MOROSINI, 2014).

A inserção no mercado de trabalho dos bolsistas do PROUNI é provida por programas de estágios, que colocam indivíduos, antes inexperientes, para incrementar o currículo com atividades reais que colocam o graduando de Administração em evidência para o desenvolvimento de qualificação de suas competências.

4.4.5 O Processo Formativo e as Influências no Contexto Profissional / Pessoal / Socioeconômico

4.4.5.1 Profissional

Sobre o processo formativo dos pesquisados contemplados com o PROUNI, a graduação em Administração alavancou no contexto profissional a confiança, experiência e segurança nas tomadas de decisões no meio organizacional.

“[...] a graduação contribuiu pra meu desempenho profissional devido ao crescimento que eu tive dentro da empresa por causa dos conhecimentos que eu adquiri no curso, então essa foi uma forma de me destacar e ser reconhecido dentro do meu trabalho. [...] eu me sinto capacitado para exercer a função na empresa, então os conhecimentos adquiridos na universidade é que possibilitaram isso para mim” (Adm. 1).

“A gente quando estuda e quando trabalha na área, a gente sempre tem essa vontade de: - “Nossa aqui o teorema de Ishikawa poderia aplicar aqui nessa empresa, ia fazer uma grande diferença né?” e a gente sempre ficava vendo isso, se a gente pagou algumas disciplinas de Engenharia de Produção e acabava que na empresa a gente ter que usar algumas técnicas de selecionar aquela pessoa naquele canto certo...” (Adm. 2).

“Bom... eu me sinto bem mais seguro de tomar uma decisão, de apontar uma situação estratégica de se caminhar melhor para a empresa, antes as vezes eu ficava “Não, não sei se isso aqui é certo”, mas com o aprendizado que eu tive no curso eu sei, a gente consegue diferenciar o que é melhor e o que não é para a empresa” (Adm. 3)

É inegável o impacto positivo na própria vida, no trabalho e na sociedade que os cidadãos formados em cursos superiores causam quando assumem ser modificadores de uma história. Pois, subsídios, conhecimentos, visão e valores para promover o melhoramento de uma dada realidade todos têm, sejam os preparados em instituições públicas ou privadas, e nesse caso, tanto os bolsistas do PROUNI como os não bolsistas (FELICETTI; CABRERA; MOROSINI, 2014).

A constatação da empregabilidade aos bolsistas do PROUNI, demonstrada pela amostra dos pesquisados, remete-nos a avaliar que estes inseridos no contexto organizacional já estão causando transformações em seus contextos, já estão fazendo a diferença a ponto de serem notados pelo diferencial que lhe dá segurança para o enfrentamento dos desafios surgidos no trabalho. Fator que contribui para a caracterização profissional de um novo perfil dos bolsistas de programas sociais.

4.4.5.2 Pessoal

Já no quesito pessoal, as influências do processo formativo estão fortemente motivadas pela aquisição de bons relacionamentos pessoais, mecanismo de preparação para o enfrentamento de situações diárias e entendimento da importância da necessidade de cada vez mais se viver melhor na sociedade.

“[...] a gente conheceu muitos contatos novos de pessoas profissionais, de um nível acadêmico bom, [...] hoje tanto no pessoal quanto no profissional a gente está bem relacionado com as pessoas” (Adm. 1).

“Mais bem preparada” (Adm. 2).

“Bom... é... Depois que eu entrei na faculdade de administração, passei a me relacionar melhor com pessoas, eu fiz novos amigos, passei a frequentar novos lugares passei a ter outros gostos, a gente aprende a se relacionar melhor dentro da sociedade né? Que é formada por pessoas e o curso de administração esse é o forte, esse é o ponto forte, a gente aprende melhor a viver na sociedade” (Adm.3).

Como visto acima, cada vez mais se reafirma o poder da influência do processo formativo no contexto pessoal dos bolsistas do PROUNI, quando explica que ao adentrar no ensino superior por meio da modalidade de bolsistas, desde os primórdios burocráticos de pretensão à bolsa, implicações diversas na vida destes já começaram a emergir e condicionar mudanças em todos os aspectos de sua vida pessoal. O ensino superior é um determinante irreparável na vida dos indivíduos que dele se empondera.

O ensino superior gera mudanças na vida dos alunos bolsistas PROUNI, propiciando acesso a novos bens culturais, qualificações acadêmicas, valorização da sociedade, ampliação das redes de relacionamentos, aquisição de novas informações, maiores possibilidades de emancipação, igualdade social, expectativas positivas na disputa por chances no mercado de

trabalho e mobilidade social. Condiciona mudanças nas práticas e percepções dos bolsistas, reforçando sua autoestima e suas expectativas com relação às chances futuras (ROCHA, 2012).

4.4.5.3 Socioeconômico

Com relação às inferências do processo formativo no âmbito socioeconômico, os pesquisados bolsistas do PROUNI relataram que houve mudanças significativas em suas vidas advindas da graduação em Administração. Aquisição de bens, inovação do contexto cultural e extensão dos benefícios aos membros familiares são algumas das mudanças que ocorreram no contexto socioeconômico.

“[...]ao decorrer do curso a gente passou a ser um empregado, então eu consegui comprar minha casa, e meu transporte e estou cada vez mais adquirindo mais bens, essas coisas que a gente faz quando a gente está bem profissionalmente né, e trabalhando” (Adm. 1).

“[...]o empregador viu que eu estava me preparando com o curso superior, eu fui promovida e me deram mais responsabilidades, mais funções... porque quando você é promovido lá na carteira e nas suas tarefas o financeiro também é reconhecido né, o contracheque vem maior no final do mês [...] o carro da gente foi adquirido no decorrer do curso” (Adm. 2).

“Assim que eu entrei na faculdade fiz muitos relacionamentos novos e financeiramente falando também [...] a gente conseguiu comprar uma moto, a gente conseguiu trocar o carro, é... não só a minha vida, mas a vida da minha família melhorou muito depois que eu ingressei na faculdade [...] a gente passou a frequentar outros lugares dentro da sociedade” (Adm. 3).

Pesquisas realizadas em todo o mundo mostram sempre resultados positivos na relação entre educação, crescimento econômico e conseqüente redução das desigualdades sociais. Investigações de base educacional apontaram que o background familiar⁷, incluindo a classe social e o status econômico, tem muita influência no desenvolvimento socioeconômico do aluno bolsista do PROUNI, futuro profissional da Administração, que nessa condição será um influenciador no contexto de muitos (PINTO; TENÓRIO, 2014).

⁷ Background familiar ou Status socioeconômico (SES) é provavelmente o conjunto de variáveis contextuais mais utilizadas na pesquisa em Educação. Cada vez mais, os investigadores examinam os processos educacionais, incluindo o desempenho acadêmico, em relação ao background familiar que considera a escolaridade do pai, escolaridade da mãe e renda familiar (ASSUNÇÃO; ARAÚJO; ALMEIDA, 2015).

O potencial humano do aluno graduando em Administração deve ser estimulado nas instituições de ensino superior, bem como também a visão política que fundamentará de modo consciente e crítico as condutas profissionais, os hábitos, e o modo de viver do próprio aluno e de sua família e da comunidade.

4.4.6 Realização Profissional e planos

Os entrevistados relataram seus desejos e planos, prospectados por visão otimista do futuro após a conclusão da graduação em Administração, em que as oportunidades que surgirão propiciará a realização profissional. Citaram satisfação por estarem onde estão, relatam que têm pretensões de crescimento, mas que irão agir de modo cauteloso. Revelou-se também nas respostas o interesse pela docência através da preparação por graduações, mestrado e doutorado. E o desejo pela carreira pública também foi citado.

“A gente sempre pretende crescer mais, mas em partes, como eu estou concluindo o curso agora eu estou iniciando outra fase, então onde eu estou agora eu me considero realizado, mas com o propósito de crescer mais na minha área” (Adm. 1).

[...] “me identifico muito com a administração, gosto, é uma área que gosto, ou seja, burocrática seja com pessoas, eu gosto de administração né” (Adm. 2).

“Atualmente não, é... eu gosto do que eu faço, mas a gente sempre almeja o melhor né? Almeja um concurso público, um mestrado, uma pós-graduação é... eu sei que futuramente eu irei conseguir” (Adm. 3).

Pesquisa realizada por Matsumoto et al. (2015) revela os resultados de sua pesquisa com acadêmicos do curso de graduação em Administração, constatou-se que os planos, condutores de realização profissional, dos futuros administradores são os de atuar na área em que estudou, fazer outro curso superior afim à área administrativa, dar sequência aos estudos se submetendo a processos de mestrado e doutorado para seguir carreira acadêmica e outros relataram que desejam futuramente seguir a carreira pública. E ainda teve uma parcela de entrevistados que não sabiam o que fazer quando concluíssem a graduação.

A projeção do que se almeja enquanto graduando de Administração é bem estabelecida e se define sem percalços comprometedores, pelo fato da identificação que este tem com o seu curso. No entanto, essa definição está relacionada com um meio que se modifica

constantemente, o que tende a gerar também necessidades de mudanças dos anseios profissionais e pessoais.

O anseio em conseguir espaço no mercado profissional e, conseqüentemente, uma boa remuneração foi o destaque nos estudos que abordaram os planos dos estudantes de graduação em Administração. Para isso, é necessário que haja preparação para se destacar no meio competitivo que envolve a busca por um bom emprego que resultará no sucesso profissional e satisfação pessoal (FELICETTI; CABRERA; MOROSINI, 2014).

4.4.7 Apoio Familiar

Quando os entrevistados foram questionados sobre a existência do apoio familiar durante o percurso da graduação, obteve-se unanimidade na fala.

[...] “nos ajudam no que era necessário né, pra gente ter mais tranquilidade e pra desempenhar nosso papel de estudante” (Adm. 1).

“Minha família incentivou né, já tenho duas filhas crescidas que me incentivaram marido também, ajudaram bastante” (Adm. 2).

“Minha família sempre me deu forças é... tem gente que pensa que é fácil, mas não é, o curso de nível superior, graduação não é fácil, é muito corrido e... a principal força eu tirava da minha casa, da minha família, era a base que eu tinha para enfrentar todas as dificuldades” (Adm. 3).

O apoio familiar é imprescindível e necessário aos indivíduos que estão se graduando no ensino superior, pois a família é definidora de histórias que marcam uma personalidade e fortalecem os vínculos pessoais e sociais, importantes para garantir a segurança e maior aproveitamento de situações educacionais e profissionais, além de outros fatores.

O apoio familiar é um instrumento presente na sociedade capaz de transmitir conhecimentos, crenças e valores a seus membros de forma que tais informações vão legitimando-se naturalmente. A parceria formada pela família e a escola no objetivo comum de pilarizar seu componente no processo educacional do ensino superior é estudado e identificado como importante para o sucesso do qual o discente se propõe a fazer, seja atuando como aluno ou profissional (OLIVEIRA; BRAGA; PRADO, 2017).

4.4.8 O Diploma e as relações interpessoais no contexto do Trabalho

As entrevistas aplicadas aos discentes concluintes do curso de Administração abordaram o quesito diploma e a ligação que este tem diante das relações interpessoais, em que constatamos que os entrevistados valorizam sim o diploma e toda a história vivida para obtê-lo e o que se conseguirá por tê-lo, no entanto são as experiências interpessoais que lhes proporcionaram os melhores resultados.

“O diploma vai ser na verdade aquela exigência básica, na minha opinião. E as outras coisas que é o diferencial pra gente estar sempre no mercado como contatos, relacionamento bons com as pessoas é o que vai ajudar mais nesse sentido. Pois o diploma ele, ele... dar a oportunidade de você disputar uma vaga no mercado de trabalho, mais o pacote que você traz consigo restante é o que vai lhe diferenciar dos outros e vai lhe dar a oportunidade” (Adm. 1).

“Eu acho que é fundamental ter a boa relação pessoal e social, com certeza melhor que só ter um diploma guardadinho [...] tem que ser o conjunto” (Adm. 2).

“É importante ter o diploma porque a graduação não deixa de ser importante, mas a gente precisa sim, é fundamental saber ter relações pessoais...” (Adm. 3).

A valorização de algo ou alguém, tratando-se dos diplomas, é um sentimento subjetivo influenciado pelos preceitos éticos e morais dos indivíduos construídos ao longo de uma vida. A construção dos significados atrelados ao fato de segurar o “canudo” está cravada em processos históricos, sociais, familiares, culturais e da sociedade brasileira, independente se os membros que estão a cursar o ensino superior são bolsistas de programas do governo ou não. É uma meta sonhada e detentora de uma imagem de sucesso e futuro próspero. O membro da família que cursa uma faculdade e consegue se formar e conseqüentemente ter o diploma é visto pela família como motivo de orgulho e honra.

Os graduandos no curso de Administração passam, no próprio núcleo físico da instituição que graduam, por momentos que serão definidores de sua história pessoal e profissional,

“os jovens alunos do curso de Administração, ao vivenciarem todas as suas experiências com a instituição, com os colegas de sala e de trabalho, com integrantes da família e com outros atores dão sentido a essas experiências em um grande círculo de interação social e convívio. O consumo de experiências de serviços educacionais pode ser encarado como um importante mecanismo de reprodução social, bem como um fenômeno que pode levar a diferentes

possibilidades de ação política, assim como na construção de identidades na atual sociedade” (PINTO; SALUME, 2013, p. 511).

Mas no caso dos participantes da pesquisa essa significância atribuída ao diploma é identificada como uma obrigação a ser cumprida e que tem sua importância modificada quando se coloca as relações estabelecidas nos convívios sociais de ordem profissional. As conquistas são citadas pelo fato de um bom relacionamento com pessoas ligadas direta ou indiretamente ao meio que pretendem projeções profissionais.

4.4.9 A Situação socioeconômica e a Trajetória Acadêmica e Profissional

A relação existente entre a situação socioeconômica e a trajetória acadêmica e profissional foi levantada na entrevista, e as informações obtidas nos mostram que essa condição não proveu prejuízos acadêmicos e/ou profissionais, pelo contrário, pode-se até afirmar que foi motivadora para o alcance dos objetivos norteadores do graduar no ensino superior em Administração.

“[...] interferiu mais ou menos pela questão do que eu podia ter feito uma faculdade antes, mas como eu tive essa oportunidade que o PROUNI me deu hoje, mas com relação a trajetória acadêmica e profissional depois do curso e em relação a minha origem foi tudo tranquilo” (Adm. 1).

“Eu não tive dificuldades em relação a conteúdo, a aprender, tirar boas notas, eu não tive, o meu Índice de Rendimento Acadêmico (I.R.A) foi muito bom” (Adm. 2).

“[...] Então o fato da gente ter nascido numa família humilde faz com que a gente busque sempre novos horizontes, viver uma vida melhor, a gente tem uma gana maior por conseguir ser alguém, por conseguir um emprego ou conseguir uma efetivação ou coisa do tipo. ... hoje não só eu, mas outros amigos que estudaram comigo que eram bolsistas que vieram de famílias pobres, hoje são alguém devido a faculdade, devido a graduação e devido ao sistema do PROUNI né? Que favoreceu todos esses alunos e vai continuar favorecendo” (Adm. 3).

O desenvolvimento do ciclo acadêmico e profissional contextualizado com a vida que cada participante possui no que se refere ao aspecto social e econômico tende a ser positivo, perdurar e se estender em todo e qualquer ambiente que o indivíduo estiver, pois essa

“interessante” condição ditará um comportamento guerreiro em busca da realização e efetivação dos sonhos seus e dos seus familiares.

A educação deve ser entendida como processo de socialização, pois tem enorme importância na consolidação da nação, ao possibilitar o ingresso no ensino superior. O PROUNI modificou a situação social desses cidadãos, porque lhes garantiu qualificação, empregabilidade e trabalho, possibilitando a melhoria da condição de vida. Os debates acerca da democratização do acesso ao ensino superior vêm mostrando que não há como pensar no tema da democratização do acesso ao ensino superior no Brasil sem colocar a questão de políticas públicas, denominadas, de ações afirmativas, que são atualmente um tema posto na agenda nacional, objeto de debate no judiciário, nas universidades e nas conversas mais cotidianas (SIQUELLI; CÁRIA, 2017).

Estudos realizados por Pinto; Tenório (2014) que abordam as questões da desigualdade socioeconômica no que tange ao desempenho e proficiência dos alunos do ensino superior, beneficiados com políticas públicas de financiamento estudantil, mostram que há uma relação com a situação econômica e social e o processo de aquisição do conhecimento e aprendizagem. E essa informação precisa ser trabalhada pelas instituições para que se possa disponibilizar conteúdos, práticas, enfim, que os processos metodológicos sejam capazes o suficiente de ser apreendidos por todos independentemente de serem bolsistas ou não.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O epílogo desse estudo nos permite a felicidade conseguida pela realização dessa pesquisa em atingir o objetivo proposto que norteou todos os passos dados no intuito de investigar o processo de formação e experiência profissional a partir das concepções apresentadas pelos alunos concluintes bolsistas, do Programa Universidade Para Todos – PROUNI, do curso de Administração de uma instituição privada de ensino superior na cidade de Mossoró/RN.

Para o percurso dessa investigação, foi traçado um caminho em que foi estudada a trajetória do ensino superior no Brasil, focando no ensino superior privado e atentando para os indicadores dos cursos superiores no Brasil, com a finalidade de se compreender as políticas públicas de financiamento educacional existentes. A abordagem compreendeu características do Fundo De Financiamento Estudantil – FIES, sendo o maior destaque dado e aprofundado para o Programa Universidade Para Todos – PROUNI.

Através do que foi verificado, é interessante garantir a equidade durante a contemplação das públicas educacionais perante as diversidades sociais, no que se refere à apropriação dos recursos socialmente produzidos.

Analisamos como a formação superior direciona os jovens que estão se graduando em Administração, bolsistas do PROUNI, para o mercado de trabalho e como a literatura retrata o papel do diploma e suas projeções pessoais e profissionais.

O local que sediou o estudo, a cidade de Mossoró, foi bem marcado por suas características relacionadas aos potenciais políticos e econômicos, assim como uma breve análise de como se dá o ensino superior privado.

As concepções e experiências profissionais dos alunos concluintes do curso de Administração, bolsistas do PROUNI, foram discutidas levando em consideração a caracterização dos sujeitos envolvidos na pesquisa quanto ao gênero, quanto à procedência escolar, quanto ao fato de trabalharem na área que estudam, quanto ao fato de serem promovidos no trabalho e quanto ao fato de serem contemplados com políticas públicas de financiamento estudantil – PROUNI. O curso de Administração foi analisado sob a luz das motivações para escolher a graduação em Administração e para a escolha da universidade.

O PROUNI foi verificado considerando seus aspectos acadêmicos por meio da permanência no curso de Administração, os benefícios da integralidade da bolsa, participação

dos bolsistas em atividades de pesquisa e extensão, apresentação de trabalhos em eventos científicos e a participação de eventos fora da instituição.

Já com relação ao PROUNI e aos aspectos profissionais, foram investigados aspectos da graduação e o desempenho profissional e seus fatores contributivos, o tempo de trabalho e função, a satisfação profissional, a inserção no mercado de trabalho, o processo formativo e as influências no contexto profissional, pessoal, socioeconômico, a realização profissional e planos, o apoio familiar, o diploma e as relações interpessoais no contexto do trabalho e a situação socioeconômica e a trajetória acadêmica e profissional

Finaliza-se o estudo sobre a necessária e relevante contribuição que os programas de incentivo ao acesso no ensino superior privado têm para com os indivíduos considerados de baixa renda, em especial o PROUNI, relevância que faz toda a diferença na vida dos cidadãos beneficiados e daqueles que lhe estão próximos, e da sociedade como um todo, que será positivamente modificada.

Mas é imprescindível concordar com o que Guerra (1999) nos apresenta sobre educação quando fala que esse âmbito vem sofrendo mutações no sentido mais amplo da palavra, em todos os seus níveis e independente se é público ou privado, que o sentido do educar está avançando no papel de reproduções sociais. Ele orienta que a educação é um processo para formar cidadãos que valorizem os preceitos humanos sustentados por uma visão crítica e criativa, ou seja, uma ferramenta de estratégia para o desenvolvimento moderno.

O interesse aqui com a realização desse estudo não foi levantar nenhuma bandeira em defesa ou contra o PROUNI ou de qualquer outro tipo de financiamento estudantil, mas sim evidenciar uma realidade do ensino superior no Brasil provido por métodos de acesso ao ensino privado custeado pelo governo federal a uma minoria antes excluída do processo formativo do ensino superior, e a construir além do objetivo, claramente exposto, o de suas concepções acerca do impacto que este programa causa e causará em suas vidas em todos os aspectos possíveis do ser humano.

É bem certo que a realização dessa pesquisa e os resultados alcançados, além de contribuir para a área de ensino e pesquisa em Administração, far-nos-á ter uma visão diferenciada dos bolsistas do PROUNI, mudando a visão ao julgar, analisar, planejar e oferecer oportunidades dentro da própria instituição de ensino, bem como no mercado de trabalho e na vida.

Pois ao entrar no ensino superior, a reafirmação destes potenciais administradores enquanto seres possuidores de fundamentos e pretensões de uma vida melhor para si e para a sociedade, deverá ser estimulada a se potencializar através da formação humanística e

profissional que receberão, do mesmo modo como todo e qualquer aluno não bolsista. O que irá fazer a real diferença é o seu envolvimento com o que lhes é oferecido e o modo como irão captar e transformar.

A metodologia utilizada, Análise do Discurso, foi primordial para que pudéssemos galgar com excelência a proposta estabelecida com a temática desse estudo, uma vez que através da fala analítica sobre as convicções reveladas dos participantes a respeito do PROUNI, foi possível compreender a pluralidades das circunstâncias que este possui em um dado contexto questionado. E a partir daí explorar os seus sentidos.

Sugerimos a adoção deste recurso metodológico de análise nas pesquisas que envolvem a subjetividade dos sujeitos nos mais diversos aspectos que se pretende a investigação, pois é ela que garante a inferência pautada e interpretada através da empatia e sensibilidade com o objeto de estudo.

REFERENCIAS

ABED. Associação Brasileira de Educação a Distância. **Censo EAD.BR: Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2014**. Curitiba: Ibpx, 2015.

AGAPITO, A. P. F. Ensino Superior no Brasil: Expansão e Mercantilização na Contemporaneidade. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 16, n. 32, jul/dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.ufes.br/temporalis/article/download/14064/pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

ALVES, A.; BASTOS, A. Histórico sobre a evolução recente e o cenário atual do ensino superior no Brasil. **Janela Econômica**, ano 9, n. 6, novembro, 2014. ISSN: 2358-3525.

ALVES, T. G. M. **PROUNI: revolução simbólica na vida dos beneficiários**. 2016. 83 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Ciências Sociais, Faculdade de Ciências e Letras, Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Araraquara, 2016. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/138139/alvez_tgm_me_arafcl.pdf?sequence=3>. Acesso em: 28 nov. 2017.

ASSUNÇÃO, M. V. D.; ARAÚJO, A.G; ALMEIDA, M. R. **O background familiar e suas influências no processo seletivo de uma instituição de ensino tecnológico no Brasil**. Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), 2015. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Afranio_Araujo2/publication/281620743_Background_Familiar_e_suas_Influencias_no_Processo_Seletivo_de_uma_Instituicao_de_Ensino_Tecnologico_no_Brasil/links/55f0247208ae199d47c067c0/Background-Familiar-e-suas-Influencias-no-Processo-Seletivo-de-uma-Instituicao-de-Ensino-Tecnologico-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2017.

BALTAR, P. **Crescimento da economia e mercado de trabalho no Brasil**. Brasília: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/ IPEA, 2015. 58 págs.

BARBOSA, F. L. S. et al. Visão multidimensional da satisfação do trabalho: um estudo em um hospital público piauiense. **REGE - Revista de Gestão** 23 (2016) 99–110. Disponível em: <http://ac.els-cdn.com/S1809227616300145/1-s2.0S1809227616300145main.pdf?_tid=a5b7b846-6811-11e7-b99e-00000aab0f26&acdnat=1499981246_4946721b23d26dd73c7ae722300708c5>. Acesso em: 28 jun. 2017.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.

BARREYRO, G.B. **Mapa do Ensino Superior Privado**. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2008.

BARROS, T. H. B. Por uma metodologia do discurso: noções e métodos para uma análise discursiva. In: **Uma trajetória da arquivística a partir da análise do discurso: inflexões histórico-conceituais**. São Paulo: Editora UNESP; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015, pp. 73-95. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/r6q5k/pdf/barros-9788579836619-04.pdf>>. Acesso em: 28 jul. 2017.

BUESCU, M. **História econômica do Brasil: leitura básica**. Centro de Documentação do Pensamento Brasileiro (CDPB), 2011. Disponível em: <http://www.cdpb.org.br/mircea_buescu.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

BUONO, C. V. S. et al. Qualidade de Vida no Trabalho. **Rev. Conexão Eletrônica**, Três Lagoas, MS, v.14, n. 1, 2017. Disponível em: <<http://www.aems.edu.br/conexao/edicaoatual/Sumario/downloads/2017/3.%20Ci%C3%AAncias%20Sociais%20Aplicadas%20e%20Ci%C3%AAncias%20Humanas/94%20QUALIDADE%20DE%20VIDA%20NO%20TRABALHO.pdf>>. Acesso em: 26 jun. 2017.

BOURDIEU, P. Classificação, desclassificação, reclassificação. In: CATANI, A. e, NOGUEIRA, M. A. (orgs). **Pierre Bourdieu: Escritos de Educação**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003. p.145-183.

BOURDIEU, P. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: Editora UNESP, 2007.

BUSSOLOTI, J. M. et. al. **A importância das atividades complementares no processo de aprendizado: percepção dos alunos de cursos de educação a distância da universidade de Taubaté**. Universidade de Taubaté/SP, 2016. Disponível em: <<http://www.abed.org.br/congresso2016/trabalhos/137.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2017.

BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal; Centro Gráfico, 1988. 292 p.

BRASIL. DECRETO Nº 6.135, DE 26 DE JUNHO DE 2007. **Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal**. Brasília, DF, junho 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6135.htm Acesso em: 12 out. 2017.

BRASIL, Ministério da educação. **Desenvolvimento, aprimoramento e consolidação de uma educação nacional de qualidade**. Brasília: Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação superior projeto cne/unesco 914brz1136.3, 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Instituições de Educação Superior e Cursos Cadastrados**. 2017. Disponível em: < <http://emec.mec.gov.br/>>. Acesso em: 13 nov. 2017.

_____. Ministério da Educação. **Índice de desenvolvimento da educação básica/2015**. Disponível em: < <http://ideb.inep.gov.br/resultado/>>. Acesso em: jul. 2016.

_____. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP). **Censo da Educação Superior 2009: Resumo Técnico**. Brasília, DF: MEC, INEP, 2010.

_____. Ministério da Educação. **Programa universidade para todos**. Brasília: Portal Brasil. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Superior. Coordenação Geral de Supervisão da Educação Superior, 2016.

_____. Ministério da Educação. **PROUNI- Programa universidade para todos**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/PROUNI-sp-1364717183/apresentacao>>. Acesso em: 12 jul. 2016.

_____. Ministério da Educação. **PROUNI- Como Funciona**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/prouni-sp-1364717183/como-funciona>>. Acesso em: 13 jul. 2018

_____. Lei n. 11.096, 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos (PROUNI), regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior, altera a Lei n. 10.981, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, 14 jan. 2005. Disponível em: <<http://www.impresanacional.gov.br/>>. Acesso em: 12 jun. 2017.

_____. Plano Nacional de Educação (PNE). **Plano Nacional de Educação 2014-2024** [recurso eletrônico]: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014. 86 p. – (Série legislação; n. 125). Disponível em: < <http://www.observatorio.dopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>> Acesso em: 12 mar. 2018.

CANNEL, C. F.; KAHN, R. L. (1974). Coleta de dados por entrevista. In: FESTINGER, L. & KATZ, D. **A pesquisa da psicologia social**. Rio de Janeiro, EFGV.

CARRARA, S. Educação, diferença, diversidade e desigualdade. In: **Gênero e diversidade na escola formação de professoras/es em gênero, sexualidade, orientação sexual e relações étnico-raciais**: Livro de Conteúdo. versão 2009. – Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2017.

CARVALHO, C. H. A. **Política para o Ensino Superior no Brasil (1995-2006):** ruptura e continuidade nas relações entre Público e Privado. IE/UNICAMP – GT: Política e Educação Superior – nº 11. ANPED. 29º Reunião, 2006.

CARVALHO, M. M.; WALTENBERG, F. Desigualdade de Oportunidades no Acesso ao Ensino Superior no Brasil: uma comparação entre 2003 e 2013. **Econ. Apl.**, Ribeirão Preto, v. 19, n. 2, p. 369-396, June 2015. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141380502015000200369&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 mar. 2018.

CARVALHO, R. A. A. **Globalização, trabalho e desemprego:** processos de inserção, desinserção e reinserção. Belo Horizonte: C/Arte, 2001.

CASSUNDÉ, FERNANDA RODA DE SOUZA ARAÚJO et al. [Re]Pensando o Estágio na Formação Profissional dos Estudantes de Administração: um estudo sobre a produção científica brasileira na área. **Administração: ensino e pesquisa**, Rio De Janeiro, v. 18, n. 3, Set-Dez. 2017. p. 594–623. Disponível em: <<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/703/pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

CASTILHO, A. P.; BORGES, N. R. M.; PEREIRA, V. T. **Manual de metodologia científica**. Itumbiara: Instituto Luterano de Ensino Superior – ILES/ULBRA, 2014. Disponível em: <<http://www.ulbra.br/upload/57c82ea6221906e563c5cf8acba19f84.pdf>>. Acesso em: 22 jul. 2017.

CAVALCANTI, M. L. L. S. Expansão e Consolidação do Mercado de Ensino Superior no Recife. 2008. 108 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/bitstream/handle/123456789/3904/arquivo190_1.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em 23 dez. 2017.

CFA – Conselho Federal de Administração. **História da Administração**. 2017. Disponível em: <<http://www.cfa.org.br/administracao/historia-da-profissao>>. Acesso em: 29 jul. 2017.
CHACON, J. M. T.; CALDERÓN, A. I. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo FHC ao governo Lula. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, [S.l.], v. 6, n. 17, ago. 2015. ISSN 2007-2872. Disponível em: <<https://ries.universia.net/article/view/1099/1645>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

CHAVES, V. L. J.; AMARAL, N. C. Política de expansão da educação superior no Brasil - o PROUNI e o FIES como financiadores do setor privado. **Educ. rev.**, Belo Horizonte, v. 32, n. 4, Dez.2016. p. 49-72. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-46982016000400049&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 30 nov. 2017.

CHAVES, M.; MORAIS, C.; NUNES, J. S. **Os diplomados do ensino superior perante o mercado de trabalho: velhas teses catastrofistas, aquisições recentes**. Fórum Sociológico [online], 19 | 2009. Disponível em: <<http://sociologico.revues.org/312>; DOI: 10.4000/sociologico.312>. Acesso: 13 jul. 2016.

CHIAVENATO, I. **Administração nos novos tempos**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

COSTA, D. D.; FERREIRA, N. I. B. O PROUNI na educação superior brasileira: indicadores de acesso e permanência. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 22, n. 1, Jun. 2017. p. 141-163. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-40772017000100141&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 maio 2017.

CUNHA, L. C. V.; SILVA, A. R.; PLANTULLO, V. L.; PAIVA, D. L. Políticas públicas de incentivo à educação superior brasileira: acesso, expansão e equidade. **Revista de Iniciação Científica, Tecnológica e Artística**, v. 4, n.4, dez. 2014.

CREDOC – **Programa de Gestão**. 2018. Disponível em: <<https://www.credoc.com.br/>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

DANEILE, A. L. W. S.; PAMPLONA, D. A. Programa Universidade para Todos (PROUNI): a eficiência da política pública de expansão do ensino superior no Brasil. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**. Disponível em: <www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/index>. Acesso em: 26 nov. 2017.

DOMINGUES, I. O sistema de comunicação da ciência e o taylorismo acadêmico: questionamentos e alternativas. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 82, dez. 2014. p. 225-250. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-4014201400300014&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 26 nov. 2017.

DURHAM, E. R. **O ensino superior no Brasil: público e privado**. São Paulo: Núcleo de Pesquisas sobre Ensino Superior da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://nupps.usp.br/downloads/docs/dt0303.pdf>>. Acesso em: 17 maio 2017.

DURHAM, E. R.; SAMPAIO, H. O ensino privado no Brasil. **Documentos de Trabalho**, São Paulo: NUPES, Universidade de São Paulo, n. 3, 1995. 18 p.

FAYOL, H. **Administração industrial e geral**. São Paulo: Atlas, 1994.

FELICETTI, V. L.; CABRERA, A. F.; MOROSINI, Y. M. C. Aluno PROUNI: impacto na instituição de educação superior e na sociedade. **UNIVERSIA**, n. 13, v. 5. Disponível em: <

2014<http://flacso.org.br/files/2017/04/v5n13a2.pdf>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

FELICETTI, V. L.; FOSSATTI, P. Alunos PROUNI e não PROUNI nos cursos de licenciatura: evasão em foco. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 51, p. 265-282, jan./mar. 2014. Disponível em: <<http://revistas.ufpr.br/educar/article/viewFile/32842/22084>>. Acesso em: 30 nov. 2017.

FERNANDES, A. J.; PAIS, C. **A economia brasileira na década de 80**: consequências da crise da dívida externa, inflação e crise do Estado. Universidade de Aveiro, Departamento de Economia; Gestão e Engenharia Industrial – 3810- 193, Aveiro-Portugal INETI- Instituto Nacional de Engenharia e Tecnologia Industrial, DMS- Departamento de Modelação e Simulação, 1649-038 Lisboa-Portugal. Disponível em: <https://daniopastorelli.files.wordpress.com/2015/02/fernandes_pais_crise_anos80.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2017.

FERREIRA, M. G. **Direito à educação e política pública de acesso ao ensino superior**: um debate sob a perspectiva dos beneficiários do PROUNI. Dissertação (Mestrado em Direito) – Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de do Sul de Minas – FDSM, 2014. Disponível em: <<https://www.fdsm.edu.br/site/posgraduacao/dissertacoes/44.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2017.

FNE – FÓRUM NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Educação brasileira**: indicadores e desafios: documentos de consulta / Organizado pelo Fórum Nacional de Educação. -- Brasília: Ministério da Educação, Secretaria Executiva, Secretaria Executiva Adjunta, 2013. Disponível em:< <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/educacaobrasileiraindicator esedesafios.pdf>>. Acesso em 28 nov. 2017.

FRIGOTTO, G. O enfoque da dialética materialista histórica na pesquisa educacional. In: FAZENDA, I. (Org.). **Metodologia da pesquisa educacional**. 11.ed. São Paulo: Cortez, 2008. p. 54-69.

GIANEZINI, K. **Políticas públicas para universidades**: análise de dois programas brasileiros. Florianópolis, 2014. ISBN: 978-85-68618-00- Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131374/2014-17.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> 4. Acesso em: jul. 2016.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

GIL, A.C. **Gestão de Pessoas, enfoque nos papéis profissionais**. São Paulo: Atlas, 2009.

GOETTEN, R. P. FIES – Modelo de Democratização ou Ferramenta de Falência do Ensino Público Superior. In: EDUCERE – Congresso Nacional de Educação, 2017. Paraná. **Anais...**

Paraná, 2017, p. 3381 – 3392. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/24815_11880.pdf> 4. Acesso em: 03 fev. 2017

GOMES, A. M. Política de Avaliação da Educação Superior: Controle e Manifestação. **Educação e Sociedade**, Campinas – SP, n. 80, v. 23, Número Especial, 2003. (pp. 277-300).

GONZÁLEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa e subjetividade**: os processos de construção da informação. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

GUARNIERI, F. V.; MELO-SILVA, L. L. Ações afirmativas na educação superior: rumos da discussão nos últimos cinco anos. **Psicol. Soc.**, v.19, n. 2, 2007. pp.70-78. ISSN 0102-7182. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-71822007000200010>>. Acesso em: ago. 2016.

GUERRA, E. L. A. **O ensino superior de Administração no Brasil**: desafios do novo milênio. Belo Horizonte: CENTRO UNIVERSITÁRIO DE CIÊNCIAS GERENCIAIS – UMA, 1999. Disponível em: <http://www.angrad.org.br/_resources/files/_modulos/producao/producao_719_201212051834228e9c.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2016.

HAGUETTE, T. M. **Metodologias qualitativas na sociologia**. 4.ed. Petrópolis: Vozes, 1995.

HERINGER, R. Expansão do ensino superior no brasil: acesso, diferenciação interna e políticas de inclusão. Educação Superior na Sociedade Contemporânea. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 15, 2011. Curitiba. **Anais...** Curitiba, 2011.

HUMEREZ, D. C.; JANKEVICIUS, J. V. **Evolução histórica do ensino superior no brasil**. Disponível em: <<http://www.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/Evolucao-Historica-no-ensino-superior-no-brasil.pdf>>. Acesso em: 03 ago. 2016.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: jul. 2016.

IBGE – **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Rio Grande do Norte Mossoró**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=240800>>. Acesso em: jul. 2016.

IDADOS. Financiamento do ensino superior: FIES e PROUNI. 2016. **Boletim IDADOS da Educação 2016-04**. Rio de Janeiro: Instituto Alfa e Beto. 2016. Disponível em: <http://idados.org.br/wp-content/uploads/2016/08/Boletim_FIES_08-08-1.pdf>. Acesso em: 22 ago. 2016.

IMASATO, T.; PERLIN, M. S.; BORENSTEIN, D. Análise do Perfil dos Acadêmicos e de suas Publicações Científicas em Administração. **Rev. adm. contemp.**, Curitiba. 21, n. 1, p. 62-83, fev. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-65552017000100062&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 26 nov. 2017.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior**. 2015. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/ceenso-da-educacao-superior/ceenso-da-educacao-superior>>. Acesso em: 28 jul. 2016.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Mulheres e homens em ocupação de DAS na Administração pública federal**: relatório de pesquisa. Brasília, 2012. Disponível em: <http://IPEA.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/_relatoriopesquisa/120601_relatorio_mulhereshomens_das.pdf>. Acesso em: 11 ago. 2017.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal - Paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. 340 p.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

MARQUES, K. A.; MELO, A. F. F. Abordagens Metodológicas no Campo da Pesquisa Científica, p. 77-87. In: SIMPÓSIO DE METODOLOGIAS ATIVAS: INOVAÇÕES PARA O ENSINO E APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO BÁSICA E SUPERIOR, **Anais...** v. 2, n. 1. São Paulo, 2017. São Paulo: Blucher, 2017.

MARTINS, B. V.; OLIVEIRA, S. R. Expansão e Diversificação do Ensino Superior, Impactos no Mercado de Trabalho e Inserção Profissional no Brasil: reflexões iniciais e proposta de agenda de pesquisa. **DESENVOLVE: Revista de Gestão do Unilasalle**, Canoas, v. 6, n. 2, p. 53-70, jul. 2017. Disponível em: <<http://www.revistas.unilasalle.edu.br/index.php/desenvolve/article/view/3196/pdf>>. Acesso em: 16 set. 2017.

MARTINS, E. A Entrevista como Instrumento de Pesquisa sobre Práticas Educativas de Famílias. Nuances: estudos sobre Educação, Presidente Prudente-SP, v. 24, n. 3, p. 15-30, set./dez. 2013. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/viewFile/2697/2361>>. Acesso em: 16 nov. 2017.

MATSUMOTO, A. S. et al. Análise dos fatores que levam os estudantes a optarem pelo Curso de Administração. **Revista ADMpg Gestão Estratégica**, Ponta Grossa, v. 8, n. 1, p.9-

18, 2015. Disponível em: <http://www.admpg.com.br/revista2015_1/Artigos/1%20-%20Artigo_1.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2017.

LAKATOS, E.M.; MARCONI, M.A. **Fundamentos de metodologia científica: técnicas de pesquisa**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

MARTINS, J. C. **Uma História, da Administração no Mundo e no Início no Brasil**. 2015. Disponível em: <<https://pt.linkedin.com/pulse/uma-historia-da-administra%C3%A7%C3%A3o-mundo-e-inicio-brasil-jairo-martins>>. Acesso em: 10 jul. 2017.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MENDONÇA, A. W. P. C. **A Universidade no Brasil**. Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a08>>. Acesso em: 13 jul. 2017.

MENDONÇA, F.; DANNI-OLIVEIRA, I. M. **Climatologia: noções básicas e climas do Brasil**. São Paulo: Oficina de Textos, 2007.

MINAYO, M. C. S. [org.]. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 24. ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOREIRA; C. A.; LIMA, F. M.; SILVA, P. N. A Difícil Tarefa de Acadêmicos de Curso Noturno em Conciliar Trabalho e Estudo. Interdisciplinar. **Revista Eletrônica da Univar**, n.6, 2011. p. 51 – 56. Disponível em: <<http://revista.univar.edu.br/downloads/adifencil-tarefa-dos-academicos.pdf>>. Acesso em: 13 ago. 2017.

MUYLAERT, C. J. et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Rev. Esc. Enferm**, v.48, (Esp2), São Paulo, USP, 2014.p. 193-199. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/reeusp/v48nspe2/pt_0080-6234-reeusp-48-nspe2-00184.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2017.

NUNES, I. C. V.; BRAGA, L. S. A Reforma da Educação Superior do Brasil: a Herança Neoliberal de FHC ao Legado De Lula. **Revista Desafios** – v. 03, n. 01, 2016. Disponível em: <<https://sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/desafios/article/view/2084>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

OLIVEIRA, F. H. et. al. Perfil dos Alunos Ingressantes do Curso de Administração na Universidade Federal do Piauí – Campus de Picos. In: SEMINÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO DA MACRORREGIÃO DE PICOS, 4, Piauí, 2015. Disponível em: <<file:///C:/Users/MariaJuraci/Downloads/PER%20FIL%20DOS%20ALUNOS%20INGRESSANTES%20DO%20CURSO%20DE%20AD>>

MINISTRACAO%20NA%20UNIVERSIDADE%20FEDERAL%20DO%20PIAUI%20-%20CAMPUS%20DE%20PICOS.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2017.

OLIVEIRA, I. L. S.; BRAGA, A. P.; PRADO, C. M. N. Participação da família no desenvolvimento da aprendizagem da criança. **Estação Científica** (UNIFAP) Macapá, v. 7, n. 2, p. 33-44, maio/ago. 2017. Disponível em: <<https://periodicos.unifap.br/index.php/estacao/article/view/2325>>. Acesso em: 01 dez. 2017.

OLIVEIRA, R. Educação, pobreza e emprego: uma análise a partir das categorias escolaridade, gênero e cor. **PERSPECTIVA**, Florianópolis, v. 31, n. 2, maio/ago. 2013. p.687-719. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/viewFile/2175-795X.2013v31n2p687/pdf_13>. Acesso em: 12 nov. 2017.

ORLANDI, E. P. **Análise do Discurso: princípios e procedimentos**. 8. ed. Campinas: Pontes, 2009.

PEREIRA, G. B. B. **O estudante da EAD (Educação a Distância): um estudo de perfil e interação geracional**. Dissertação de Mestrado (Administração), 2015. Faculdade de Administração e Economia da Universidade Metodista de São Paulo. Disponível em: <<http://tede.metodista.br/jspui/bitstream/tede/1470/2/GeizaBogado.pdf>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

PEROVANO, D.G. **Manual de metodologia científica para a segurança pública e defesa social**. Curitiba: Juruá, 2014.

PIMENTA, A. M. A EAD como renovação do mercado educacional brasileiro do nível superior. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 3, n. 2, p. 308-321, jul. 2017. Disponível em: <<http://ojs.fe.unicamp.br/index.php/RIESup/article/view/7762>>. Acesso em: 19 set. 2017.

PINTO, J. C. A.; TENÓRIO, R. M. **A Influência dos Fatores Socioeconômicos no Desempenho Acadêmico dos Estudantes de Ensino Médio Integrado do IFBA/Campus Barreiras**. Faculdade Educação – FACED, 2014. Disponível em: <<http://www.equidade.faced.ufba.br/influencia-dos-fatores-socioeconomicos-no-desempenho-academico-dos-estudantes-de-ensino-medio>>. Acesso em: 19 nov. 2017.

PINTO, M. R.; SALUME, P. K. Os Significados do Curso de Graduação em Administração para Jovens Alunos Trabalhadores. **Administração: ensino e pesquisa**, [S.l.], v. 14, n. 3, p. 485-517, set. 2013. ISSN 2358-0917. Disponível em: <<https://raep.emnuvens.com.br/raep/article/view/59/30>>. Acesso em: 28 nov. 2017.

POCHMANN, M. Emprego e desemprego juvenil no Brasil: as transformações nos anos 90. In: HORTA, Carlos Roberto; CARVALHO, R. A. Al (Org.). **Globalização, trabalho e desemprego**: processos de inserção, desinserção e reinserção: enfoque internacional. Belo horizonte: C/Artes, 2001.

PORTES, L. F. A expansão do ensino superior no Brasil: caracterizando os cursos de Serviço Social no Paraná. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL E SERVIÇO SOCIAL: DESAFIOS CONTEMPORÂNEOS, 2. SEMINÁRIO NACIONAL DE TERRITÓRIO E GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS, 3. CONGRESSO DE DIREITO À CIDADE E JUSTIÇA AMBIENTAL, 2. **Anais...** Disponível em: <<https://www.congressoservicosocialuel.com.br/anais/2017/assets/134419.pdf>>. Acesso em: 14 set. 2017

PROUNI – **PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS**: manual de orientação ao bolsista. MEC/SESu/DIPES – Coordenação Geral de Projetos Especiais para a Graduação Edição: outubro – 2015. Disponível em: <http://PROUNIportal.mec.gov.br/images/pdf/manual_bolsista_PROUNI.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2017.

PROUNI – **PROGRAMA UNIVERSIDADE PARA TODOS**. Perguntas Frequentes - Comissões Locais de Acompanhamento e Controle Social do Programa Universidade para Todos – PROUNI. Disponível em: <<http://prouniportal.mec.gov.br/conap/17-perguntas-frequentes-comissoes-locais-de-acompanhamento-e-controle-social-do-programa-universidade-para-todos-prouni>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

RAMOS, F. P. História e Política do Ensino Superior no Brasil: algumas considerações sobre o fomento, normas e legislação. **Publicação técnica científica on line brasileira.**, São Paulo, Ano 2, Série 14/03, v. mar. 2011, p.01-17. ISSN 2179-4111.

RIBEIRO, R.; FUKS, B. B. A cultura da universidade privada e seu mal-estar: um estudo interdisciplinar, psicanálise, educação e Administração. **Trivium**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 91-102, jun. 2017. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S2176-48912017000100009>. Acesso em: 31 jul. 2017.

RICHARDSON, R. J. et al. **Pesquisa social**: métodos e técnicas. São Paulo: Atlas, 2010.

ROCHA, M. C. PROUNI: Um Estudo das Práticas e Percepções Sociais dos Alunos Bolsistas. **Políticas Educativas**, Porto Alegre, v. 5, n.2, p. 151-159, 2012. ISSN: 1982-3207 Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/Poled/article/viewFile/35865/23278>>. Acesso em: 26 nov. 2017.

RODRIGUES, M. **O ensino superior no Brasil, aspecto histórico.** Educação on line do Brasil/ Portal Educação. Campo Grande, MS, 2015.

RODRIGUES, M. L.; LIMENA, M. M. C. **Metodologias multidimensionais em Ciências Humanas.** Brasília: Líber Livros Editora, 2006. 175p.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil.** 28 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1978.

ROSSI, M. F. P.; MELGAÇO, S. A Mudança de Perfil do estudante de Administração entre 2000 e 2008: um estudo de caso. In: ENCONTRO DA ANPAD, 33, São Paulo/SP, 2009. **Anais...** Disponível em: <<http://www.anpad.org.br/admin/pdf/EPQ979.pdf>>. Acesso em: 12 ago. 2017.

SANTOS, E. P.; CERQUEIRA, E. A. Ensino Superior: trajetória histórica e políticas recentes. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE GESTÃO UNIVERSITÁRIA NA AMÉRICA DO SUL, 9. **Anais...** Disponível em: <<http://www.ceap.br/material/MAT14092013162802.pdf>>. Acesso em: 19 jun. 2017.

SANTOS, M. R. S. Expansão e financiamento da educação superior privada em Minas Gerais. In: SEMINÁRIO NACIONAL UNIVERSITAS/BR, 24, Maringá, 2016. Universidade Estadual de Maringá, maio 2016. **Anais...** Disponível em: <http://www.ppe.uem.br/xxivuniversitas/anais/trabalhos/Anais_textos_completos.pdf>. Acesso em: 13 jul. 2017

SARAIVA, L. A. S.; NUNES, A. S. A efetividade de programas sociais de acesso à educação superior: o caso do PROUNI. **Rev. Adm. Pública** [online], v.45, n.4, 2011. p.941-964. ISSN 0034-7612.

SEMESP. Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. **Mapa do ensino superior no Brasil 2015.** São Paulo, 2013.

_____. Sindicato das Mantenedoras de Ensino Superior. **Mapa do ensino superior no Brasil 2016.** São Paulo, 2016. Disponível em: <http://convergenciacom.net/pdf/mapa_ensino_superior_2016.pdf> Acesso em: 15 ago. 2016.

SERRÃO, M. G. et al. **A Importância da Administração e de seus profissionais.** [s. l.]. 2017. Disponível em: <http://www.crapa.org.br/index.php?option=com_phocadownload&view=category&download=63:a-importancia-da-administracao-e-de-seus-profissionais&id=15:artigos&Itemid=753>. Acesso em: 13 jul. 2017.

SGUISSARDI, V. Educação Superior no Brasil: Democratização ou Massificação Mercantil? **Educ. Soc.**, Campinas, v. 36, n. 133, p. 867-889, out.-dez., 2015.

SILVA, A. M.; SANTOS, B. C. S. Eficácia de políticas de acesso ao ensino superior privado na contenção da evasão. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 22, n. 3, p. 741-757, nov. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/aval/v22n3/1982-5765-aval-22-03-00741.pdf>> Acesso em: 15 jan. 2016.

SILVA, D. D. et. al. Perfil Socioeconômico: Um estudo com os discentes do curso de Administração da Faculdade R. SÁ. In: SEMANA CIENTÍFICA DA FACULDADE R. SÁ, 10, Picos/PI, 2016. **Anais...** Disponível em: <http://www.faculdadersa.com.br/Arquivos/downloads/semana_cientifica/Trabalhos%202016/Administracao/PERFIL_SOCIOECONOMICO_UM_ESTUDO_COM_OS_DISCENTES_DO_CURSO_DE_ADMINISTRACAO_DA_FACUDADE_RSA_NO_ANO_DE_2016.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2017.

SILVA, J. M. **Expansão e Financiamento do Sistema de Ensino Superior Federal: o caso da universidade federal de Juiz de Fora**. Universidade Federal de Juiz de Fora. Centro de Políticas Públicas e Avaliação da Educação Programa de Pós-Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Juiz de Fora, 2017. Disponível em: <<http://www.mestrado.caedufjf.net/wp-content/uploads/2017/05/JUCILENE-MELANDRE-DA-SILVA.pdf>>. Acesso em: 21 ago. 2017.

SILVA, M. V. (Re) lendo a trajetória do ensino superior no Brasil: implicações na formação de professores para a educação básica. **Saberes em perspectiva**, Jequié, v.3, n.7, p. 29-50, set./dez. 2013.

SILVA, O. P. Greve e ética na Universidade. **Estud. av.**, São Paulo, v. 28, n. 80, p. 213-222, Apr. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142014000100018&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 mar. 2018.

SILVA, R. R. T. A importância de Mossoró para o contexto econômico potiguar. **Revista eletrônica de petróleo e gás**. Ano 3, n. 2, p. 53-63, abr./set.2015 ISSN 2316-668. Disponível em: <<https://repositorio.UNP.br/index.php/rUNPetro/article/view/1119/667>>. Acesso em: 14 jul. 2016.

SIQUELLI, S. A.; CÁRIA, N. P. O Reconhecimento do Valor Social do PROUNI na Visão dos Bolsistas Egressantes. **Revista de Ciências Humanas - Educação | FW | v. 17 | n. 28 | p. 19-38 | jul. 2016**. Disponível em: <<http://revistas.fw.uri.br/index.php/revistadech/article/viewFile/2150/2058>> Acesso em: jul. 2017.

SISFIES. Sistema Informatizado do FIES. Ministério da Educação. **Programa de financiamento estudantil**. Disponível em: <<http://SISFIESportal.mec.gov.br/?pagina=FIES>> Acesso em: jul. 2016.

SISPROUNI. Sistema Informatizado do PROUNI. Ministério da Educação. Programa Universidade para Todos. **Dados e estatísticas**. Disponível em: <<http://PROUNIportal.mec.gov.br/dados-e-estatisticas/9-quadros-informativos>>. Acesso em: jul. 2016.

SUMMA, R. Mercado de trabalho e a evolução dos salários no Brasil. **Revista da sociedade brasileira de economia política**, v.11, n. 42, Rio de Janeiro, out. 2015.

TEIXEIRA, L. F. **Mercado e trabalho no ensino superior**. Dissertação (Mestrado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, São Paulo, 2007.

VARGAS, M. L. Ensino superior, assistência estudantil e mercado de trabalho: um estudo com egressos da UFMG. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 16, n. 1, p. 149-163, mar.2011.

VERONEZE, R. B. et. al. A Formação da Percepção de Responsabilidade Social Corporativa em Clientes Bancários. **Pretexto**, 2017. Belo Horizonte v. 18 N 2 p. 66-85 ABR-JUN. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/pretexto/article/viewFile/4390/artigo%204%20-%202%202017.pdf>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

VONBON, C.; CERQUEIRA, J. L. O. Educação Superior uma Comparação Internacional e suas Lições para o Brasil. **Texto para Discussão**. IPEA, 2012. Disponível em: <http://flacso.org.br/files/2017/05/td_1720.pdf>. Acesso em: 24 nov. 2017.

APENDICE I – INSTRUMENTO DE COLETA DE DADOS

I – CARACTERIZAÇÃO DOS SUJEITOS DA PESQUISA

NOME:

SEXO: () MASC. () FEM.

IDADE:

PROCEDÊNCIA ESCOLAR: () PÚBLICO () PRIVADO

TRABALHA NA ÁREA: () SIM () NÃO

FOI PROMOVIDO DURANTE O CURSO: () SIM () NÃO

COMTEMPLADO COM POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO () SIM () NÃO

II - FASE DE AQUECIMENTO

1 - Quais os critérios que te levou para escolher a sua graduação?

2 - Quais os critérios utilizados para escolha da sua universidade?

3 - Qual o diferencial de um bom curso de Administração

Questão norteadora

5 - Como a formação recebida nessa graduação contribui para seu desempenho profissional atual?

III - OUTRAS QUESTÕES

- Há quanto tempo você trabalha nesse estabelecimento/empresa?

- Como a formação recebida na graduação contribuiu para seu desempenho profissional?

- Relate como seu ingresso no mercado de trabalho.

- Relate sobre seu percurso formativo em Administração e suas influências na realização pessoal e profissional.

- Relate sobre sua forma de ingresso na Universidade e sua trajetória acadêmica e profissional.

- Como você se sente no desempenho de suas funções a partir do processo formativo recebido no curso de Administração?

- Faça um relato comparativo das condições socioeconômicas, considerando seu ingresso no curso de Administração e suas promoções profissionais.

- Qual função você desempenha atualmente?

- Há quanto tempo você trabalha nesse local?
- Você se considera satisfeito com a sua atual ocupação?
- A formação recebida na graduação contribuiu de alguma forma, em sua atividade profissional anterior?
- Você considera que a graduação na Instituição que se graduou facilitou sua inserção profissional?
- Você se considera realizado em sua vida profissional?
- Você considera que suas relações familiares e/ou pessoais, ajudaram de alguma maneira, em sua inserção profissional?
- A sua situação socioeconômica atual, comparada com a de sua família, quando do seu ingresso na faculdade é melhor atualmente?
- Seu rendimento atual corresponde às suas expectativas durante a graduação?
- O que a graduação lhe permitiu em termos de mobilidade social?
- Só o diploma basta para ter acesso a um bom emprego e a um ótimo salário ou hoje em dia para conseguir uma vaga no mercado de trabalho é fundamental ter boas relações sociais e pessoais?
- A origem social do indivíduo interfere em sua trajetória acadêmica e profissional?

